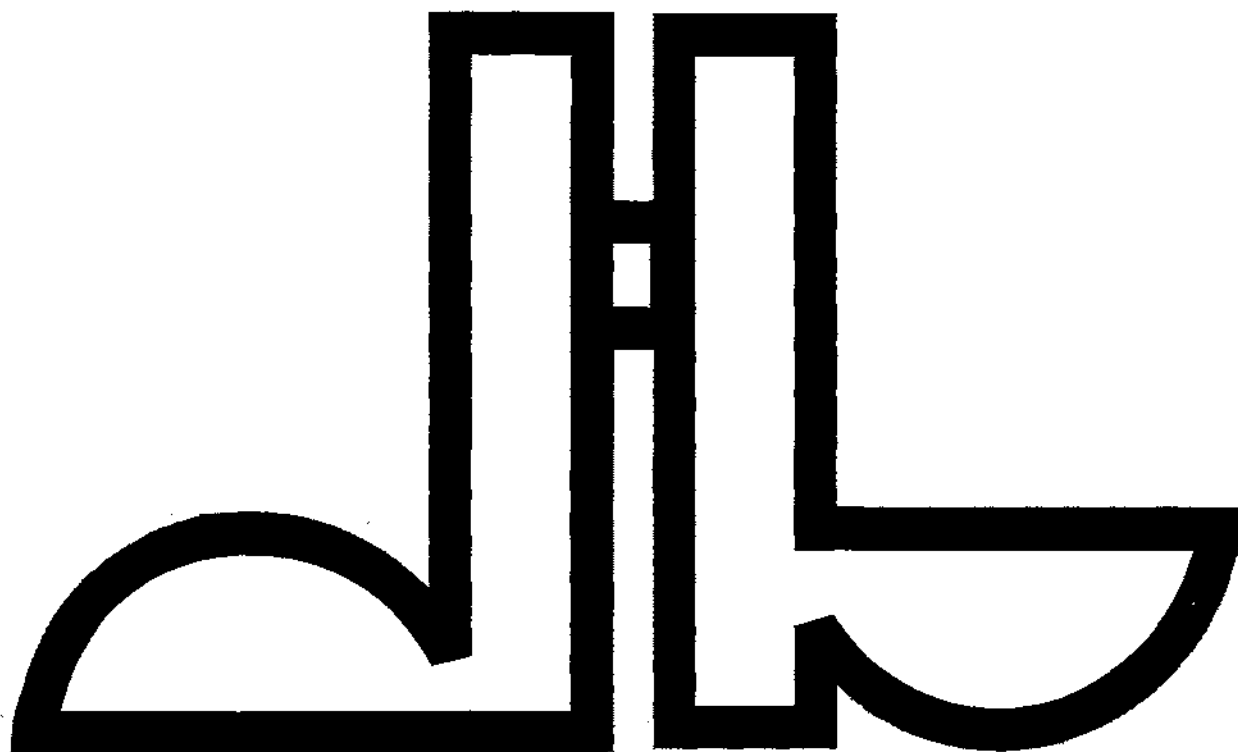




República Federativa do Brasil



**PARECER Nº 20, DE 2000-CN DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS
E FISCALIZAÇÃO, SOBRE O PLN Nº 1, DE 2000-CN-DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2001**

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

MESA DO CONGRESSO NACIONAL

PRESIDENTE

Senador **ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – PFL – BA**

1º VICE-PRESIDENTE

Deputado **HERÁCLITO FORTES – PFL – PI**

2º VICE-PRESIDENTE

Senador **ADEMIR ANDRADE – Bloco (PT/PDT/PSB/PPS) – PA**

1º SECRETÁRIO

Deputado **UBIRATAN AGUIAR – PSDB – CE**

2º SECRETÁRIO

Senador **CARLOS PATROCÍNIO – PFL – TO**

3º SECRETÁRIO

Deputado **JAQUES WAGNER – Bloco (PT/PDT/PSB/PPS) – BA**

4º SECRETÁRIO

Senador **CASILDO MALDANER – PMDB – SC**

IV – Operação Especial, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de Governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º As atividades, projetos e operações especiais serão desdobrados em subtítulos, especialmente para especificar sua localização física integral ou parcial, não podendo haver alteração das respectivas finalidades e da denominação das metas estabelecidas.

§ 3º Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função e a subfunção às quais se vinculam.

§ 4º As categorias de programação de que trata esta lei serão identificadas no projeto de Lei Orçamentária por programas, atividades, projetos ou operações especiais, e respectivos subtítulos com indicação de suas metas físicas.

Art. 4º Os orçamentos fiscal e da seguridade social discriminarão a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação em seu menor nível com suas respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, a modalidade de aplicação, a fonte de recursos, o identificador de uso, e os grupos de despesa conforme a seguir discriminados:

- 1 – pessoal e encargos sociais;
- 2 – juros e encargos da dívida;
- 3 – outras despesas correntes;
- 4 – investimentos;

5 – inversões financeiras, incluídas quaisquer despesas referentes à constituição ou aumento de capital de empresas; e

- 6 – amortização da dívida.

Art. 5º As metas físicas serão indicadas em nível de subtítulo e agregadas segundo os respectivos projetos e atividades e constarão do demonstrativo a que se refere o art. 8º, § 1º, inciso XIV desta lei.

Art. 6º Os orçamentos fiscal e da seguridade social compreenderão a programação dos Poderes da União, seus fundos, órgãos, autarquias, inclusive especiais, e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, bem como das empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades em que

a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e que dela recebam recursos do Tesouro Nacional, devendo a correspondente execução orçamentária e financeira ser registrada na modalidade total no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

Parágrafo único. Excluem-se do disposto neste artigo as empresas que recebam recursos da União apenas sob a forma de:

- I – participação acionária;
- II – pagamento pelo fornecimento de bens e pela prestação de serviços;
- III – pagamento de empréstimos e financiamentos concedidos; e
- IV – transferências para aplicação em programas de financiamento nos termos do disposto nos arts. 159, inciso I, alínea c, e 239, § 1º, da Constituição.

Art. 7º A Lei Orçamentária discriminará em categorias de programação específicas as dotações destinadas:

I – às ações descentralizadas de saúde e assistência social para cada Estado, para o Distrito Federal e para o conjunto dos municípios de cada um dos estados;

II – ao pagamento de benefícios da previdência, para cada categoria de benefício;

III – aos benefícios mensais às pessoas portadoras de deficiência e aos idosos, em cumprimento ao disposto no art. 203, inciso V, da Constituição;

IV – ao conjunto de municípios de cada estado e ao Distrito Federal para o atendimento de ações de alimentação escolar;

V – às despesas com auxílio-alimentação/refeição, assistência pré-escolar e assistência médica e odontológica no âmbito dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e do Ministério Público da União, inclusive das entidades da administração indireta que recebam recursos à conta dos orçamentos fiscal e da seguridade social;

VI – à concessão de subvenções econômicas e subsídios;

VII – à participação em constituição ou aumento de capital de empresas;

VIII – ao atendimento das operações realizadas no âmbito da renegociação da dívida dos estados e municípios, bem como aquelas relativas à redução da presença do setor público nas atividades bancária e financeira, autorizadas até 15 de abril de 2000;

IX – ao pagamento de precatórios judiciais, que constarão das unidades orçamentárias responsáveis pelos débitos; e

X – as despesas com publicidade, propaganda e divulgação oficial.

§ 1º O disposto no inciso V deste artigo aplica-se, igualmente, aos órgãos e entidades que prestem, total ou parcialmente, os referidos benefícios a seus servidores e dependentes, por intermédio de serviços próprios.

§ 2º A inclusão de recursos na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais para atender às despesas de que trata o inciso V deste artigo fica condicionada à informação do número de beneficiados nas respectivas metas.

Art. 8º O projeto de lei orçamentária que o Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional e a respectiva lei serão constituídos de:

I – texto da lei;

II – quadros orçamentários consolidados;

III – anexo dos orçamentos fiscal e da seguridade social, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta lei;

IV – anexo do orçamento de investimento a que se refere o art. 165, § 5º, inciso II, da Constituição, na forma definida nesta lei; e

V – discriminação da legislação da receita e da despesa, referente aos orçamentos fiscal e da seguridade social.

§ 1º Os quadros orçamentários a que se refere o inciso II deste artigo, incluindo os complementos referenciados no art. 22, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, são os seguintes:

I – evolução da receita do Tesouro Nacional, segundo as categorias econômicas e seu desdobramento em fontes, discriminando cada imposto e contribuição de que trata o art. 195 da Constituição;

II – evolução da despesa do Tesouro Nacional, segundo as categorias econômicas e grupos de despesa;

III – resumo das receitas dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, por categoria econômica e origem dos recursos;

IV – resumo das despesas dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, por categoria econômica e origem dos recursos;

V – receita e despesa, dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, segundo categorias econômicas, conforme o Anexo I da Lei nº 4.320, de 1964, e suas alterações;

VI – receitas dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, de acordo com a classificação constante do Anexo III da Lei nº 4.320, de 1964, e suas alterações;

VII – despesas dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, segundo Poder e órgão, por grupo de despesa e fonte de recursos;

VIII – despesas dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, segundo a função, subfunção, programa, e grupo de despesa;

IX – recursos do Tesouro Nacional, diretamente arrecadados, nos orçamentos fiscal e da seguridade social, por órgão;

X – programação referente à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, nos termos do art. 212 da Constituição, em nível de órgão, detalhando fontes e valores por categoria de programação;

XI – recursos destinados à irrigação, nos termos do art. 42 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, por região;

XII – resumo das fontes de financiamento e da despesa do orçamento de investimento, segundo órgão, função, subfunção e programa;

XIII – fontes de recursos por grupos de despesas; e

XIV – despesas dos orçamentos fiscal e da seguridade social segundo os programas de governo, com os seus objetivos e indicadores para aferir os resultados esperados, detalhado por atividades, projetos e operações especiais, com a identificação das metas, se for o caso, e unidades orçamentárias executoras.

§ 2º A mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentária conterá:

I – análise da conjuntura econômica do País, atualizando as informações de que trata o § 4º do art. 4º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, com indicação do cenário macroeconômico para 2001, e suas implicações sobre a proposta orçamentária;

II – resumo da política econômica e social do Governo;

III – avaliação das necessidades de financiamento do governo central, explicitando receitas e despesas, bem como indicando os resultados primário e nominal implícitos no projeto de lei orçamentária para 2001, os estimados para 2000 e os observados em 1999, evidenciando a metodologia de cálculo de todos os itens computados nas necessidades de financiamento e os parâmetros utilizados;

IV – justificativa da estimativa e da fixação, respectivamente, dos principais agregados da receita e da despesa.

§ 3º O Poder Executivo disponibilizará até quinze dias após o encaminhamento do projeto de lei orçamentária, podendo ser por meios eletrônicos, demonstrativos contendo as seguintes informações complementares:

I – as categorias de programação constantes da proposta orçamentária consideradas como despesa financeira para fins de cálculo do resultado primário;

II – os resultados correntes dos orçamentos fiscal e da seguridade social;

III – os recursos destinados a eliminar o analfabetismo e universalizar o ensino fundamental, de forma a caracterizar o cumprimento do disposto no art. 60 do ADCT, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996, detalhando fontes e valores por categoria de programação;

IV – o detalhamento dos principais custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos, para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados;

V – a programação orçamentária, detalhada por operações especiais, relativa à concessão de quaisquer empréstimos, destacando os respectivos subsídios, quando houver, no âmbito dos orçamentos fiscal e da seguridade social;

VI – o detalhamento, por unidade orçamentária da administração pública federal que destine recursos para entidades de previdência fechada, do valor de suas contribuições a título de patrocinadores;

VII – os gastos, por unidade da Federação, nas áreas de assistência social, educação, desporto, habitação, saúde, saneamento, transportes e irrigação, conforme informações dos órgãos setoriais, com indicação dos critérios utilizados;

VIII – a despesa com pessoal e encargos sociais, por Poder, órgão e total, executada nos últimos três anos, a execução provável em 2000 e o programado para 2001, com a indicação da representatividade percentual do total e por Poder em relação à receita corrente líquida, tal como definida na Lei Complementar nº 101, de 2000, demonstrando a memória de cálculo;

IX – a memória de cálculo das estimativas:

a) do resultado da previdência social geral, especificando receitas e despesas mensais e no exercício, explicitando as hipóteses quanto aos fatores que afetam o crescimento das receitas, o crescimento vegetativo das despesas com benefícios, os índices de

reajuste dos benefícios vinculados ao salário mínimo e dos demais;

b) do gasto com pessoal e encargos sociais, por órgão, e no exercício, explicitando as hipóteses quanto ao crescimento vegetativo, concursos públicos, reestruturação de carreiras, reajustes gerais e específicos e ao aumento ou diminuição do número de servidores;

X – a memória de cálculo da estimativa das despesas com amortização e com juros e encargos da dívida pública mobiliária federal interna, separando o pagamento ao Banco Central do Brasil e ao público, e externa em 2001, indicando os prazos médios de vencimento, considerados para cada tipo e série de títulos e, separadamente, as despesas com juros, e respectivas taxas, com deságios e com outros encargos;

XI – a situação observada no exercício de 1999 em relação aos limites e condições de que trata o art. 167, inciso III, da Constituição;

XII – o efeito, por região, decorrente de isenções e de quaisquer outros benefícios tributários, indicando, por tributo e por modalidade de benefício contido na legislação do tributo, a perda de receita que lhes possa ser atribuída, bem como os subsídios financeiros e creditícios concedidos por órgão ou entidade da administração direta e indireta com os respectivos valores por espécie de benefício, identificada expressamente a legislação autorizativa, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 6º, da Constituição, observado o disposto no § 10 deste artigo;

XIII – o demonstrativo da receita nos termos do art. 12 da Lei Complementar nº 101, de 2000, destacando-se os principais itens de:

a) impostos;

b) contribuições sociais;

c) taxas;

d) concessões e permissões; e

e) privatizações;

XIV – a correspondência entre os valores das estimativas de cada item de receita, de acordo com o detalhamento a que se refere o inciso VI do § 1º deste artigo, e os valores das estimativas de cada fonte de recurso a que se refere o art. 41 desta lei;

XV – a evolução das receitas diretamente arrecadadas nos três últimos anos, por órgão e unidade orçamentária, a execução provável para 2000 e a estimada para 2001, separando-se, para estes dois últimos anos, as de origem financeira das de origem não-financeira, utilizadas no cálculo das necessida-

des de financiamento do setor público federal a que se refere o inciso III do § 2º deste artigo;

XVI – a memória de cálculo das estimativas mês a mês:

a) das receitas brutas administradas pela Secretaria da Receita Federal, destacando os efeitos da variação do índice de preços, das alterações da legislação e dos demais fatores que contribuam para as estimativas; e

b) das receitas administradas pela Secretaria da Receita Federal, segundo as rubricas da Lei Orçamentária; calculadas a partir dos montantes estimados na alínea anterior;

XVII – a metodologia e a memória de cálculo da receita corrente líquida prevista na proposta orçamentária;

XVIII – o custo médio por beneficiário, por unidade orçamentária, por órgão e por Poder, dos gastos com:

a) assistência médica e odontológica;

b) auxílio-alimentação/refeição; e

c) assistência pré-escolar;

XIX – os pagamentos, por fonte de recursos, relativos aos Grupos de Despesa “juros e encargos da dívida” e “amortização da dívida”, da dívida interna e externa, realizados nos últimos três anos, sua execução provável em 2000 e o programado para 2001;

XX – o impacto em 1997, 1998 e 1999 e as estimativas para 2000 e 2001, no âmbito do orçamento fiscal, das dívidas de estados e municípios assumidas pela União, discriminando por Estado e conjunto de municípios;

XXI – o estoque da dívida pública federal, interna e externa junto ao mercado, distinguindo a de responsabilidade do Tesouro Nacional daquela do Banco Central do Brasil, bem como a do Tesouro Nacional junto ao Banco Central do Brasil em 31 de dezembro dos três últimos anos e em 30 de junho de 2000, e as previsões do estoque para 31 de dezembro de 2000 e 2001, especificando-se para cada uma delas:

a) mobiliária ou contratual;

b) tipo e série de título, no caso da mobiliária; e

c) prazos de emissão e vencimento;

XXII – o impacto do programa de privatização na receita e na despesa da União ao de 1997 até 1999, com estimativas para 2000 e 2001, discriminando os custos de reestruturação prévia das empresas privatizadas e empréstimos realizados diretamente pela União ou por meio de instituição financeira pública federal;

XXIII – o resultado do Banco Central do Brasil realizado no exercício de 1999 e o realizado nos dois primeiros trimestres de 2000, especificando os principais elementos que contribuíram para esse resultado;

XXIV – as fontes e a memória de cálculo dos recursos destinados ao Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização – FUNDAF;

XXV – a memória de cálculo da reserva de contingência e das transferências constitucionais para Estados, Distrito Federal e Municípios;

XXVI – a memória de cálculo da complementação da União ao Fundo de Manutenção do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF, indicando-se o valor mínimo por aluno, nos termos do art. 6º, §§ 1º e 2º, da Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, discriminando-se os recursos por unidade da Federação;

XXVII – a memória de cálculo do montante de recursos para aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino, a que se refere o art. 212 da Constituição, e do montante de recursos para aplicação na erradicação do analfabetismo e na manutenção e no desenvolvimento do ensino fundamental, previsto no art. 60 do ADCT;

XXVIII – das despesas do Sistema Único de Saúde – SUS, por Estado e Distrito Federal, indicando os critérios previstos no art. 35 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e as respectivas parcelas;

XXIX – os subítulos de projeto em andamento, cuja execução financeira, até 30 de junho de 2000, ultrapasse vinte por cento do seu custo total estimado, informando o percentual de execução e o custo total, para fins do que estabelece o art. 25 desta lei;

XXX – o orçamento de investimento, indicando, por subítulo, as fontes de financiamento, distinguindo os recursos originários da empresa controladora e do Tesouro Nacional;

XXXI – o impacto da assunção das obrigações decorrentes dos empréstimos compulsórios instituídos pelo Decreto-Lei nº 2.288, de 23 de julho de 1986, conforme determinação da Medida Provisória nº 1.980-17, de 6 de abril de 2000;

XXXII – a memória de cálculo do impacto orçamentário das renegociações das dívidas com o setor rural, no período 1997-1999, com estimativas para 2000 e 2001, especificando o impacto de cada ano;

XXXIII – a situação atual dos créditos do Programa de Estimulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional – PROER, contendo os recursos utilizados com os respectivos encar-

gos e pagamentos efetuados, por instituição devedora;

XXXIV – os dados relativos ao índice de desenvolvimento humano de que trata o parágrafo único do art. 2º desta lei, indicando, dentre outros, a instituição responsável e a abrangência da apuração, bem como os critérios utilizados para a escolha das áreas prioritizadas;

XXXV – a relação das ações que constituem despesas obrigatórias de caráter continuado, de que trata o art. 17, da Lei Complementar nº 101, de 2000;

XXXVI – os valores das aplicações das agências financeiras oficiais de fomento nos dois últimos anos, a execução provável para 2000 e as estimativas para 2001, consolidadas e por agência, região, estado, setor e fonte de recursos, evidenciando, ainda, a participação dos pequenos, médios e grandes tomadores.

§ 4º Os valores constantes dos demonstrativos previstos no § 3º serão elaborados a preços da proposta orçamentária, explicitada a metodologia utilizada para sua atualização.

§ 5º O Poder Executivo enviará ao Congresso Nacional os projetos de lei orçamentária e dos créditos adicionais em meio eletrônico com sua despesa regionalizada e discriminada, no caso do projeto de lei orçamentária, por elemento de despesa.

§ 6º Os órgãos setoriais do sistema de planejamento e orçamento encaminharão à Comissão de que trata o § 1º do art. 166 da Constituição, no mesmo prazo fixado no § 3º deste artigo, demonstrativo contendo a relação das obras que constarem da proposta orçamentária e cujo valor ultrapasse R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais), contendo:

a) especificação do objeto da obra ou etapa da obra, identificando o respectivo subtítulo orçamentário;

b) estágio em que se encontra;

c) cronograma físico-financeiro para sua conclusão; e

d) etapas a serem executadas com as dotações consignadas no projeto de lei orçamentária.

§ 7º A Comissão Mista Permanente prevista no § 1º do art. 166 da Constituição terá acesso a todos os dados utilizados na elaboração da proposta orçamentária, inclusive por meio do Sistema Integrado de Dados Orçamentários – SIDOR.

§ 8º Os demonstrativos e informações complementares exigidos por esta lei identificarão, logo abaixo do respectivo título, o dispositivo a que se referem.

§ 9º No demonstrativo de que trata o inciso V do § 1º deste artigo serão discriminadas, separadamente, as estimativas relativas às contribuições dos empregadores para a seguridade social, incidentes sobre a folha de salários, o faturamento, os lucros e a contribuição dos trabalhadores, estabelecidas, respectivamente, nos incisos I e II do art. 195 da Constituição.

§ 10. O demonstrativo a que se refere o inciso XII do § 3º deste artigo discriminará os valores referentes à renúncia fiscal do Regime Geral de Previdência Social relativa à contribuição dos empregadores e trabalhadores para a Seguridade Social das entidades beneficentes de assistência social que atendam aos requisitos do art. 55 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, do segurado especial, do empregador doméstico, do empregador rural – pessoa física e jurídica –, das associações desportivas que mantêm equipe de futebol profissional e das empresas optantes do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, correspondentes à diferença entre o valor que seria devido segundo o disposto nos arts. 21 e 22, incisos I a IV, da mesma lei e no art. 57, § 6º, da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, conforme o caso, e o efetivamente devido.

§ 11. O projeto de lei orçamentária demonstrará a estimativa da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado para 2001, em valores correntes e em termos de percentual da receita corrente líquida, destacando-se pelo menos aquela relativa aos gastos com pessoal e encargos sociais.

Art. 9º Para efeito do disposto no art. 8º, os Poderes Legislativo, Judiciário e o Ministério Público da União encaminharão ao Órgão Central do Sistema de Planejamento Federal e de Orçamento, por meio do SIDOR, até 10 de agosto, suas respectivas propostas orçamentárias, para fins de consolidação do projeto de lei orçamentária.

Art. 10. No projeto de lei orçamentária será atribuído a cada subtítulo, para fins de processamento, um código sequencial que não constará da lei orçamentária.

Parágrafo único. As modificações propostas nos termos do art. 166, § 5º, da Constituição, deverão preservar os códigos sequenciais da proposta original.

Art. 11. Cada projeto constará somente de uma esfera orçamentária e de um programa.

Parágrafo único. As atividades com a mesma finalidade de outras já existentes deverão observar o

mesmo código, independentemente da unidade executora.

Art. 12. A modalidade de aplicação, referida no art. 4º desta lei, destina-se a indicar se os recursos serão aplicados diretamente pela unidade detentora do crédito orçamentário, ou transferidos, ainda que na forma de descentralização, a outras esferas de Governo, órgãos ou entidades, de acordo com a especificação estabelecida pela Secretaria de Orçamento Federal, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, observando-se, no mínimo, o seguinte detalhamento:

- I – governo estadual – 30;
- II – administração municipal – 40;
- III – entidade privada sem fins lucrativos – 50;
- IV – aplicação direta – 90; ou
- V – a ser definida – 99.

§ 1º Não se aplica a exigência estabelecida no inciso II, do art. 41 desta lei quando da definição de que trata o inciso V deste artigo.

§ 2º É vedada a execução orçamentária com a modalidade de aplicação “a ser definida – 99”.

Art. 13. O identificador de uso, a que se refere o art. 4º desta lei, destina-se a indicar se os recursos compõem contrapartida nacional de empréstimos ou de doações, ou destinam-se a outras aplicações, constando da lei orçamentária e de seus créditos adicionais pelos seguintes dígitos, que antecederão o código das fontes de recursos:

- I – recursos não destinados à contrapartida – 0;
- II – contrapartida de empréstimos do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD – 1;
- III – contrapartida de empréstimos do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID – 2; ou
- IV – outras contrapartidas – 3.

§ 1º Os identificadores de uso incluídos na Lei Orçamentária ou nas leis de abertura de créditos adicionais, observado o art. 27 desta lei, poderão ser modificados exclusivamente pela Secretaria de Orçamento Federal, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, mediante publicação de portaria no **Diário Oficial da União**, com a devida justificativa, para atender às necessidades de execução.

§ 2º Observado o disposto no art. 27 desta lei, a modificação a que se refere o § 1º poderá ocorrer, também, quando da abertura de créditos suplementares autorizados na Lei Orçamentária.

Art. 14. A Lei Orçamentária poderá conter código classificador em todas as categorias de programa-

ção, que identificará se a despesa é de natureza financeira ou não-financeira, de acordo com a metodologia de cálculo das necessidades de financiamento, conforme demonstrativo previsto no art. 8º, § 3º, I, desta lei.

Art. 15. As fontes de recursos que correspondem às receitas provenientes da concessão e permissão constarão na Lei Orçamentária com código próprio que as identifiquem conforme a origem da receita, discriminando-se durante a execução, no mínimo, aquelas decorrentes do ressarcimento pela fiscalização de bens e serviços públicos e concessão ou permissão nas áreas de telecomunicações, transportes, petróleo e eletricidade.

Art. 16. Os fundos de incentivos fiscais não integrarão a lei orçamentária, figurando exclusivamente no projeto de lei, em conformidade com o disposto no art. 165, § 6º, da Constituição.

CAPÍTULO III

Das Diretrizes para Elaboração dos Orçamentos da União e suas Alterações

Seção I

Das Diretrizes Gerais

Art. 17. A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2001 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

Parágrafo único. Serão divulgados na Internet, ao menos:

I – pelo Poder Executivo, informações relativas à elaboração do projeto de lei orçamentária:

a) as estimativas das receitas de que trata o art. 12, § 3º da Lei Complementar nº 101, de 2000;

b) os limites inicial e final fixados para cada Poder e órgão;

c) a proposta de lei orçamentária, inclusive em versão simplificada, seus anexos, a programação constante do detalhamento das ações e as informações complementares:

II – pelo Poder Executivo, a Lei Orçamentária anual; e

III – pelo Congresso Nacional, o Parecer Preliminar, os relatórios setoriais e final e o Parecer da Comissão, com seus anexos.

Art. 18. A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária de 2001 deverão levar em conta a obtenção de superávit primário conforme discriminado no Anexo de Metas Fiscais, nos orçamentos fiscal e da seguridade social, e de, no mínimo, R\$1.244.222.000,00 (um bilhão, duzentos e quarenta e quatro milhões e duzentos e vinte e dois mil reais) no programa de que trata o inciso IV do § 2º deste artigo.

§ 1º Durante a execução dos orçamentos mencionados no **caput** deste artigo, poderá haver compensação de eventual frustração da meta dos orçamentos fiscal e da seguridade social por excedente do resultado apurado no programa de que trata o inciso IV do § 2º deste artigo.

§ 2º A mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentária anual ao Congresso Nacional será acompanhada de:

I – memória de cálculo do resultado primário no projeto dos orçamentos fiscal e da seguridade social, que considerará a diferença entre os montantes previstos no **caput** do art. 33 desta lei e no seu § 1º, como despesa não-financeira;

II – demonstrativo numérico, acompanhado das hipóteses quanto às variáveis relevantes para os cálculos, de que o resultado nominal no projeto dos orçamentos fiscal e da seguridade social é compatível com a meta de resultado nominal do governo central fixada no Anexo de Metas Fiscais;

III – indicação dos órgãos que apurarão os resultados primário e nominal, para fins de avaliação do cumprimento das metas;

IV – demonstrativo sintético do Programa de Dispendios Globais das empresas estatais que não integram os orçamentos fiscal e da seguridade social, onde deverá estar consubstanciado o resultado primário dessas empresas e a metodologia de apuração do resultado.

§ 3º Sem prejuízo do disposto no art. 9º, § 4º, da Lei Complementar nº 101, de 2000, o Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional, no prazo de trinta dias após o encerramento de cada quadrimestre, e 15 (quinze) dias após o fechamento do Siafi, no encerramento do exercício, relatórios de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário dos orçamentos fiscal e da seguridade social e dos resultados de que trata o § 1º deste artigo, bem assim das justificações de eventuais desvios, com indicação das medidas corretivas.

Art. 19. O projeto de lei orçamentária poderá incluir a programação constante de propostas de alte-

rações do Plano Plurianual 2000-2003, que tenham sido objeto de projetos de lei específicos.

Art. 20. Os Poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Público da União terão como limites de outras despesas correntes e de capital em 2001, para efeito de elaboração de suas respectivas propostas orçamentárias, o conjunto das dotações fixadas na lei orçamentária de 2000.

§ 1º No cálculo dos limites a que se refere o **caput** deste artigo, serão excluídas as dotações destinadas ao pagamento de precatórios, construção ou aquisição de imóveis e modernização e coordenação do processo eleitoral do ano 2000.

§ 2º Aos limites estabelecidos de acordo com o **caput** deste artigo e o § 1º, serão acrescidas as despesas da mesma espécie das mencionadas no referido parágrafo e pertinentes ao exercício de 2001 e as de manutenção de novas instalações em imóveis adquiridos ou concluídos nos exercícios de 2000 e 2001.

Art. 21. A alocação dos créditos orçamentários será feita diretamente à unidade orçamentária responsável pela execução das ações correspondentes, ficando proibida a consignação de recursos a título de transferência para unidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social.

Parágrafo único. Desde que observadas as vedações contidas no art. 167, inciso VI, da Constituição, fica facultada a descentralização de créditos orçamentários para execução de ações de responsabilidade da unidade descentralizadora.

Art. 22. Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta lei, a alocação dos recursos na lei orçamentária e em seus créditos adicionais será feita de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Art. 23. O Poder Judiciário, sem prejuízo do envio das relações de dados cadastrais dos precatórios aos órgãos ou entidades devedores, encaminhará à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e à Secretaria de Orçamento Federal, até sete dias após a publicação desta lei, inclusive em meio eletrônico, na forma de banco de dados, por intermédio dos seus respectivos órgãos centrais de planejamento e orçamento, ou equivalentes, a relação dos débitos constantes de precatórios judiciais a serem incluídos na proposta orçamentária de 2001, conforme determina o art. 100, § 1º, da Constituição, discriminada por órgão da administração direta, autarquias e fundações, e por gru-

po de despesas, conforme detalhamento constante do art. 4º desta lei, especificando:

- a) número da ação originária;
- b) número do precatório;
- c) tipo de causa julgada;
- d) data da autuação do precatório;
- e) nome do beneficiário;
- f) valor do precatório a ser pago; e
- g) data do trânsito em julgado.

§ 1º Os órgãos e entidades devedores, referidos no **caput** deste artigo, comunicarão à Secretaria de Orçamento Federal, no prazo máximo de cinco dias, contado do recebimento da relação dos débitos, eventuais divergências verificadas entre a relação e os processos que originaram os precatórios recebidos.

§ 2º A relação dos débitos, de que trata o **caput** deste artigo, somente incluirá precatórios cujos processos contenham certidão de trânsito em julgado da decisão exequenda e atendam a pelo menos uma das seguintes condições:

I – certidão de trânsito em julgado dos embargos à execução; e

II – certidão de que não tenham sido opostos embargos ou qualquer impugnação aos respectivos cálculos.

Art. 24. Na programação da despesa não poderão ser:

I – fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente instituídas as unidades executoras;

II – incluídos projetos com a mesma finalidade em mais de uma unidade orçamentária;

III – incluídas despesas a título de investimentos – Regime de Execução Especial, ressalvados os casos de calamidade pública formalmente reconhecidos, na forma do art. 167, § 3º, da Constituição; e

IV – transferidos a outras unidades orçamentárias os recursos recebidos por transferência.

Art. 25. Além da observância das prioridades e metas fixadas nos termos do art. 2º desta lei, a lei orçamentária e seus créditos adicionais, observado o disposto no art. 45 da Lei Complementar nº 101, de 2000, somente incluirão projetos ou subtítulos de projetos novos se:

I – tiverem sido adequadamente contemplados todos os projetos e respectivos subtítulos em andamento; e

II – os recursos alocados viabilizarem a conclusão de uma etapa ou a obtenção de uma unidade

completa, considerando-se as contrapartidas de que trata o inciso II do **caput** do art. 35 desta lei.

§ 1º Para fins de aplicação do disposto neste artigo, não serão considerados projetos com títulos genéricos que tenham constado de leis orçamentárias anteriores.

§ 2º Serão entendidos como projetos ou substitutos de projetos em andamento aqueles cuja execução financeira, até 30 de junho de 2000, ultrapassar vinte por cento do seu custo total estimado, conforme indicado no demonstrativo previsto no inciso XXIX do § 3º do art. 8º desta lei.

Art. 26. Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas com:

I – início de construção, ampliação, reforma voluntária ou útil, aquisição, novas locações ou arrendamentos de imóveis residenciais;

II – aquisição de mobiliário e equipamento para unidades residenciais de representação funcional;

III – aquisições de automóveis de representação, ressalvadas aquelas referentes a automóveis de uso:

a) do Presidente, Vice-Presidente e ex-Presidentes da República;

b) dos Presidentes da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e dos Membros das Mesas Diretoras da Câmara dos Deputados e do Senado Federal;

c) Presidentes dos Tribunais Superiores;

d) dos Ministros de Estado e do Supremo Tribunal Federal;

e) do Procurador-Geral da República;

f) do Advogado-Geral da União e dos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica;

IV – celebração, renovação e prorrogação de contratos de locação e arrendamento de quaisquer veículos para representação pessoal;

V – ações de caráter sigiloso, salvo quando realizadas por órgãos ou entidades cuja legislação que as criou estabeleça, entre suas competências, o desenvolvimento de atividades relativas à segurança da sociedade e do Estado e que tenham como precondition o sigilo, constando os valores correspondentes de categorias de programação específicas;

VI – ações que não sejam de competência exclusiva da União, comum à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, ou com ações em que a Constituição não estabeleça a obrigação da União em cooperar técnica e financeiramente;

VII – clubes e associações de servidores ou quaisquer outras entidades congêneres, excetuadas creches e escolas para o atendimento pré-escolar;

VIII – pagamento, a qualquer título, a servidor da administração pública ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, por serviços de consultoria ou assistência técnica, inclusive custeados com recursos provenientes de convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, firmados com órgãos ou entidades de direito público ou privado, nacionais ou internacionais; e

IX – compra de títulos públicos por parte de órgãos da administração indireta federal, exceto para atividades legalmente atribuídas ao órgão.

§ 1º Desde que as despesas sejam especificamente identificadas na lei orçamentária, excluem-se da vedação prevista:

I – nos incisos I e II do **caput** deste artigo, as destinações para:

a) unidades equipadas, essenciais à ação das organizações militares;

b) as unidades necessárias à instalação de novas representações diplomáticas no exterior;

c) representações diplomáticas no exterior;

d) residências funcionais dos Ministros de Estado e dos membros do Poder Legislativo em Brasília; e

e) as despesas dessa natureza, que sejam relativas às sedes oficiais das representações diplomáticas no exterior e que sejam cobertas com recursos provenientes da renda consular;

II – no inciso III do **caput** deste artigo, as aquisições com recursos oriundos da renda consular para atender às representações diplomáticas no exterior;

III – no inciso VI do **caput** deste artigo, as despesas para atender à assistência técnica aos Tribunais de Contas estaduais, com vistas ao cumprimento das atribuições estipuladas na Lei Complementar nº 101, de 2000, e para ações de segurança pública nos termos do **caput** do art. 144 da Constituição.

§ 2º Os serviços de consultoria somente serão contratados para execução de atividades que comprovadamente não possam ser desempenhadas por servidores ou empregados da Administração Federal, publicando-se no **Diário Oficial** da União, além do extrato do contrato, a justificativa e a autorização da contratação, no qual constará, necessariamente, quantitativo médio de consultores, custo total dos serviços, especificação dos serviços e prazo de conclusão.

Art. 27. Os recursos para compor a contrapartida de empréstimos interno e externo e para o pagamento de sinal, amortização, juros e outros encargos, observados os cronogramas financeiros das respectivas operações, não poderão ter destinação diversa das referidas finalidades, exceto se comprovado documentadamente erro na alocação desses recursos.

Parágrafo único. Excetua-se do disposto neste artigo a destinação, mediante a abertura de crédito adicional, com prévia autorização legislativa, de recursos de contrapartida para a cobertura de despesas com pessoal e encargos sociais, sempre que for evidenciada a impossibilidade da sua aplicação original.

Art. 28. Somente poderão ser incluídas no projeto de lei orçamentária dotações relativas às operações de crédito contratadas ou aprovadas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão ou pelo Ministério da Fazenda, até 15 de junho de 2000.

Parágrafo único. Excetua-se do disposto neste artigo a emissão de títulos da dívida pública federal.

Art. 29. Sem prejuízo do disposto na Lei nº 8.020, de 12 de abril de 1990, somente poderão ser destinados recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social, inclusive de receitas diretamente arrecadadas dos órgãos e entidades da administração pública federal, para entidade de previdência fechada ou congênera legalmente constituída e em funcionamento até 10 de julho de 1989, desde que:

I – não aumente a participação relativa da patrocinadora, em relação à contribuição dos seus participantes, verificada no exercício de 1989;

II – os recursos de cada patrocinadora, destinados a esta finalidade, não sejam superiores àqueles verificados no balanço de 1989, atualizados pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna, da Fundação Getúlio Vargas.

Art. 30. É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas, aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada, que preencham uma das seguintes condições:

I – sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde ou educação, e estejam registradas no Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS;

II – sejam vinculadas a organismos internacionais de natureza filantrópica, institucional ou assistencial;

III – atendam ao disposto no art. 204 da Constituição, no art. 61 do ADCT, bem como na Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993; ou

IV – sejam vinculadas a missão diplomática ou repartição consular brasileira no exterior e tenham por objetivo a divulgação da cultura brasileira e do idioma português falado no Brasil.

§ 1º Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular nos últimos cinco anos, emitida no exercício de 2001 por três autoridades locais e comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria.

§ 2º É vedada, ainda, a inclusão de dotação global a título de subvenções sociais.

Art. 31. É vedada a inclusão de dotações, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, a título de “auxílios” para entidades privadas, ressalvadas, as sem fins lucrativos e desde que sejam:

I – de atendimento direto e gratuito ao público e voltadas para o ensino especial, ou representativas da comunidade escolar das escolas públicas estaduais e municipais do ensino fundamental ou, ainda, unidades mantidas pela Campanha Nacional de Escolas da Comunidade – CNEC;

II – cadastradas junto ao Ministério do Meio Ambiente, para recebimento de recursos oriundos de programas ambientais, doados por organismos internacionais ou agências governamentais estrangeiras;

III – voltadas para as ações de saúde e de atendimento direto e gratuito ao público, prestadas pelas Santas Casas de Misericórdia e outras entidades sem fins lucrativos, e que estejam registradas no Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS;

IV – signatárias de contrato de gestão com a administração pública federal, não qualificadas como organizações sociais nos termos da Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998;

V – consórcios intermunicipais de saúde, constituídos exclusivamente por entes públicos, legalmente instituídos e signatários de contrato de gestão com a administração pública federal, e que participem da execução de programas nacionais de saúde; ou

VI – qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, de acordo com a Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999.

Parágrafo único. Sem prejuízo da observância das condições estabelecidas neste artigo, a inclusão de dotações na lei orçamentária e sua execução, dependerão, ainda, de:

I – publicação, pelo Poder Executivo, de normas a serem observadas na concessão de auxílios, prevendo-se cláusula de reversão no caso de desvio de finalidade;

II – destinação dos recursos exclusivamente para a ampliação, aquisição de equipamentos e sua ampliação e de material permanente, exceto no caso do inciso IV do **caput** deste artigo; e

III – identificação do beneficiário e do valor transferido no respectivo convênio.

Art. 32. A execução das ações de que tratam os arts. 30 e 31 fica condicionada à autorização específica exigida pelo **caput** do art. 26 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art. 33. A proposta orçamentária conterá reserva de contingência, constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal, em montante equivalente a, no mínimo, dois por cento da receita corrente líquida.

Parágrafo único. Na lei orçamentária, o percentual de que trata o **caput** deste artigo não será inferior a um por cento, com recursos do orçamento fiscal.

Art. 34. Os investimentos programados no orçamento fiscal para construção e pavimentação de rodovias não poderão exceder a vinte por cento do total destinado a rodovias federais.

§ 1º Não se incluem no limite fixado no **caput** deste artigo os investimentos em rodovias para eliminação de pontos críticos e adequação de capacidade das vias.

§ 2º A alocação de recursos por unidade da Federação para “conservação preventiva, rotineira e emergencial” orientar-se-á pela proporção da malha rodoviária federal pavimentada e não pavimentada.

§ 3º A alocação de recursos por unidade da Federação para “construção e pavimentação de rodovias” orientar-se-á pela proporção da malha rodoviária federal não pavimentada.

§ 4º A alocação de recursos por unidade da Federação para “restauração de rodovias” orientar-se-á pela proporção da malha rodoviária federal pavimentada.

Art. 35. As transferências voluntárias de recursos da União, consignadas na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, para Estados, Distrito Federal ou Municípios, a título de cooperação, auxílios ou assistência financeira, dependerão da comprovação, por parte da unidade beneficiada, no ato da assinatura do instrumento original, de que:

I – instituiu, regulamentou e arrecada todos os tributos previstos nos arts. 155 e 156 da Constituição, ressalvado o imposto previsto no art. 156, inciso III,

com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993, quando comprovada a ausência do fato gerador; e

II – atende ao disposto no art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

III – existe previsão de contrapartida, que será estabelecida de modo compatível com a capacidade financeira da respectiva unidade beneficiada, tendo como limite mínimo e máximo:

a) no caso dos Municípios:

1. cinco e dez por cento, para Municípios com até 25.000 habitantes;

2. dez e vinte por cento, nos demais Municípios localizados nas áreas da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM e no Centro-Oeste;

3. dez e quarenta por cento, para as transferências no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, excluídos os Municípios relacionados nos itens anteriores;

4. vinte e quarenta por cento, para os demais; e

b) no caso dos Estados e do Distrito Federal:

1. dez e vinte por cento, se localizados nas áreas da Sudene e da Sudam e no Centro-Oeste; e

2. vinte e quarenta por cento, para os demais.

§ 1º Os limites mínimos de contrapartida fixados no inciso II do **caput** deste artigo, poderão ser reduzidos quando os recursos transferidos pela União:

I – forem oriundos de doações de organismos internacionais ou de governos estrangeiros e de programas de conversão da dívida externa doada para fins ambientais, sociais, culturais e de segurança pública;

II – destinarem-se a Municípios que se encontrem em situação de calamidade pública formalmente reconhecida, durante o período que esta subsistir;

III – beneficiarem os Municípios, incluídos nos bolsões de pobreza identificados como áreas prioritárias no “Comunidade Solidária” e no Programa “Comunidade Ativa”; ou

IV – destinarem-se ao atendimento dos programas de educação fundamental.

§ 2º Caberá ao órgão transferidor:

I – verificar a implementação das condições previstas neste artigo, exigindo, ainda, do Estado, Distrito Federal ou Município, que ateste o cumprimento dessas disposições, inclusive por intermédio dos balanços contábeis de 2000 e dos exercícios anteriores,

da lei orçamentária para 2001 e correspondentes documentos comprobatórios; e

II – acompanhar a execução ao das atividades, projetos ou operações especiais, e respectivos subtítulos, desenvolvidos com os recursos transferidos.

§ 3º A verificação das condições previstas nos incisos do **caput** deste artigo se dará unicamente no ato da assinatura do convênio, sendo que os documentos comprobatórios exigidos pelos órgãos transferidores terão validade de no mínimo cento e oitenta dias a contar de sua apresentação.

§ 4º Nenhuma liberação de recursos transferidos nos termos deste artigo poderá ser efetuada sem o prévio registro no Subsistema de Convênio do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

§ 5º Não se consideram como transferências voluntárias para fins do disposto neste artigo as descentralizações de recursos a Estados, Distrito Federal e Municípios para realização de ações cuja competência seja exclusiva da União.

Art. 36. Os empréstimos, financiamentos e refinanciamentos, com recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social, observarão as seguintes condições, e, se for o caso, àqueles definidos em lei específica de que trata o art. 27, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101, de 2000:

I – na hipótese de operações com custo de captação identificado, os encargos financeiros não poderão ser inferiores ao referido custo; e

II – na hipótese de operações com custo de captação não identificado, os encargos financeiros não poderão ser inferiores à Taxa Referencial **pro rata tempore**.

§ 1º Serão de responsabilidade do mutuário, além dos encargos financeiros previstos nos incisos I e II do **caput** deste artigo, eventuais comissões, taxas e outras despesas congêneres cobradas pelo agente financeiro.

§ 2º Nos orçamentos fiscal e da seguridade social, as categorias de programação correspondentes a empréstimos, financiamentos e refinanciamentos indicarão a lei que definiu encargo inferior ao custo de captação.

§ 3º Acompanhará o projeto e a lei orçamentária demonstrativo do montante do subsídio decorrente de operações e prorrogações realizadas no exercício com recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social, desdobrando-o, se for o caso, pelos exercícios durante os quais transcorrer a operação.

Art. 37. As prorrogações e composições de dívidas decorrentes de empréstimos, financiamentos e refinanciamentos concedidos com recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social somente poderão ocorrer se vierem a ser expressamente autorizadas por lei específica.

Art. 38. A destinação de recursos para equalização de encargos financeiros ou de preços, pagamento de bonificações a produtores e vendedores e ajuda financeira, a qualquer título, a empresa com fins lucrativos, observará o disposto no art. 26 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Parágrafo único. Será mencionada na respectiva categoria de programação a legislação que autorizou o benefício.

Art. 39. As transferências para entidades privadas sem fins lucrativos que firmarem contrato de gestão com a administração pública federal poderão ser agrupadas em dotações orçamentárias de uma única categoria de programação, conforme definida no art. 4º desta lei, classificada no grupo de despesa "outras despesas correntes", incluindo-se as principais metas constantes do contrato de gestão, desde que a execução orçamentária seja feita no Siafi, no detalhamento equivalente ao da administração pública federal indireta.

Art. 40. A programação a cargo da unidade orçamentária Operações Oficiais de Crédito – Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda conterá exclusivamente as dotações destinadas a atender a despesas com:

I – refinanciamento da dívida externa garantida pela União, reestruturada nos termos das Resoluções do Senado Federal vigentes, e da dívida interna adquirida e refinanciada ao amparo da Lei nº 8.727, de 5 de novembro de 1993;

II – financiamento de programas de custeio e investimento agropecuário e de investimento agroindustrial;

III – financiamento para a comercialização de produtos agropecuários, inclusive os agroecológicos, nos termos previstos no art. 4º do Decreto-Lei nº 79, de 1966, financiamento de estoques previstos no art. 31 da Lei nº 8.171, de 1991, e, também, financiamento para aquisição de produtos agropecuários de que trata o art. 5º, § 5º, inciso IV, da Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995;

IV – financiamento de exportações, desde que tais operações estejam abrangidas pelo Proex;

V – equalização de preços de comercialização de produtos agropecuários e equalização de taxas de

juros e outros encargos financeiros, previstos em lei específica;

VI – financiamento no âmbito do Recoop; e

VII – contratos já celebrados relativos:

a) ao Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados e dos Municípios;

b) à redução da presença do setor público nas atividades bancária e financeira;

c) ao financiamento aos Estados e ao Distrito Federal destinado a ações complementares à implantação dos dispositivos da Lei nº 9.424, de 1996.

§ 1º As despesas de que trata este artigo serão financiadas com recursos provenientes de:

I – operações de crédito externas;

II – emissão de títulos públicos federais, destinados ao pagamento integral da equalização de taxas de juros dos financiamentos às exportações de bens e serviços nacionais e dos financiamentos à produção de bens destinados à exportação, nos termos do Proex;

III – retorno de empréstimos, financiamentos e refinanciamentos concedidos, a qualquer tempo, nas modalidades que, a partir de 1988, passaram a integrar as Operações Oficiais de créditos – Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda, observando-se que:

a) o retorno do refinanciamento da dívida externa do setor público, reestruturada nos termos das Resoluções do Senado Federal, será aplicado, exclusivamente, no resgate de amortizações, juros e outros encargos dos títulos do Tesouro Nacional emitidos para aquela finalidade; e

b) o retorno dos créditos refinanciados ao amparo da Lei nº 8.727, de 1993, destinar-se-á, exclusivamente, ao pagamento de amortizações, juros e outros encargos da dívida assumida pela União, nos termos da referida lei;

IV – prêmio relativo à venda, pelo Governo Federal, de contratos de opção de venda de produtos agropecuários; e

V – emissão de títulos públicos federais, destinados ao pagamento integral da liquidação das operações contratadas no âmbito do Recoop.

§ 2º Os financiamentos de programas de custeio e investimentos agropecuários serão destinados, exclusivamente, aos mini e pequenos produtores rurais e suas cooperativas e associações, ressalvados aqueles financiados por recursos externos.

§ 3º Poderão ser financiados também com recursos não previstos no § 1º deste artigo, obedecidos os limites e condições estabelecidos em lei:

I – os empréstimos e financiamentos decorrentes de programas de custeio e investimentos agropecuários destinados aos mini e pequenos produtores rurais e suas cooperativas e associações e à formação de estoques reguladores e estratégicos, determinados pelo Conselho Monetário Nacional;

II – as despesas com equalização de preços na comercialização de produtos agropecuários e com equalizações de taxas de juros e outros encargos em operações de crédito rural; e

III – contratos já celebrados relativos:

a) ao Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados e dos Municípios;

b) à redução da presença do setor público nas atividades bancária e financeira;

c) ao financiamento aos Estados e ao Distrito Federal destinado a ações complementares à implantação dos dispositivos da Lei nº 9.424, de 1996.

Art. 41. As fontes de recursos e as modalidades de aplicação aprovadas na lei orçamentária e em seus créditos adicionais poderão ser modificadas, justificadamente, para atender às necessidades de execução se publicadas por meio de:

I – portaria do Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, para as fontes, exceto as de que trata o § 2º do art. 67 desta Lei;

II – portaria do dirigente máximo de cada órgão a que estiver subordinada a unidade orçamentária, para as modalidades de aplicação, desde que verificada a inviabilidade técnica, operacional ou econômica da execução do crédito na modalidade prevista na lei orçamentária.

Art. 42. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento estabelecido na lei orçamentária anual.

§ 1º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostas sobre a execução das atividades, dos projetos, das operações especiais e dos respectivos subtítulos e metas.

§ 2º Os decretos de abertura de créditos suplementares autorizados na lei orçamentária serão submetidos pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão ao Presidente da República, acompanhados de exposição de motivos que inclua a justificativa e a indicação dos efeitos dos cancelamentos de dota-

ções sobre execução das atividades, dos projetos, das operações especiais e dos respectivos subtítulos e metas.

§ 3º Até cinco dias após a publicação dos decretos de que trata o § 2º deste artigo o Poder Executivo encaminhará à Comissão Mista Permanente prevista no art. 166, § 1º, da Constituição, cópia dos referidos decretos e exposições de motivos.

§ 4º Cada projeto de lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional.

§ 5º Os créditos adicionais destinados a despesas com pessoal e encargos sociais serão encaminhados ao Congresso Nacional por intermédio de projetos de lei específicos e exclusivamente para essa finalidade.

§ 6º Os créditos adicionais aprovados pelo Congresso Nacional serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva lei.

§ 7º Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos de que tratam os §§ 1º e 2º deste artigo conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, apresentadas de acordo com a classificação de que trata o art. 8º, § 1º inciso VI, desta Lei.

§ 8º Quando a abertura de créditos adicionais implicar alteração das metas constantes do demonstrativo referido no art. 8º, § 1º, inciso XIV, desta Lei, este deverá ser objeto de atualização.

Art. 43. Na lei orçamentária para o exercício de 2001 serão destinados os recursos necessários:

I – à complementação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF, nos termos do art. 6º, §§, 1º e 2º da Lei nº 9.424, de 1996;

II – ao atendimento do disposto no art. 42 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

III – ao programa de renda mínima de que trata a Lei nº 9.533, de 10 de dezembro de 1997.

Art. 44. A destinação de recursos para as ações de alimentação escolar obedecerá ao princípio da descentralização e a distribuição será proporcional ao número de alunos matriculados nas redes públicas de ensino localizadas em cada Município, no ano anterior.

Art. 45. Os recursos alocados na lei orçamentária, com a destinação prevista no inciso IX do art. 7º, desta Lei, somente poderão ser cancelados para a abertura de créditos adicionais com outra finalidade, mediante autorização específica do Congresso Nacional.

Art. 46. A programação de investimento das unidades orçamentárias pertencentes à administração indireta do Ministério da Integração Nacional levará em consideração, entre outros critérios, o tamanho da área assistida e a população beneficiada.

Seção II

Das Diretrizes Específicas do Orçamento da Seguridade Social

Art. 47. O orçamento da seguridade social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações de saúde, previdência e assistência social, obedecerá ao disposto nos arts. 194, 195, 196, 199, 200, 201, 203, 204 e 212, § 4º, da Constituição, e contará, dentre outros, com recursos provenientes:

I – das contribuições sociais previstas na Constituição, exceto a prevista no art. 212, § 5º, e as destinadas por lei às despesas do orçamento fiscal;

II – da contribuição para o plano de seguridade social do servidor, que será utilizada para despesas com encargos previdenciários da União;

III – do orçamento fiscal; e

IV – das demais receitas diretamente arrecadadas pelos órgãos, fundos e entidades que integram, exclusivamente, este orçamento.

§ 1º A destinação de recursos para atender a despesas com ações e serviços públicos de saúde e de assistência social obedecerá ao princípio da descentralização.

§ 2º Os recursos provenientes das contribuições sociais de que trata o art. 195, I, a, e II, no projeto e na lei orçamentária, não se sujeitarão a desvinculação e terão a destinação prevista no art. 167, XI, da Constituição.

Art. 48. No exercício de 2001 serão aplicados em ações e serviços de saúde, no mínimo, recursos equivalentes aos fixados na lei orçamentária e em seus créditos adicionais no exercício financeiro de 1999, acrescido da variação nominal do PIB prevista para o exercício de 2000, e mais 5% (cinco por cento).

Parágrafo único. A distribuição dos recursos para custeio do SUS observará os critérios fixados no art. 35 da Lei nº 8.080, de 1990, combinado com o art. 3º, § 1º, da Lei nº 8.142, de 1990.

Art. 49. A proposta orçamentária conterá a previsão de aumento dos benefícios da seguridade social de forma a possibilitar o atendimento do disposto no art. 7º, IV, da Constituição.

Parágrafo único. Os recursos necessários ao atendimento do aumento real do salário mínimo, caso as dotações da lei orçamentária sejam insuficientes,

serão objeto de crédito suplementar a ser aberto no exercício 2001.

Seção III

Das Diretrizes Específicas do Orçamento de Investimento

Art. 50. O orçamento de investimento, previsto no art. 165, § 5º, inciso II, da Constituição, será apresentado, para cada empresa em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

§ 1º Para efeito de compatibilidade da programação orçamentária a que se refere este artigo com a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, serão considerados investimentos as despesas com aquisição do ativo imobilizado, excetuadas as relativas à aquisição de bens para arrendamento mercantil.

§ 2º A despesa será discriminada nos termos do art. 4º desta lei, segundo a classificação funcional, expressa por categoria de programação em seu menor nível, inclusive com as fontes previstas no § 3º.

§ 3º O detalhamento das fontes de financiamento do investimento de cada entidade referida neste artigo será feito de forma a evidenciar os recursos:

I – gerados pela empresa;

II – decorrentes de participação acionária da União, diretamente ou por intermédio de empresa controladora;

III – oriundos de transferências da União, sob outras formas que não as compreendidas no inciso II;

IV – oriundos de empréstimos da empresa controladora;

V – oriundos da empresa controladora, não compreendidos naqueles referidos nos incisos II e IV deste parágrafo;

VI – decorrentes de participação acionária de outras entidades controladas, direta ou indiretamente, pela União;

VII – oriundos de operações de crédito externas;

VIII – oriundos de operações de crédito internas, exclusive as referidas no inciso IV deste parágrafo; e

IX – de outras origens.

§ 4º A programação dos investimentos à conta de recursos oriundos dos orçamentos fiscal e da seguridade social, inclusive mediante participação acionária, observará o valor e a destinação constantes do orçamento original.

§ 5º As empresas cuja programação conste integralmente no orçamento fiscal ou no orçamento da

seguridade social não integrarão o orçamento de investimento das estatais.

Art. 51. A mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentária ao Congresso Nacional será acompanhada de demonstrativo sintético, por empresa, do Programa de Dispendios Globais, informando a origem dos recursos, com o detalhamento mínimo igual ao estabelecido no § 3º do art. 50, bem como a previsão da sua respectiva aplicação, por grupo de despesa.

CAPÍTULO IV

Das Disposições Relativas à Dívida Pública Federal

Art. 52. A atualização monetária do principal da dívida mobiliária refinanciada da União não poderá superar, no exercício de 2001, a variação do Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M), da Fundação Getúlio Vargas.

Art. 53. As despesas com o refinanciamento da dívida pública federal serão incluídas, na lei e em seus anexos, separadamente das demais despesas com o serviço da dívida e constarão de unidade orçamentária distinta da que contemple os encargos financeiros da União.

Parágrafo único. Entende-se por refinanciamento o pagamento do principal, acrescido da atualização monetária da dívida pública federal, realizado com receita proveniente da emissão de títulos.

Art. 54. A lei orçamentária não poderá incluir estimativa de receita decorrente da emissão de títulos da dívida pública federal superior à necessidade de atendimento das despesas com:

I – o refinanciamento, os juros e outros encargos da dívida, interna e externa, de responsabilidade direta ou indireta do Tesouro Nacional ou que venha a ser de responsabilidade da União nos termos de Resolução do Senado Federal;

II – o aumento do capital de empresas e sociedades em que a União detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto e que não estejam incluídas no programa de desestatização, devendo os títulos conter cláusula de inalienabilidade até o seu vencimento;

III – a desapropriação de imóveis rurais, para fins de reforma agrária, nos termos do art. 184, § 4º, da Constituição, no caso dos Títulos da Dívida Agrária, e para assentamentos de trabalhadores rurais, com outras modalidades de títulos;

IV – a equalização de taxas de juros dos financiamentos às exportações de bens ou serviços nacionais e dos financiamentos à produção de bens destinados à exportação, no âmbito do Proex, devendo os títulos conter cláusulas de atualização cambial até o vencimento;

V – a aquisição de garantias complementares aceitas no exterior, necessárias à renegociação da dívida externa, de médio e longo prazos;

VI – a entrega de recursos a unidades federadas e seus municípios, na forma e condições detalhadas no anexo da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996;

VII – contratos já celebrados no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados e dos Municípios, bem como aqueles relativos à redução da presença do setor público nas atividades bancária e financeira, e ao financiamento aos Estados e ao Distrito Federal destinado a ações complementares à implantação dos dispositivos da Lei nº 9.424, de 1996;

VIII – financiamentos no âmbito do Recoop; e

IX – a cobertura de resultados negativos do Banco Central do Brasil.

Parágrafo único. No caso de amortização, juros e encargos da dívida decorrente da extinção ou dissolução de entidades da administração pública federal, de acordo com a Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, os títulos serão emitidos com prazo mínimo de resgate de dois anos, para o principal e juros.

Art. 55. A receita decorrente da liberação das garantias prestadas pela União, na forma do disposto no Plano Brasileiro de Financiamento 1992, aprovados pelas Resoluções do Senado Federal nºs 98, de 23 de dezembro de 1992, e 90, de 4 de novembro de 1993, será destinada, exclusivamente, à amortização, juros e outros encargos da dívida pública mobiliária federal, de responsabilidade do Tesouro Nacional.

CAPÍTULO V

Das Disposições Relativas às Despesas Da União Com Pessoal E Encargos Sociais

Art. 56. O Poder Executivo, por intermédio do órgão central do Sistema de Pessoal Civil – SIPEC, publicará, até 31 de agosto de 2000, a tabela de cargos efetivos e comissionados integrantes do quadro geral de pessoal civil, demonstrando os quantitativos

de cargos ocupados por servidores estáveis e não-estáveis e de cargos vagos.

§ 1º Os Poderes Legislativo e Judiciário, assim como o Ministério Público da União, observarão o cumprimento do disposto neste artigo, bem como no art. 8º, § 3º, inciso VI, desta Lei, mediante atos próprios dos dirigentes máximos de cada órgão, destacando-se, inclusive, as entidades vinculadas da administração indireta.

§ 2º Os cargos transformados após 31 de agosto de 2000, em decorrência de processo de racionalização de planos de carreiras dos servidores públicos, serão incorporados à tabela referida neste artigo.

Art. 57. Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e o Ministério Público da União terão como limites na elaboração de suas propostas orçamentárias, para pessoal e encargos sociais, observado o art. 71 da Lei Complementar nº 101, de 2000, a despesa da folha de pagamento de abril de 2000, projetada para o exercício, considerando os eventuais acréscimos legais, alterações de planos de carreira, admissões para preenchimento de cargos e revisão geral sem distinção de índices a serem concedidos aos servidores públicos federais, sem prejuízo do disposto no art. 62 desta Lei.

Parágrafo único. Os valores correspondentes ao reajuste geral de pessoal referido no **caput** constarão de previsão orçamentária específica, observado o limite do art. 71 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art. 58. Para efeito de cálculo dos limites de despesa total com pessoal, por Poder e órgão, previstos na Lei Complementar nº 101, de 2000, o Poder Executivo colocará à disposição do Tribunal de Contas da União, conforme previsto no § 2º do art. 59 da citada Lei Complementar, até vinte e dois dias do encerramento de cada bimestre, a metodologia e a memória de cálculo da evolução da receita corrente líquida.

Parágrafo único. O Tribunal de Contas da União remeterá à Comissão Mista permanente prevista no § 1º do art. 166, da Constituição, relatório quadrimestral com as informações mencionadas no **caput**.

Art. 59. No exercício de 2001, observado o disposto no art. 169 da Constituição, somente poderão ser admitidos servidores se:

I – existirem cargos vagos a preencher, demonstrados na tabela a que se refere o art. 56 desta Lei, considerados os cargos transformados, previstos no § 2º do mesmo artigo;

II – houver vacância, após 31 de agosto de 2000, dos cargos ocupados constantes da referida tabela;

III – houver prévia dotação orçamentária suficiente para o atendimento da despesa; e

IV – for observado o limite previsto no art. 58.

Art. 60. Os projetos de lei sobre transformação de cargos, a que se refere o § 2º do art. 56 desta Lei, bem como os relacionados a aumento de gastos com pessoal e encargos sociais, no âmbito do Poder Executivo, deverão ser acompanhados de manifestações da Secretaria de Recursos Humanos e da Secretaria de Orçamento Federal, ambas do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, em suas respectivas áreas de competência.

Parágrafo único. Os órgãos próprios do Poder Legislativo, do Poder Judiciário e do Ministério Público da União assumirão em seus âmbitos as atribuições necessárias ao cumprimento do disposto neste artigo.

Art. 61. Aplicam-se aos militares das Forças Armadas, no que couber, as exigências estabelecidas neste Capítulo.

Art. 62. Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, § 1º, II, da Constituição, ficam autorizadas as concessões de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, constantes de anexo específico do projeto de lei orçamentária, observado o disposto no art. 71 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Parágrafo único. Para fins de elaboração do anexo específico, os Poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Público informarão, e os órgãos setoriais do Poder Executivo submeterão, a relação das alterações de que trata o **caput** deste artigo ao órgão central de planejamento, orçamento e gestão do Poder Executivo, junto com suas respectivas propostas orçamentárias, demonstrando sua compatibilidade com o disposto na Lei Complementar citada e com o projeto de lei orçamentária.

Art. 63. No exercício de 2001, a realização de serviço extraordinário, quando a despesa houver extrapolado noventa e cinco por cento dos limites referidos no art. 57 desta Lei, exceto no caso previsto no art. 57, § 6º, inciso II, da Constituição, somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevantes interesses públicos que ensejam situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

Parágrafo único. A autorização para a realização de serviço extraordinário, no âmbito do Poder Executivo, nas condições estabelecidas no *caput* deste artigo, é de exclusiva competência do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Art. 64 O disposto no § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 101, de 2000, aplica-se exclusivamente para fins de cálculo do limite da despesa total com pessoal, independentemente da legalidade ou validade dos contratos.

Parágrafo único. Não se considera como substituição de servidores e empregados públicos, para efeito do *caput*, os contratos de terceirização relativos a execução indireta de atividades que, simultaneamente:

I – sejam acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão ou entidade;

II – não sejam inerentes a categorias funcionais abrangidas por plano de cargos do quadro de pessoal do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário, ou quando se tratar de cargo ou categoria extinto, total ou parcialmente.

CAPÍTULO VI

Da Política de Aplicação dos Recursos Das Agências Financeiras Oficiais de Fomento

Art. 65. As agências financeiras oficiais de fomento, respeitadas suas especificidades, observarão as seguintes prioridades:

I – para a Caixa Econômica Federal, redução do déficit habitacional e melhoria nas condições de vida das populações mais carentes, via financiamentos a projetos de investimentos em saneamento básico e desenvolvimento da infra-estrutura urbana;

II – para o Banco do Brasil S.A., aumento da oferta de alimentos para o mercado interno e da oferta de produtos agrícolas para exportação e intensificação das trocas internacionais do Brasil com seus parceiros comerciais;

III – para o Banco do Nordeste do Brasil S.A., Banco da Amazônia S.A., Banco do Brasil S.A., e Caixa Econômica Federal estímulo à criação de empregos e ampliação da oferta de produtos de consumo popular, mediante apoio à expansão e ao desenvolvimento das micro, pequenas e médias empresas;

IV – para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES:

a) desenvolvimento das micro, pequenas e médias empresas direta e indiretamente, com recursos próprios ou repassados; como forma de ampliar a oferta de postos de trabalho e fortalecer sua capacidade de exportação;

b) financiamento dos projetos estruturantes definidos no Plano Plurianual;

c) reestruturação produtiva, com vista a estimular a competitividade interna e externa das empresas nacionais;

d) financiamento nas áreas de saúde, educação e infra-estrutura, incluindo o transporte urbano e os projetos do setor público, em complementação aos gastos de custeio;

V – para a Financiadora de Estudos e Projetos e o BNDES, promoção do desenvolvimento da infra-estrutura e da indústria, da agricultura e da agroindústria, com ênfase no fomento à capacitação científica e tecnológica, à melhoria da competitividade da economia, à estruturação de unidades e sistemas produtivos orientados para o fortalecimento do Mercosul e à geração de empregos;

VI – para o Banco da Amazônia S.A., Banco do Nordeste do Brasil S.A. e Banco do Brasil S.A., redução das desigualdades sociais nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do País, mediante apoio a projetos voltados para o melhor aproveitamento das oportunidades de desenvolvimento econômico-social e maior eficiência dos instrumentos gerenciais dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte – FNO, do Nordeste – FNE e do Centro-Oeste – FCO.

§ 1º Os encargos dos empréstimos e financiamentos concedidos pelas agências não poderão ser inferiores aos respectivos custos de captação e de administração, ressalvado o previsto na Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989.

§ 2º É vedada a concessão ou renovação de quaisquer empréstimos ou financiamentos pelas agências financeiras oficiais de fomento a:

I – empresas e entidades do setor privado ou público, inclusive aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como às suas entidades da administração indireta, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista e demais empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital com direito a voto, que estejam inadimplentes com a União, seus órgãos e entidades das administrações direta e indireta e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço;

II – empresas, com a finalidade de financiar a aquisição de ativos públicos incluídos no Plano Nacional de Desestatização.

§ 3º Em casos excepcionais, devidamente justificados, o BNDES poderá, no processo de privatização, financiar o comprador, desde que para promover a isonomia entre as entidades participantes.

§ 4º Integrará o relatório de que trata o § 3º do art. 165, da Constituição, demonstrativo dos empréstimos e financiamentos concedidos pelas agências oficiais de fomento, por região, setor de atividade e fonte de recursos.

§ 5º Poder Executivo demonstrará, em audiência pública perante a Comissão de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição, em abril e setembro, a aderência das aplicações dos recursos das agências financeiras oficiais de fomento de que trata este artigo à política estipulada nesta Lei.

CAPÍTULO VII

Das Disposições sobre Alterações na Legislação Tributária

Art. 66. A lei ou medida provisória que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária só será aprovada ou editada se atendidas as exigências do art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Parágrafo único. Aplicam-se à lei ou medida provisória que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza financeira as mesmas exigências referidas no **caput**, podendo a compensação, alternativamente, dar-se mediante o cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente.

Art. 67. Na estimativa das receitas do projeto de lei orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária e das contribuições que sejam objeto de projeto de lei ou de medida provisória que esteja em tramitação no Congresso Nacional.

§ 1º Se estimada a receita, na forma deste artigo, no projeto de lei orçamentária:

I – serão identificadas as proposições de alterações na legislação e especificada a receita adicional esperada, em decorrência de cada uma das propostas e seus dispositivos;

II – será apresentada programação especial de despesas condicionadas à aprovação das respectivas alterações na legislação.

§ 2º Caso as alterações propostas não sejam aprovadas, ou o sejam parcialmente, até o envio do projeto de lei orçamentária para sanção do Presiden-

te da República, de forma a não permitir a integralização dos recursos esperados, as dotações à conta dos referidos recursos serão canceladas, mediante decreto, até trinta dias após a sanção presidencial à lei orçamentária, observados os critérios a seguir relacionados, para aplicação sequencial obrigatória e cancelamento linear, até ser completado o valor necessário para cada fonte de receita:

I – de até cem por cento das dotações relativas aos novos subtítulos de projetos;

II – de até sessenta por cento das dotações relativas aos subtítulos de projetos em andamento;

III – de até vinte e cinco por cento das dotações relativas às ações de manutenção;

IV – dos restantes quarenta por cento das dotações relativas aos subtítulos de projetos em andamento; e

V – dos restantes setenta e cinco por cento das dotações relativas às ações de manutenção.

§ 3º O Poder Executivo procederá, mediante decreto, a ser publicado no prazo estabelecido no § 2º, a troca das fontes de recursos condicionadas constantes da lei orçamentária sancionada, cujas alterações na legislação foram aprovadas antes do encaminhamento do respectivo projeto de lei para sanção, pelas respectivas fontes definitivas.

§ 4º Aplica-se o disposto neste artigo às propostas de alteração na vinculação das receitas.

CAPÍTULO VIII

Das Disposições Gerais

Art. 68. Os custos unitários de obras executadas com recursos dos orçamentos da União, relativas à construção de prédios públicos, saneamento básico e pavimentação, não poderão ser superiores ao valor do Custo Unitário Básico – CUB, por m², divulgado pelo Sindicato da Indústria da Construção, por unidade da Federação, acrescido de até trinta por cento para cobrir custos não previstos no CUB.

Parágrafo único. Somente em condições especiais, devidamente justificadas, poderão os respectivos custos ultrapassar os limites fixados no **caput** deste artigo, sem prejuízo da avaliação dos órgãos de controle interno e externo.

Art. 69. O Poder Executivo deverá desenvolver sistema gerencial de apropriação de despesas, com o objetivo de demonstrar o custo de cada ação orçamentária.

Parágrafo único. O Poder Executivo, até 30 de junho de 2001, encaminhará à Comissão de que trata

o § 1º do art. 166, da Constituição, relatório circunstanciado sobre o desenvolvimento e perspectivas de implementação do sistema referido no **caput** deste artigo.

Art. 70. Caso seja necessária limitação do empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para atingir a meta de resultado primário, nos termos do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000, prevista no art. 18 desta Lei será fixado separadamente percentual de limitação para o conjunto de “projetos”, “atividades” e “operações especiais” e calculada de forma proporcional à participação dos Poderes e do Ministério Público da União em cada um dos citados conjuntos, excluídas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal de execução.

§ 1º Na hipótese da ocorrência do disposto no **caput** deste artigo, o Poder Executivo comunicará aos demais Poderes e ao Ministério Público da União, acompanhado da memória de cálculo, das premissas, dos parâmetros e da justificação do ato, o montante que caberá a cada um na limitação do empenho e da movimentação financeira.

§ 2º Os Poderes e o Ministério Público, com base na comunicação de que trata o § 1º, publicarão ato estabelecendo os montantes que, calculados na forma do **caput**, caberão aos respectivos órgãos na limitação do empenho e movimentação financeira.

§ 3º O Poder Executivo demonstrará, em até quinze dias, perante o Congresso Nacional, em relatório que será apreciado pela Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição, a necessidade da limitação de empenho e movimentação financeira nos percentuais e montantes decretados.

Art. 71. Todas as receitas realizadas pelos órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social, inclusive as diretamente arrecadas, serão devidamente classificadas e contabilizadas no Siafi no mês em que ocorrer o respectivo ingresso.

Art. 72. Todos os atos e fatos relativos a pagamento ou transferência de recursos financeiros para outra esfera de governo ou entidade privada, registrados no Siafi, conterão obrigatoriamente referência ao programa de trabalho correspondente ao respectivo crédito orçamentário no detalhamento existente na lei orçamentária.

Art. 73. Para os efeitos do art. 16 da Lei Complementar nº 101, de 2000:

I – as especificações nele contidas integrarão o processo administrativo de que trata o art. 38 da Lei

nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como os procedimentos de desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3º do art. 182 da Constituição;

II – entende-se como despesas irrelevantes, para fins do § 3º, aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993.

Art. 74. Para efeito do disposto no art. 42 da Lei Complementar nº 101, de 2000:

I – considera-se contraída a obrigação no momento da formalização do contrato administrativo ou instrumento congênere;

II – no caso de despesas relativas a prestação de serviços já existentes e destinados a manutenção da administração pública, considera-se como compromissadas apenas as prestações cujo pagamento deva se verificar no exercício financeiro, observado o cronograma pactuado.

Parágrafo único. O disposto no art. 42 da Lei Complementar nº 101, de 2000 não se aplica aos Poderes Legislativo e Judiciário e ao Ministério Público.

Art. 75. Os Poderes deverão elaborar e publicar até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2001, cronograma anual de desembolso mensal, por órgão, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 2000, com vistas ao cumprimento da meta de resultado primário estabelecida nesta Lei.

§ 1º Os atos de que trata o **caput** conterão cronogramas de pagamentos mensais à conta de recursos do Tesouro e de outras fontes, por órgão, contemplando limites para a execução de despesas não financeiras.

§ 2º No caso do Poder Executivo, o ato referido no **caput** e os que o modificarem conterão:

I – metas bimestrais de realização de receitas, conforme disposto no art. 13 da Lei Complementar nº 101, de 2000, incluindo seu desdobramento por fonte de receita e por fonte de recursos;

II – metas quadrimestrais para o resultado primário dos orçamentos fiscal e da seguridade social;

III – demonstrativo de que a programação atende a essas metas.

§ 3º Excetuadas as despesas com pessoal e encargos sociais, os cronogramas anuais de desembolso mensal dos Poderes Legislativo e Judiciário e para o Ministério Público, terão como referencial o repasse previsto no art. 168 da Constituição, na forma de duodécimos.

Art. 76. À exceção do pagamento de eventuais reajustes gerais concedidos aos servidores públicos

federais, despesas decorrentes de convocação extraordinária do Congresso Nacional, ou de vantagens autorizadas por atos previstos no art. 59 da Constituição a partir de 1º de julho de 2000, a execução de despesas não previstas nos limites estabelecidos na forma do art. 57 desta Lei somente poderá ocorrer após a abertura de créditos adicionais para fazer face a tais despesas.

Art. 77. Os projetos de lei de créditos adicionais terão como prazo para encaminhamento ao Congresso Nacional a data, improrrogável, de 31 de outubro de 2001.

Art. 78. São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Parágrafo único. A contabilidade registrará os atos e fatos relativos à gestão orçamentário-financeira efetivamente ocorridos, sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas da inobservância do **caput** deste artigo.

Art. 79. Para fins de apreciação da proposta orçamentária, do acompanhamento e da fiscalização orçamentária a que se refere o art. 166, § 1º, inciso II, da Constituição, será assegurado, ao órgão responsável, o acesso irrestrito, para fins de consulta, ao:

I – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI;

II – Sistema Integrado de Dados Orçamentários – SIDOR;

III – Sistema de Análise Gerencial de Arrecadação – ANGELA, respeitado o sigilo fiscal do contribuinte;

IV – Sistemas de Gerenciamento da Receita e Despesa da Previdência Social;

V – Sistema de Informação das Estatais – SIEST; e

VI – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento do Plano Plurianual – SIGPLAN.

Art. 80. O Poder Executivo, por intermédio do seu órgão central do Sistema de Planejamento e de Orçamento, deverá atender, no prazo máximo de dez dias úteis, contados da data de recebimento, as solicitações de informações encaminhadas pelo Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, relativas a aspectos quantitativos e qualitativos de qualquer categoria de programação ou item de receita, incluindo eventuais desvios em relação aos valores da proposta que venham a ser identificados posteriormente ao encaminhamento do projeto de lei.

Art. 81. Se o projeto de lei orçamentária não for sancionado pelo Presidente da República até 31 de dezembro de 2000, a programação dele constante

poderá ser executada para o atendimento das seguintes despesas:

I – pessoal e encargos sociais;

II – pagamento de benefícios previdenciários e prestações de duração continuada a cargo do Ministério da Previdência e Assistência Social;

III – pagamento do serviço da dívida; e

IV – transferências constitucionais e legais por repartição de receitas a Estados, Distrito Federal e Municípios.

Art. 82. Até vinte e quatro horas após o encaminhamento à sanção presidencial dos autógrafos do projeto de lei orçamentária e dos projetos de lei de créditos adicionais, o Poder Legislativo enviará ao Poder Executivo, em meio magnético de processamento eletrônico, os dados e informações relativos aos autógrafos, indicando:

I – em relação a cada categoria de programação e grupo de despesa dos projetos originais, o total dos acréscimos e o total dos decréscimos, por fonte, realizados pelo Congresso Nacional; e

II – as novas categorias de programação e, em relação a estas, os detalhamentos fixados no art. 4º desta Lei, as fontes e as denominações atribuídas.

Art. 83. As unidades responsáveis pela execução dos créditos orçamentários e adicionais aprovados processarão o empenho da despesa, observados os limites fixados para cada categoria de programação e respectivos grupos de despesa, fontes de recursos, modalidades de aplicação e identificadores de uso, especificando o elemento de despesa.

Art. 84. A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no art. 167, § 2º, da Constituição, será efetivada mediante decreto do Presidente da República.

Parágrafo único. Na reabertura a que se refere o **caput** deste artigo, a fonte de recurso deverá ser identificada como saldos de exercícios anteriores, independentemente da receita à conta da qual os créditos foram abertos.

Art. 85. Para fins de acompanhamento, controle e centralização, os órgãos da administração pública federal direta e indireta submeterão os processos referentes ao pagamento de precatórios à apreciação da Advocacia-Geral da União, antes do atendimento da requisição judicial, observadas as normas e orientações a serem baixadas por aquela unidade.

Parágrafo único. Sem prejuízo do disposto no **caput** deste artigo, o Advogado-Geral da União poderá incumbir os órgãos jurídicos das autarquias e fundações públicas, que lhe são vinculados, do exame dos processos pertinentes aos precatórios devidos por essas entidades.

Art. 86. O Tribunal de Contas da União enviará à Comissão Mista Permanente prevista no art. 166, § 1º, da Constituição, até 30 dias após o encaminhamento da proposta orçamentária pelo Poder Executivo, informações recentes sobre a execução físico-financeira das obras constantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social, inclusive em meio magnético.

§ 1º Das informações referidas no **caput** constarão, para cada obra fiscalizada:

I – a classificação institucional, funcional e programática, atualizada conforme o constante na proposta orçamentária para 2001;

II – sua localização e especificação, com as etapas, os subtrechos ou as parcelas e seus respectivos contratos, conforme o caso, nos quais foram identificadas irregularidades;

III – a classificação dos eventuais indícios de irregularidades identificadas, de acordo com sua gravidade;

IV – as providências já adotadas pelo Tribunal quanto às irregularidades;

V – o percentual de execução físico-financeira;

VI – a estimativa do valor necessário para conclusão;

VII – outros dados considerados relevantes pelo Tribunal.

§ 2º Quando não houver dotação consignada na proposta de lei orçamentária para a obra, o Tribunal poderá apresentar a classificação funcional e programática utilizada em exercícios anteriores, fazendo menção expressa ao fato.

§ 3º No cumprimento do disposto no **caput**, o Tribunal envidará esforços no sentido de incrementar o universo objeto de procedimentos fiscalizatórios específicos para subsidiar a apreciação da proposta orçamentária pelo Congresso Nacional, se possível, acrescentando o número de obras em vinte por cento em relação ao exercício de 2000.

§ 4º A seleção das obras a serem fiscalizadas deve considerar, dentre outros fatores, o valor liquidado no exercício de 1999 e o fixado para 2000, a regionalização do gasto e o histórico de irregularidades pendentes obtido a partir de fiscalizações anteriores do Tribunal, devendo dela fazer parte todas as obras contidas no Quadro III anexo da Lei nº 9.969, de 2000, que não foram objeto de deliberação do Tribunal pela regularidade durante os doze meses anteriores à data da publicação desta Lei.

§ 5º O Tribunal deverá, adicionalmente, no mesmo prazo previsto no **caput**, enviar informações sobre outras obras, nas quais tenham sido constatados indícios de irregularidades graves em outros procedimentos fiscalizatórios realizados nos últimos doze meses contados da publicação desta Lei, com o mesmo grau de detalhamento definido no § 1º deste artigo.

§ 6º O Tribunal encaminhará à Comissão referida no **caput**, sempre que necessário, relatórios de atualização das informações fornecidas.

§ 7º A lei orçamentária anual poderá contemplar subtítulos relativos a obras com indícios de irregularidades graves informados pelo Tribunal, cujas execuções orçamentárias ficarão condicionadas à adoção de medidas saneadoras pelo órgão responsável, sujeitas à prévia deliberação do Congresso Nacional e da Comissão referida no **caput**.

Art. 87. As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos a qualquer título submeter-se-ão à fiscalização do Poder concedente com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

Art. 88. O impacto e o custo fiscal das operações realizadas pelo Banco Central do Brasil serão demonstrados nas notas explicativas dos respectivos balanços e balancetes.

Art. 89. Observado o cronograma de liberação no exercício, não será cancelado o empenho referente a convênio, acordo, ajuste ou instrumento congênere celebrado com outra esfera de governo se o conveniente comprovar a existência de comprometimento à conta de recurso a ser transferido.

Art. 90. A União não poderá comprometer mais que dez por cento do total de recursos de contrapartida de empréstimos externos com uma mesma unidade da Federação.

Art. 91. Na elaboração da proposta orçamentária, a Justiça do Distrito Federal e dos Territórios dará prioridade à implantação e descentralização dos Juizados Especiais.

Art. 92. O Poder Executivo enviará, no prazo de 90 dias a contar da publicação desta lei, projeto de lei criando o Conselho de que trata o art. 67 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art. 93. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, 5 de julho de 2000. – Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente.

ANEXO DE METAS FISCAIS
Metas e Projeções Fiscais
 (Artigo 4º, § 1º da Lei Complementar nº 101/2000)

Discriminação	2001		2002		2003	
	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB
I. RECEITA TOTAL	243.369,9	19,56	265.260,8	19,56	288.415,3	19,56
II. DESPESA TOTAL	211.020,1	16,96	235.425,8	17,36	261.874,0	17,76
III. RESULTADO PRIMÁRIO (I-II)	32.349,8	2,60	29.835,1	2,20	26.541,3	1,80
IV. RESULTADO NOMINAL	-15.900,0	-1,28	-4.200,0	-0,31	-5.300,0	-0,36
V. DÍVIDA LÍQUIDA GOVERNO CENTRAL	355.600,0	28,02	362.200,0	28,27	374.900,0	25,14

R\$ milhões médios de 2000

Discriminação	2001		2002		2003	
	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB
I. RECEITA TOTAL	231.166,8	19,56	242.898,3	19,56	255.825,5	19,56
II. DESPESA TOTAL	200.439,1	16,96	215.578,4	17,36	232.283,3	17,76
III. RESULTADO PRIMÁRIO (I-II)	30.727,7	2,60	27.319,8	2,20	23.542,2	1,80
IV. RESULTADO NOMINAL	-15.102,7	-1,28	-3.845,9	-0,31	-4.701,1	-0,36
V. DÍVIDA LÍQUIDA GOVERNO CENTRAL	337.769,3	28,02	331.665,1	28,27	332.537,8	25,14

ANEXO DE METAS FISCAIS
Metas e Resultados Fiscais
(Artigo 4º, Parágrafo 1º, da Lei Complementar nº 101, de 2000)

Discriminação	R\$ milhões correntes									
	L. 99		P. 2000		L. 99		P. 2000		P.L.O. 2000	
	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB
I. RECEITA TOTAL	183.541,3	19,7	183.980,4	20,4	200.848,4	22,1	211.167,9	20,9	229.215,7	21,3
II. DESPESA TOTAL	180.548,5	19,4	178.396,7	19,8	184.621,9	20,3	188.950,1	18,7	200.752,5	18,7
III. RESULTADO PRIMÁRIO (I-II)	2.992,8	0,3	5.429,5	0,6	16.226,6	1,8	21.474,4	2,1	28.463,2	2,6
IV. RESULTADO NOMINAL			49.361,0	5,5			66.209,0	6,6		0,0
V. DÍVIDA LÍQUIDA GOVERNO CENTRAL			231.267,0	25,4			316.222,0	28,8		

MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS

(Artigo 4º, Parágrafo 2º, inciso II, da Lei Complementar nº 01, de 2000)

Desde 1998, o objetivo explícito da política fiscal tem sido a estabilização da dívida pública. A interrupção na trajetória de crescimento da razão dívida/PIB é essencial para garantir a trajetória decrescente da taxa de juros, viabilizando a retomada do crescimento econômico com estabilidade de preços. Este objetivo presidiu a fixação das metas fiscais para o período 1999-2001, no âmbito do Programa de Estabilidade Fiscal (PEF). As metas estabelecidas na LDO para o triênio 2001-2003, tal como determina a Lei de Responsabilidade Fiscal, são coerentes com estes objetivos.

A meta de superávit primário do Governo Central proposta para 2001 foi fixada em 2,60% do PIB e definida no âmbito do PEF de outubro de 1998, o qual introduziu mudanças fundamentais no regime fiscal do país. Naquela ocasião, conjuntamente com a Agenda de Trabalho – medidas estruturais e mudanças institucionais que visam dar forma apropriada às decisões, procedimentos e práticas fiscais no futuro –, estabeleceu-se o Plano de Ação 1999-2001, onde foram fixadas metas de superávit primário do setor público consolidado em níveis compatíveis com a estabilização da relação dívida/PIB no final do triênio. Em função deste objetivo, as metas para o triênio 1999-2001 são mais elevadas quando comparadas tanto aos resultados observados como às metas propostas para os anos anteriores, notadamente 1998.

Para os anos de 2002 e 2003, as metas aqui definidas prevêm a manutenção do esforço fiscal, traduzido na obtenção de superávits primários que permitam a estabilização da dívida pública como proporção do PIB. Dessa forma, as metas foram fixadas em 2,2% e 1,8% do PIB, respectivamente, para 2002 e 2000.

Variáveis macroeconômicas utilizadas na projeção			
	2001	2002	2003
Taxa de câmbio (R\$/US\$ – dez)	1,8	1,86	1,89
Taxa de Inflação (% a.a.)	4	3,5	3
Taxa de juros nominal (% a.a.)	14,85	12,32	11,25
PIB (crescimento real %)	4,5	5	5
Reconhecimentos Passivos - Privatização (R\$ bilhões)	-8,5	0	0
Dívida Líquida Governo Central (% PIB)	25,55	24,6	22,79
Resultado Primário Governo Central (% PIB)	2,6	2,2	1,8
Resultado Nominal Governo Central (% PIB)	0,95	0,4	0,46

O resultado nominal foi estabelecido a partir das metas de superávit primário e das hipóteses de juros nominais e taxa de câmbio. As projeções para os resultados nominais apontam para pequenos déficits: 0,95, 0,40 e 0,46% do PIB em 2001, 2002 e 2003, respectivamente. Ao mesmo tempo, a dívida líquida do Governo Central apresenta uma redução no período: de 25,55% do PIB em 2001 para 22,79 % do PIB em 2000.

É importante ressaltar que tanto os valores de déficit nominal quanto os de dívida dependem diretamente das hipóteses macroeconômicas consideradas. Uma variável crítica para a determinação do estoque de dívida é a taxa de câmbio, dado que cerca de 40% da dívida bruta do setor público depende diretamente da mesma. Assim, uma eventual desvalorização da taxa de câmbio pode representar uma maior nível de dívida para os próximos anos. Ademais, a discrepância entre o IGP-DI e o deflator implícito do PIB em 1999, em decorrência da mudança cambial, deverá redundar em uma elevação da dívida/PIB, possivelmente em mais de um ponto percentual, quando o deflator implícito for divulgado, em agosto deste ano. Por fim, os diversos passivos contingentes apresentados no Anexo de Riscos Fiscais podem também contribuir para um aumento do estoque de dívida. Assim, embora o nosso cenário básico contemple uma queda da razão dívida/PIB, a definição das metas de superávit primário levou em conta a possibilidade de ocorrência dos vários fatores mencionados acima.

Em relação aos níveis projetados de receitas e despesas, consideramos uma redução da receita em percentagem do PIB em 2001, devido à diminuição da arrecadação de alguns tributos, a exemplo da alíquota de CPMF (de 0,38% para 0,30%) e à redução da receita de concessões. Para 2002 e 2003, projetou-se uma estabilidade da arrecadação como proporção do PIB. O nível de despesas foi, então, ajustado de forma a garantir a obtenção dos superávits primários propostos.

ANEXO DE METAS FISCAIS LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS Avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior

(Artigo 4º, Parágrafo 2º, Inciso I da
Lei Complementar nº 101/2000)

O Programa de Estabilidade Fiscal, proposto à Nação em outubro de 1998, consiste no marco orien-

tador do processo de transformação do regime fiscal brasileiro, composto por dois conjuntos de iniciativas: medidas de natureza estrutural e institucional que objetivam promover o equilíbrio fiscal definitivo das contas públicas, na velocidade necessária para assegurar o crescimento econômico sustentado e a consolidação da estabilidade monetária, e um programa fiscal de curto prazo que visa a obtenção de superávits primários crescentes, e suficientes, para estabilizar, ao final do período, a relação entre a dívida líquida consolidada do setor público e o Produto Interno Bruto no nível de 46,5% do PIB.

Neste programa estabeleceram-se metas de superávit primário do setor público para o período o 1999-2001 muito superiores aos resultados observados entre 1995 e 1998, e introduziu-se uma prática de compromissos com resultados fiscais até então inédita na história do país.

A meta original estabelecida para o superávit primário do Governo Central em 1999, tal como fixada na lei orçamentária, era de R\$16,2 bilhões. Com o agravamento da crise internacional, a acentuada instabilidade dos mercados e a alteração do regime cambial no início de 1999, os critérios de desempenho foram ajustados ao novo contexto e às novas projeções para o desempenho da economia brasileira, mas não foi fixada uma nova meta específica para o Governo Central. O resultado obtido, de R\$21,5 bilhões, superou largamente a meta original, contribuindo decisivamente para a estabilização da dívida líquida como proporção do PIB.

Merece menção o fato de que, em relação ao ano de 1998, o superávit primário do Governo Central passou de 0,6% do PIB para 2,13% do PIB em decorrência das medidas associadas ao Programa de Estabilidade Fiscal, que proporcionaram grande reforço na receita (crescimento real de 2,0% em relação ao ano anterior) e queda na despesa (5,4% em termos reais). Este excelente resultado contribuiu para que o déficit nominal crescesse apenas 1,1 ponto percentual do PIB na comparação com o ano de 1998, a despeito da elevação dos juros e da desvalorização da moeda nacional. Já a dívida interna líquida do Governo Central permaneceu praticamente estável, em proporção do PIB, de modo que a elevação de 3,3 pontos percentuais do PIB observada na dívida líquida total do Governo Central deve-se ao crescimento da dívida externa, motivado pela desvalorização média de 56% da moeda nacional.

Em suma, o Governo Central vem conduzindo com êxito o seu programa de ajuste fiscal.

ANEXO DE METAS FISCAIS Demonstrativo das metas anuais

(Artigo 4º, Parágrafo 2º, Inciso II da Lei Complementar nº01, de 2000)

A meta de superávit primário do Governo Central proposta para 2001 é de 2,60% PIB, tal como apresentado no quadro anexo. Esta meta foi definida no âmbito do Programa de Estabilidade Fiscal (PEF), proposto inicialmente em outubro de 1998, introduzindo mudanças fundamentais no regime fiscal do país. Conjuntamente com a Agenda de Trabalho - medidas estruturais e mudanças institucionais que visam dar forma apropriada às decisões, procedimentos e práticas fiscais no futuro –, estabeleceu-se Plano de Ação 1999-2001, onde foram fixadas metas de superávit primário do setor público consolidado em níveis compatíveis com a estabilização da relação dívida/PIB no final do triênio. Em função deste objetivo, as metas para o triênio 1999-2001 são mais elevadas quando comparadas tanto aos resultados observados como às metas propostas para os anos anteriores, notadamente 1998.

Para os anos de 2002 e 2003, as metas aqui definidas prevêm a manutenção do esforço fiscal, traduzido na obtenção de superávits primários que permitam a estabilização da dívida pública como proporção do PIB. Dessa forma, as metas aqui propostas foram fixadas em 2,2% e 1,8% do PIB respectivamente, para 2002 e 2003. Estes valores devem ser vistos como indicativos, podendo ser revistos em função da própria trajetória do endividamento e das variáveis que o determinam.

Dado o superávit primário, a trajetória da relação dívida/PIB é basicamente determinada pela evolução da taxa de câmbio, da taxa de juros real e da taxa de crescimento real da economia. Para uma dada taxa de câmbio, o crescimento da dívida será maior quanto maior for a taxa de juros real menor a taxa de crescimento real da economia, para o mesmo resultado primário. Com um cenário de crise internacional e diminuição da credibilidade externa, a economia brasileira viveu, em 1998 e 1999 um período de taxa de juros reais elevadas e de baixa taxa de crescimento (em 1999, apesar de baixa, foi substancialmente maior que a maioria das previ-

sões, mostrando uma excelente resposta da economia brasileira à mudança de regime cambial). Para os próximos anos, o cenário microeconômico prevê continuidade da queda da taxa de juros e recuperação sustentada do crescimento econômico, o que, em conjunto com o cumprimento das metas até 2001, possibilitará estabelecer metas menores para 2002 e 2003, sem comprometer a trajetória desejada da razão dívida/PIB. É importante lembrar que a própria estabilização da dívida/PIB colabora para a redução dos juros reais necessários e posterior superávit primário requerido. Assim, o esforço fiscal inicial realizado durante o triênio 1999-2001 terá sido fundamental para que possamos definir metas de menores superávits primários.

Em relação aos níveis projetados de receitas e despesas, consideramos uma redução da receita em percentagem do PIB em 2001, devido a diminuição da arrecadação de alguns tributos, a exemplo da alíquota de CPMF (de 0,38% para 0,30%) e redução da receita de concessões. Para 2002 e 2003, projeta-se uma estabilidade da arrecadação como proporção do PIB. O nível de despesas foi ajustado

de forma a garantir a obtenção dos superávits primários propostos.

As projeções para os resultados nominais, por sua vez, apontam para pequenos déficits: 1,28, 0,31 e 0,36% do PIB em 2001, 2002 e 2003, respectivamente. Ao mesmo tempo, a dívida líquida do Governo Central apresenta uma pequena redução no período: de 28,02% do PIB em 2001 para 25,14 % do PIB em 2003.

A dívida líquida do Governo Central é igual à sua dívida bruta (incluindo a base monetária), líquida de seus ativos financeiros. A dívida líquida total do Governo Central é medida pelo conceito de competência (incluindo juros vencidos e não pagos) para a componente interna da dívida, e pelo conceito de juros devidos (competência contratual) para a componente externa da dívida.

Assim, a trajetória da dívida líquida nos mostra que as metas propostas para o resultado primário, conjuntamente com o cenário projetado, são suficientes para impedir o crescimento da dívida, mantendo uma política fiscal responsável.

ANEXO DE METAS FISCAIS
Patrimônio Líquido da União
 (Artigo 4º, Parágrafo 2º, Inciso III, da Lei Complementar nº 101, de 2000)

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1999		2000		2001	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Patrimônio/Capital	67.918	40,4	139.997	65,4	181.823	91,2
Reservas	5.844	3,5	3.608	1,7	8.062	4,0
Resultado Acumulado	94.258	56,1	70.575	33,0	9.450	4,7
TOTAL	168.020	100,0	214.179	100,0	199.335	100,0

FONTE - Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional

ANEXO DE METAS FISCAIS
Origem e Aplicação dos Recursos de Desestatizações
(Artigo 4º, Parágrafo 2º, Inciso III, da Lei Complementar nº 101, de 2000)

Posição: 31.12.97

R\$ mil

FONTE	Valores Ingressados	Valores Utilizados	HISTÓRICO
	0		Saldo de Exercícios Anteriores
F	1.516.622		Primeiras parcelas da Banda B
O	924		Amortizações de financiamentos das malhas ferroviárias desestatizadas
N	570		Outras receitas
T	1.518.116		Total ingressos
E		936.463	Amortização da Dívida Interna
1		33.338	ANATEL/FISTEL (Lei nº 9.472, de 16.7.97)
2		959.801	Total utilizado
9	548.315		Saldo para o Exercício Seguinte
	73.841		Saldo de Exercícios Anteriores
F	1.559		Rede Ferroviária Federal S/A - Malha Sul
O	1.850.331		Companhia Vale do Rio Doce - CVRD
N	692		Outras receitas
T	1.852.582		Total ingressos
E		1.650.246	Amortização da Dívida Interna
1		1.650.246	Total utilizado
6			
3	76.177		Saldo para o Exercício Seguinte
T	73.841		SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES
O	3.170.698		TOTAL DE INGRESSOS
T	2.620.047		UTILIZADO NO PERÍODO
A	624.492		SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
I			
S			

* Desestatizações ocorridas em 1997 e outros exercícios

FONTE: SIAFI, STN/COAFI, STN/COFIN.

ANEXO DE METAS FISCAIS
Origem e Aplicação dos Recursos de Desestatizações
(Artigo 4º, Parágrafo 2º, Inciso III, da Lei Complementar nº 101, de 2000)

Fórmula: 31.12.98

R\$ mil

FONTE	Valores Ingressados	Valores Utilizados	HISTÓRICO
	548.316		Saldo de Exercícios Anteriores
			TESOURO NACIONAL
	1.335.461		Primeiras parcelas da Banda B (Áreas 3,4,5 e 6)
	2.705.710		Antecipações de financiamentos-Banda B (Áreas 1,7,9 e 10); 1ª parcela da Área 2
	2.353		Malha Paulista
	5.280		Amortizações de financiamentos das malhas ferroviárias desestatizadas
	40.832		Outras receitas
	4.089.638		Sub-total Ingressos - Tesouro Nacional
			ANATEL/FISTEL
	24.483		Valor ingressado para a ANATEL, conforme determinado pela Portaria Interministerial dos
			Ministérios da Fazenda e das Comunicações nº 209, de 13/8/98.
	24.483		Sub-total Ingressos - ANATEL/FISTEL
	4.114.119		Total Ingressos
			TESOURO NACIONAL
		1.984.058	Amortização da Dívida Interna
		55.249	ANATEL/FISTEL (Lei nº 9.472, de 16.7.97)
		1.480.370	Minist. Previd. e Assist. Social (Lei nº 9.751, de 16.12.98 e MP nº 1.705, de 28.12.98)
		431.483	Minist. Educação e Desporto-MEC (Lei nº 9.598, de 30.12.97 e Decreto de 24.6.98)
		102.000	Justiça do Trabalho (Lei nº 9.723, de 30.11.98)
		3.654	Ministério dos Transportes (Lei nº 9.747, de 16.12.98 e Decreto de 21.12.98)
		70	Minist. Minas e Energia (Lei nº 9.598, de 30.12.97)
		581.086	Reclassificado p/Forte 197 - Apropriação de Superávit
		4.637.961	Sub-total utilizado - Tesouro Nacional
			ANATEL/FISTEL (Lei nº 9.472, de 16.7.97 e Portaria Intermin.MF/MC nº 209, de 13.8.98)
		24.483	Sub-total utilizado - ANATEL/FISTEL
		4.662.434	Total utilizado
	0		Saldo para o Exercício Seguinte
	76.177		Saldo de Exercícios Anteriores
			Sistema Telebrás
	8.800.000		Genesul
	880.398		Banco Meridional alienado em 1997
	4.400		Outras receitas
	2.694		Total Ingressos
	9.667.592		Total Ingressos
		9.649.731	Amortização da Dívida Interna
		9.649.731	Total utilizado
	34.028		Saldo para o Exercício Seguinte
			SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES
	634.492		TOTAL DE INGRESSOS
	13.781.701		UTILIZADO NO PERÍODO
	14.312.185		SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
	34.028		

* Desestatizações ocorridas em 1998 e outros exercícios
 FONTE: SIAFI, SIVICOFIN, SIVICOFIN.

ANEXO DE METAS FISCAIS
Origem e Aplicação dos Recursos de Desestatizações
(Artigo 4º, Parágrafo 2º, Inciso III, da Lei Complementar nº 101, de 2000)

Posição: 31.12.99		R\$ mil	
FORTE	Valores Ingressos	Valores Utilizados	HISTÓRICO
	0		Saldo de Exercícios Anteriores
	2.401.702		Sistema Telebrás - Remanejado da Fonte 163
	8.188		Amortizações de financiamentos das malhas ferroviárias desestatizadas
	933.745		Banda B (Áreas 2,3,4 e 6)
	1.077.559		Outras receitas
F	4.421.194		Total Ingressos
O		3.587.043	Amortização da Dívida Interna
N		2.000	Justiça do Trabalho (Lei nº 9.789, de 23.2.99)
T		5.234	Ministério dos Transportes (Lei nº 9.789/99)
E		44.954	Minist. Minas e Energia (Lei nº 9.789/99)
1		638.841	Ministério da Saúde (Lei nº 9.789/99)
2		5.948	Minist. Educação (Lei nº 9.789/99) - Cota Liberada pela Fonte 329
9		12.246	ANATEL (Lei nº 9.789/99, Lei nº 9.472, de 16.7.97) - Disponibilidade da ANATEL
		4.296.266	Total utilizado
	124.928		Saldo para o Exercício Seguinte
	94.028		Saldo de Exercícios Anteriores
	1.885.910		Sistema Telebrás - Leilão/98
	317.858		Sistema Telebrás - Ofertas aos Empregados
	82.930		Gerasul - Ações remanescentes
	1.058		Gerasul - Ofertas aos Empregados
	13.511		Participações minoritárias - Decreto 1.088/94
	11.968		Banco Meridional alienado em 1997
	58.599		Outras receitas
1	2.149.832		Total Ingressos
6		2.214.477	Amortização da Dívida Interna
3		2.214.477	Total utilizado
	28.183		Saldo para o Exercício Seguinte
T	94.028		SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES
O	6.570.828		TOTAL DE INGRESSOS
T	6.510.743		TOTAL UTILIZADO
A	154.111		SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
I			
S			

* Desestatizações ocorridas em 1999 e outros exercícios

FONTE: SIAFI, STN/CCAFI, STN/COFIN.

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo da estimativa da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado

(Artigo 4º, Parágrafo 2º, Inciso V, da Lei Complementar nº 101, de 2000)

Quadro anexo contém a estimativa da renúncia de receita decorrente dos benefícios tributários para o ano de 2001.

O demonstrativo da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado é objeto de artigo do texto da Lei de Diretrizes Orçamentárias, que constará do projeto de lei orçamentária para 2001. Entende-se por despesa obrigatória de caráter continuado, a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

ANEXO DE METAS FISCAIS

Consolidação dos Benefícios Tributários, por tipo de Receita para 2001
(Artigo 4º, Parágrafo 2º, Inciso V, da Lei Complementar nº 101, de 2000)

Receita	Valor Estimado (milhões de R\$)	Participação	
		PIB	Total dos benefícios
I. Imposto sobre Importação	1.047,0	0,08	5,7
II. Imposto sobre a Renda e Proventos de qualquer natureza	13.716,7	1,05	74,1
II.a) Pessoa Física	11.403,5	0,88	61,6
II.b) Pessoa Jurídica	2.288,0	0,18	12,4
II.c) Retido na Fonte	15,3	0,00	0,1
III. Imposto sobre Produtos Industrializados	2.437,6	0,19	13,2
III.a) Operações Internas	1.774,0	0,14	9,6
III.b) Vinculado à Importação	663,7	0,05	3,6
IV. Impostos sobre Operações Financeiras	71,3	0,01	0,4
V. Imposto s/ Propriedade Territorial Rural	18,7	0,00	0,1
VI. Contribuição Social para o PIS-PASEP	157,7	0,01	0,9
VII. Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	56,9	0,00	0,3
VIII. Contribuição p/ Financiamento da Seguridade Social	877,1	0,07	4,7
IX. Adicional ao Frete p/ Renovação da Marinha Mercante	121,3	0,01	0,7
TOTAL DOS BENEFÍCIOS	18.504,3	1,42	100,0

ANEXO DE RISCOS FISCAIS

**(Artigo 4º, Parágrafo 3º, da
Lei Complementar nº 101, de 2000)**

O Brasil já avançou muito na direção de um regime fiscal responsável. As mudanças institucionais, que visam tornar possível o alcance do equilíbrio fiscal do longo prazo, vêm ocorrendo há mais de uma década. A reforma da previdência e a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal estão entre os principais avanços recentes. Enquanto a primeira ataca uma das maiores fontes de desequilíbrio fiscal no Brasil, a segunda é um instrumento chave para permitir a sustentabilidade do ajuste fiscal no longo prazo, através da definição de princípios, normas e limites que permitirão a consolidação definitiva da cultura da questão fiscal responsável no país.

Além do avanço nas reformas estruturais, houve uma mudança de política fiscal introduzida pelo Programa de Estabilização Fiscal (PEF). As medidas de curto prazo incluídas no programa visavam o cumprimento de metas estabelecidas de superávit fiscal para os três anos subsequentes, compatíveis com a estabilização da relação dívida/PIB no final do triênio. As metas de superávit fiscal vêm sendo sistematicamente cumpridas, de forma que os resultados obtidos desde o último trimestre de 1998 diferem em muito dos resultados de anos anteriores, mostrando um comprometimento com o ajuste fiscal jamais visto no país.

Com o cumprimento de metas fiscais, a consequente estabilização da razão dívida/PIB e os avanços na institucionalização do ajuste fiscal já obtidos, poderíamos dizer que o País está em vias de conseguir sedimentar o equilíbrio fiscal. Existem, no entanto, riscos para a concretização deste cenário dentro do período esperado. Estes riscos estão concentrados, principalmente, em passivos contingentes derivados de uma série de ações judiciais que podem determinar o aumento do estoque da dívida pública. Este aumento do estoque, caso ocorresse, teria que ser compensado por um aumento do esforço fiscal, de forma a impedir a elevação da relação dívida/PIB.

É importante ressaltar que a listagem de passivos contingentes explicitados a seguir não implica ou infere probabilidade de ocorrência, mas apenas aponta os passivos que, se reconhecidos, teriam um maior impacto sobre a política fiscal.

Grande parte das ações contra a União se refere ao controle de preços ou à aplicabilidade de índices de correção que se alegam expurgados. Dentre

estes passivos, talvez o mais importante e com maior impacto potencial seja a correção do saldo do FGTS nos planos de estabilização passados.

O FGTS é um fundo constitucional criado para garantir ao trabalhador uma indenização quando demitido, sendo uma poupança forçada, cuja contribuição é feita pelo empregador como uma porcentagem da folha salarial. As ações existentes pleiteiam a compensação financeira por supostas perdas monetárias ocorridas durante quatro planos de estabilização ocorridos entre 1987 e 1991. As atualizações monetárias utilizadas na época estão de acordo com a legislação vigente. Examina-se, neste momento, se esta é uma questão constitucional ou meramente legal e, naquilo em que se tratar de uma questão constitucional, se a legislação aplicada é compatível com a Constituição. A apreciação dessas questões constitucionais encontra-se hoje no Supremo Tribunal Federal, sendo aguardada a conclusão do julgamento.

Dois pontos devem ser ressaltados. Em primeiro lugar, se por acaso o governo vier a perder em algum dos planos, a perda financeira não ocorre de forma imediata, já que os depósitos dos trabalhadores junto ao FGTS só podem ser retirados em situações específicas, como demissão, compra de casa própria, respeitando algumas condições. Assim, teríamos um aumento do estoque da dívida, mas o gasto financeiro não ocorreria imediatamente. Em segundo lugar, como dito acima, está hoje em julgamento se a definição do índice aplicável aos períodos correspondentes aos planos econômicos é ou não uma questão constitucional e, em caso afirmativo, se a legislação correlata compatibiliza-se com a Constituição. Caso o Supremo Tribunal Federal entenda que essa matéria, total ou parcialmente, não constitui uma questão constitucional, a Corte simplesmente deixará de proferir qualquer juízo sobre a mesma, remanescendo para os Tribunais inferiores a definição dos índices de correção a serem utilizados. Ou seja, o julgamento do STF não implica aplicação imediata dos índices sugeridos e, dependendo da decisão tomada, sequer a definição de quaisquer índices a serem aplicados. Dessa forma, é muito difícil avaliar o impacto fiscal deste passivo contingente.

Outro passivo contingente relacionado ao questionamento de índice de reajuste utilizado para correção monetária refere-se à correção dos cruzados bloqueados pelo Plano Collor, em março de 1990. A correção aplicada pelos bancos foi o Bônus do Tesouro Nacional Fiscal (BTNF), de acordo com a Lei nº 8.024, de março de 1990. Os correntistas alegam que deve-

ria ter sido aplicado o Índice de Preços ao Consumidor, de acordo com a Lei nº 7.730, de 1989. Até o momento, o Superior Tribunal da Justiça tem decidido a favor da correção pelo BTNF. Recentemente, os correntistas recorreram ao Superior Tribunal Federal (STF). É importante ressaltar que, neste caso, não foi decidido quem deverá arcar com o ônus de uma eventual mudança no índice de correção: os bancos privados ou o Banco Central.

Há que se mencionar também um conjunto de ações relacionadas à responsabilidade civil do Estado. Ações movidas por companhias de aviação e por empresas do setor sucroalcooleiro reivindicam perdas derivadas dos reajustes de preços estipulados pelo setor público, do próprio controle de preços, assim como do controle da comercialização e distribuição do produto.

Por fim, há que fazer referência às ações de natureza trabalhista e tributária. Há aqui um amplo conjunto de demandas, muitas delas já julgadas, das quais vale fazer referência, dentro do critério anteriormente estabelecido, à ação que questiona a constitucionalidade do uso da taxa Selic na correção dos impostos atrasados. Cumpre lembrar que passivos desta natureza já com sentença definitivas foram tratados como precatórios.

Existe, no entanto, uma grande dificuldade em se estimar o valor destes passivos contingentes. O valor da causa não é uma boa estimativa do que será efetivamente pago pela União no caso de uma eventual perda. Isto não só porque o valor pode ser acrescido de multas e correção monetária, mas porque o valor a ser pago pode ser alterado na sentença, de forma que o valor liquidado normalmente difere em muito do valor da causa. Assim, não é possível fornecer estimativa precisa do valor dos passivos contingentes acima mencionados.

Devemos considerar, ainda, como passivo contingente as garantias concedidas pela União em operações de crédito. Uma grande parte destas garantias se refere a fianças e avais concedidos a empréstimos feitos por organismos internacionais. Neste caso, é importante lembrar que o valor pago tem sido muito pequeno em relação aos compromissos assumidos. Em 1999, por exemplo, a União foi obrigada a honrar apenas cerca de 3% da média dos compromissos garantidos para um determinado ano, o que representou um montante de US\$73 milhões. Logo, apesar de estarem sendo consideradas neste Anexo, as garantias concedidas não representam um alto

risco para as contas fiscais, dado o histórico recente.

A explicitação destes passivos contingentes neste anexo representa mais um passo importante rumo à transparência fiscal. No entanto, é importante ressaltar que as ações aqui citadas representam apenas passivos contingentes. Ou seja, ainda estão em julgamento, não estando de forma alguma definido o seu reconhecimento pela União. Ao contrário, a União vem despendendo um grande esforço no sentido de defender a legalidade de seus atos passados. Além disso, caso a União perca algum destes julgamentos, isto representará um esforço maior em busca de um ajuste fiscal. Isto porque o principal objetivo da política fiscal, qual seja, garantir a solvência do setor público no longo prazo, se mantém.

Além dos itens considerados acima, devemos considerar também os passivos da União ainda não contabilizados, mas que estão dentro do cronograma de reconhecimento futuro de passivos. Em 2001, espera-se reconhecer passivos no montante de R\$13,3 bilhões compostos da seguinte forma:

Passivo a serem reconhecidos em 2001 (R\$ milhões)	
FCVS	10.000
Dívidas originárias de extinção de entidades/órgãos da administração pública	2.807
Dívidas diretas	10
Dívidas originárias da criação de novos estados	455
Total	13.272

PARÂMETROS E PROJEÇÕES PARA OS PRINCIPAIS AGREGADOS E VARIÁVEIS DAS POLÍTICAS MONETÁRIA, CREDITÍCIA E CAMBIAL

(Artigo 4º, Parágrafo 4º da Lei Complementar nº 101, de 2000)

Em linhas gerais, o anexo à LDO encaminhado pelo Executivo explicitando os objetivos das políticas monetária, creditícia e cambial fornece o quadro da política econômica para os próximos anos. A grade de parâmetros adotada no estabelecimento das metas fiscais, reproduzida no quadro abaixo, fornece os parâmetros básicos com que se está trabalhando

para os próximos anos; principalmente no que se refere a hipóteses de taxa de câmbio e taxa de juros.

Parâmetros macroeconômicos utilizados na projeção			
	2001	2002	2003
Taxa de câmbio (R\$/US\$ - dez)	1,8	1,86	1,89
Taxa de inflação (% a.a.)	4	3,5	3
Taxa de juros nominal (% a.a.)	14,85	12,32	11,25
PIB (crescimento real %)	4,5	5	5

É importante enfatizar que trata-se de hipóteses de trabalho ou cenários para os próximos anos, e não de objetivos ou compromissos da política econômica.

O anexo à LDO também explicitou o compromisso com a livre flutuação da taxa de câmbio. Não há, portanto, compromisso com a manutenção de qualquer nível ou faixa de flutuação para a taxa de câmbio.

Em relação à política monetária, mostrou-se que o governo pretende continuar assegurando a consecução das metas inflacionárias. Em julho de 1999, quando foi instituído o regime formal de metas de inflação, foram fixadas as metas anuais para o índice de preços ao consumidor (IPCA) em 8% para 1999, 6% em 2000 e 4% em 2001, admitida a variação de dois pontos percentuais para cima e para baixo, de forma a acomodar variações sazonais ou episódicas.

Quanto à política creditícia, o Anexo deixa claro qual é o objetivo da política futura: aumento do volume de operações de crédito e redução dos custos de intermediação financeira, de forma que se alcance uma elevação da relação crédito/PIB de forma sustentada. Após o envio do Anexo já foram tomadas medidas que reforçam este objetivo, como a redução do recolhimento compulsório sobre depósitos à vista. As medidas a serem adotadas no futuro dependerão do resultado das já implantadas e citadas no Anexo, de forma que não é possível determinar com exatidão as futuras medidas e o momento em que serão tomadas. Ou seja, o nível de compulsório desejável no longo prazo vai depender da reação da economia às medidas já adotadas. O importante, aqui, é deixar claro o objetivo de política econô-

mica, de forma que se saiba o sentido das novas medidas a serem adotadas.

ANEXO À MENSAGEM

Objetivos das políticas monetária, creditícia e cambial

(Artigo 4º, Parágrafo 4º, da Lei Complementar nº 101, de 2000)

Os objetivos da política econômica brasileira para os próximos anos seguem sendo a promoção do crescimento econômico com estabilidade de preços. A convergência das políticas fiscal, monetária, creditícia e cambial e a continuidade das reformas estruturais são essenciais para a consecução destes objetivos.

O ajuste das contas públicas, particularmente após 1998, representou um passo decisivo na construção de sólidos alicerces para a recuperação do crescimento. É este ajuste que garante, em última instância, a consolidação da estabilização monetária, base para o crescimento sustentado e para a melhoria progressiva das condições de vida da população brasileira. O cumprimento rigoroso das metas fiscais e as mudanças estruturais que vêm sendo obtidas com a indispensável participação do Congresso Nacional são elementos decisivos para o ambiente de retomada do desenvolvimento brasileiro que já começou a se manifestar. Estes elementos afastam novas pressões especulativas contra o real, favorecem a queda da taxa de juros doméstica e o aumento da poupança interna, através da redução da necessidade de financiamento do setor público.

Na base do processo de convergência para uma situação de equilíbrio macroeconômico, com taxas expressivas de crescimento, está a bem sucedida execução do Programa de Estabilidade Fiscal. Com efeito, o resultado primário do setor público consolidado de 1999 atingiu um superávit de 3,13% do PIB, cumprindo não só a meta fiscal estabelecida para o ano, como também garantindo o cumprimento das metas fiscais pelo quinto trimestre consecutivo. Com isso, foi dado o passo inicial para uma trajetória sustentável da relação dívida líquida/PIB. Para o ano 2000 a proposta orçamentária fixou um superávit primário de 2,6% do PIB para o Governo Central em conformidade com o superávit primário de 3,25% do PIB estabelecido para o setor público consolidado. E para o exercício de 2001, a meta estabelecida neste anexo para o Governo Central segue sendo de 2,6% do PIB.

A partir do início de 1999, o Brasil optou por um regime de livre flutuação da taxa de câmbio. A introdução deste regime permitiu remover restrições do balanço de pagamentos que se manifestaram com o

agravamento das condições externas após a crise asiática. Os efeitos positivos da mudança cambial foram logo sentidos em 1999: o déficit em conta corrente foi reduzido de US\$33,6 bilhões em 1998 para US\$24,4 bilhões em 1999. Além disso, este déficit foi amplamente coberto pela entrada do investimento externo direto, que atingiu o nível recorde de US\$30 bilhões em 1999. O déficit comercial em doze meses foi reduzido de US\$6,6 bilhões ocorrido em 1998 para um patamar abaixo de US\$400 milhões no final do primeiro trimestre de 2000, indicando que a desvalorização cambial do ano passado e o crescimento da economia mundial estão surtindo o efeito desejado sobre as contas externas brasileiras. As exportações, beneficiadas com a mudança de preços relativos e os ganhos auferidos de competitividade, continuam sua trajetória de crescimento verificada desde o segundo semestre do ano passado, reduzindo nossa necessidade externa de financiamento.

Com a mudança no regime de câmbio, a política monetária ganhou maior liberdade, passando a orientar-se pelos efeitos do nível de atividade e do câmbio sobre a taxa de inflação, em lugar de ser determinada, como no arranjo anterior, pela necessidade de viabilizar o fluxo de recursos externos necessário à sustentação da taxa de câmbio. A política monetária tornou-se, assim, um elemento chave para a coordenação de expectativas, sendo esta a razão fundamental para a adoção do regime de metas inflacionárias.

Nos próximos anos, além do compromisso com a livre flutuação da taxa de câmbio, o governo pretende continuar a orientar a política monetária para assegurar a consecução das metas inflacionárias. Desde julho de 1999, foi instituído o regime formal de metas de inflação, tendo sido fixadas as metas anuais para o índice de preços ao consumidor (IPCA) em 8% para 1999, 6% em 2000 e 4% em 2001, admitida a variação de dois pontos percentuais para cima e para baixo, de forma a acomodar variações sazonais ou episódicas. Do ponto de vista formal, é parte integrante da nova sistemática de condução da política monetária que implica alcance, pelo Banco Central, da meta de inflação estabelecida pelo governo. O regime constitui a estratégia mais adequada, no atual contexto, para a manutenção da estabilidade de preços, ao deixar claros os meios usados pelo Banco Central para atingir este objetivo. Ao mesmo tempo evidencia as restrições à operação da política monetária, aumentando o grau

de comprometimento do governo com o processo de estabilização de preços.

O ajuste fiscal presente, as condições externas mais favoráveis e o novo regime cambial viabilizam uma trajetória decrescente para a taxa de juros interno. Nos próximos anos, pode-se esperar novas quedas das taxas reais de juros, dando continuidade ao movimento iniciado em março de 1999. Cabe registrar, a esse respeito, que a taxa básica de juros (Selic) reduziu-se, em termos reais, de 33,98% para 12,65% entre março de 1999 e março de 2000, utilizando-se a inflação projetada para os doze meses seguintes.

Em relação à política de crédito, o objetivo do governo tem sido a expansão do volume de operações creditícias, bem como a redução dos custos da intermediação financeira. Várias medidas foram adotadas neste sentido, como redução do recolhimento compulsório sobre depósitos à vista (duas reduções em seis meses), a eliminação dessa obrigatoriedade sobre depósitos a prazo, a redução da alíquota do IOF incidente sobre operações de crédito a pessoas físicas, além da criação da Cédula de Crédito Bancário, título decorrente de operação de crédito, de trâmite judicial mais simples e eficaz.

Como consequência das medidas tomadas e de uma melhor expectativa quanto ao cenário econômico, já se observa um aumento do volume de crédito, além de uma diminuição do **spread** bancário. No entanto, deve-se lembrar que os efeitos duradouros dessas medidas devem ocorrer no médio e longo prazos. Ainda, a elevação desejada da relação crédito/PIB deverá concretizar-se de forma sustentada, para que o crédito para o consumo acompanhe a expansão dos investimentos produtivos. Dessa forma, a manutenção da expansão do crédito, bem como a diminuição do custo de intermediação financeira continuarão a ser objetivo de política macroeconômica de forma a se tornar o crédito um canal importante de transmissão de política monetária, com papel fundamental para a retomada do crescimento econômico.

Este panorama de retomada do crescimento sustentado é compatível com a convergência da trajetória decrescente da inflação brasileira para uma taxa equivalente na economia internacional. Embora a meta de inflação para 2002 ainda não esteja oficialmente fixada – para tanto será conveniente levar em conta o desempenho de 2000 –, é provável que seja mantida a trajetória decrescente apresentada nos primeiros três anos, projetando-se uma taxa inferior à prevista para 2001, de 4%.



CONGRESSO NACIONAL

Anexo de Metas e Prioridades

LDO - 2001

PROGRAMAS E AÇÕES

Produto Unidade Medida Meta

Programa: 0040 ACELERAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Objetivo: ASSEGURAR A EGIÇÃO NAS CONDIÇÕES DE ACESSO, PERMANÊNCIA E ÉXITO ESCOLAR DO ALUNO NO ENSINO FUNDAMENTAL

	ALUNO BENEFICIÁRIO	UNIDADE	Meta
4007	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	MILHAR	30.000
4008	ASSISTÊNCIA TÉCNICA E ORIENTAÇÃO A ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL	MILHAR	3.000
4009	CORREÇÃO DO FLUXO ESCOLAR - ACELERAÇÃO DA APRENDIZAGEM	MILHAR	40
4006	DISTRIBUIÇÃO DE BIBLIOTECAS PARA ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL	UNIDADE	10.000
4008	DISTRIBUIÇÃO DE LIVROS DIDÁTICOS PARA ALUNOS E PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL	MILHAR	130.216
4009	VEICULAÇÃO DE PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	MH	190.300
4009	VEICULAÇÃO DE PROGRAMAS DE RÁDIO-ESCOLA	MH	1.025

Programa: 0051 AGRICULTURA FAMILIAR - PROMAF

Objetivo: FORTALECER A AGRICULTURA FAMILIAR, PROMOVENDO SUA INSERÇÃO COMPETITIVA NOS MERCADOS DE PRODUTOS E FATORES

	MONITORIO APOIO	UNIDADE	Meta
1008	ASSISTÊNCIA TÉCNICA A PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS MANUTENÇÃO	UNIDADE	1.118
3001	CAPACITAÇÃO DE AGRICULTORES FAMILIARES	UNIDADE	30.670
3006	DESENVOLVIMENTO DO COOPERATIVISMO E ASSOCIATIVISMO RURAL	UNIDADE	2.150
3006	EXECUÇÃO DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL	UNIDADE	1.000.000
3031	FINANCIAMENTO E QUALIFICAÇÃO DE JORNADA PARA AGRICULTURA FAMILIAR - PROMAF	UNIDADE	700.000
3174	PERMANÊNCIA TÉCNICA PARA A AGRICULTURA FAMILIAR	UNIDADE	90

Programa: 0057 ÁGUAS DO BRASIL

Objetivo: CONTRIBUIR PARA A MELHORIA DA QUALIDADE E DA QUANTIDADE DE ÁGUA

	PESQUISA CAPACITADA	UNIDADE	Meta
8008	7777	UNIDADE	5.000
7777	7777	UNIDADE	04
7777	7777	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	26
7777	7777	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	21
7777	7777	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	17
7777	7777	UNIDADE	15
7777	7777	UNIDADE	8
7777	7777	UNIDADE	3

Programa: 0008 ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL

Objetivo: REDUZIR E CONTROLAR A DESNUTRIÇÃO, AS CARÊNCIAS POR MICRONUTRIENTES NOS SERVIÇOS DE SAÚDE E PROMOVER A ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL NOS DIFERENTES CICLOS DE VIDA

	PESQUISA BENEFICÍRIA	UNIDADE	Meta
4004	4004	UNIDADE	800.000
4004	4004	UNIDADE	908.079

Programa: 0006 APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO

Objetivo: FORTALECER A PRODUÇÃO E FACILITAR O ABASTECIMENTO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS

	PRODUTO AGRÍCOLA	QUANTIDADE	Meta
1403	1403	UNIDADE	7.000
1404	1404	UNIDADE	400
1404	1404	UNIDADE	553

Elaborado: COFFICOD - CONAGRO

101 Rd Substituto - SUBSTITUTIVO

Revisão: 2000/01/14-15

Página: 1



CONGRESSO NACIONAL

LDO - 2001 Anexo de Metas e Prioridades

PROGRAMAS E AÇÕES

Programa	Unidade	Meta
----------	---------	------

Programa: 0070 ASSISTÊNCIA A VÍTIMAS E A TESTEMUNHAS AMEAÇADAS

Objetivo: GARANTIR PROTEÇÃO ESPECIAL A TESTEMUNHAS E VÍTIMAS SOBREVIVENTES DE CRIMES

Unidade	Meta
SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA A TESTEMUNHAS E VÍTIMAS DE CRIMES	47

Programa: 0006 ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA

Objetivo: GARANTIR O ACESSO DA POPULAÇÃO A MEDICAMENTOS BÁSICOS

Unidade	Meta
ACQUIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS E INsumos FARMACÊUTICOS	96.000

Programa: 0067 ATENÇÃO À CRIANÇA

Objetivo: ASSEGURAR O ATENDIMENTO A CRIANÇAS CARENTES DE ATÉ 6 ANOS EM CRECHES E PRÉ-ESCOLAS

Unidade	Meta
ATENDEMENTO À CRIANÇA EM CRECHE	2.398.466

Programa: 0085 ATENÇÃO À PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA

Objetivo: ASSEGURAR OS DIREITOS E COMBATER A DISCRIMINAÇÃO DE PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA

Unidade	Meta
ATENDEMENTO À PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA	138.636

0062 MÓDULOS DE REABILITAÇÃO PARA PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

Unidade	Meta
MÓDULO DE REABILITAÇÃO AFONOSO	20

0075 PAGAMENTO DE BENEFÍCIO DE PREVIDÊNCIA CONTINUADA A PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA

Unidade	Meta
PAGAMENTO DE BENEFÍCIO DE PREVIDÊNCIA CONTINUADA A PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA	906.340

0066 PAGAMENTO DE BENEFÍCIO DE PREVIDÊNCIA CONTINUADA A PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA

Unidade	Meta
PAGAMENTO DE BENEFÍCIO DE PREVIDÊNCIA CONTINUADA A PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA	802.944

Programa: 0025 ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR

Objetivo: PROMOVER O ACESSO ECOTÁTICO E UNIVERSAL DA POPULAÇÃO AOS SERVIÇOS AMBULATORIAIS, EMERGENCIAIS E HOSPITALARES NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS

Unidade	Meta
ATENDEMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	800

4007 ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR PRESTADO PELA REDE CONSOLIDADA NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS

Unidade	Meta
ATENDEMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR PRESTADO PELA REDE CONSOLIDADA NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	120.450.000

Programa: 0683 ATUAÇÃO LEGISLATIVA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Objetivo: APLICAR PROPOSTAS EM GERAL, APURAR FATOS DE TERMINAÇÃO, EXERCER A FISCALIZAÇÃO E O CONTROLE EXTERNO DOS ORÇÂOS E REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO E DESSEMPENHAR AS DEMAS PRERROGATIVAS CONSTITUCIONAIS LEGAIS E REGIMENTAIS DO ORÇÂO E DOS SEUS MEMBROS

Unidade	Meta
ATENDEMENTO À CRIANÇA EM CRECHE	17.000

Programa: 0486 BIOTECNOLOGIA E RECURSOS GENÉTICOS - GENOMA

Objetivo: CONSERVAR RECURSOS GENÉTICOS E DESSEMPENHAR PRODUTOS E PROCESSOS BIOTECNOLÓGICOS RELEVANTES PARA A PRODUÇÃO INDUSTRIAL, A AGROPECUÁRIA E A SAÚDE HUMANA

Unidade	Meta
GENÓTIPO DE BANCOS DE DESEMPENHO E CONSERVAÇÃO DE RECURSOS GENÉTICOS	8.000

4166 CRIAÇÃO DE BANCOS DE DESEMPENHO E CONSERVAÇÃO DE RECURSOS GENÉTICOS

Unidade	Meta
CRIAÇÃO DE BANCOS DE DESEMPENHO E CONSERVAÇÃO DE RECURSOS GENÉTICOS	12.438

4163 PROTEÇÃO EM SAÚDE PÚBLICA

Unidade	Meta
PROTEÇÃO EM SAÚDE PÚBLICA	4

4165 FOMENTO À PESQUISA E AO DESENVOLVIMENTO DE MANUFATURAS, MEDICAMENTOS, REPRODUTORES E PROCESSOS TERAPÊUTICOS

Unidade	Meta
FOMENTO À PESQUISA E AO DESENVOLVIMENTO DE MANUFATURAS, MEDICAMENTOS, REPRODUTORES E PROCESSOS TERAPÊUTICOS	7

4166 FOMENTO À PESQUISA E AO DESENVOLVIMENTO PARA A CONSERVAÇÃO E O USO SUSTENTÁVEL DA BIODIVERSIDADE

Unidade	Meta
FOMENTO À PESQUISA E AO DESENVOLVIMENTO PARA A CONSERVAÇÃO E O USO SUSTENTÁVEL DA BIODIVERSIDADE	22

4168 FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS PARA O APROVEITAMENTO

Unidade	Meta
FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS PARA O APROVEITAMENTO	10

4169 FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS PARA O APROVEITAMENTO

Unidade	Meta
FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS PARA O APROVEITAMENTO	2

4169 FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS PARA O APROVEITAMENTO

Unidade	Meta
FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS PARA O APROVEITAMENTO	2

4169 FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS PARA O APROVEITAMENTO

Unidade	Meta
FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS PARA O APROVEITAMENTO	2

4169 FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS PARA O APROVEITAMENTO

Unidade	Meta
FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS PARA O APROVEITAMENTO	2

4169 FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS PARA O APROVEITAMENTO

Unidade	Meta
FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS PARA O APROVEITAMENTO	2

4169 FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS PARA O APROVEITAMENTO

Unidade	Meta
FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS PARA O APROVEITAMENTO	2

4169 FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS PARA O APROVEITAMENTO

Unidade	Meta
FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS PARA O APROVEITAMENTO	2

4169 FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS PARA O APROVEITAMENTO

Unidade	Meta
FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS PARA O APROVEITAMENTO	2

4169 FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS PARA O APROVEITAMENTO

Unidade	Meta
FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS PARA O APROVEITAMENTO	2

4169 FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS PARA O APROVEITAMENTO

Unidade	Meta
FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS PARA O APROVEITAMENTO	2

4169 FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS PARA O APROVEITAMENTO

Unidade	Meta
FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS PARA O APROVEITAMENTO	2

4169 FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS PARA O APROVEITAMENTO

Unidade	Meta
FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS PARA O APROVEITAMENTO	2

4169 FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS PARA O APROVEITAMENTO

Unidade	Meta
FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS PARA O APROVEITAMENTO	2

4169 FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS PARA O APROVEITAMENTO

Unidade	Meta
FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS PARA O APROVEITAMENTO	2

4169 FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS PARA O APROVEITAMENTO

Unidade	Meta
FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS PARA O APROVEITAMENTO	2

4169 FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS PARA O APROVEITAMENTO

Unidade	Meta
FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS PARA O APROVEITAMENTO	2

4169 FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS PARA O APROVEITAMENTO

Unidade	Meta
FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS PARA O APROVEITAMENTO	2

4169 FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS PARA O APROVEITAMENTO

Unidade	Meta
FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS PARA O APROVEITAMENTO	2

4169 FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS PARA O APROVEITAMENTO

Unidade	Meta
FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS PARA O APROVEITAMENTO	2

4169 FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS PARA O APROVEITAMENTO

Unidade	Meta
FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS PARA O APROVEITAMENTO	2

4169 FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS PARA O APROVEITAMENTO

Unidade	Meta
FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS PARA O APROVEITAMENTO	2

4169 FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS PARA O APROVEITAMENTO

Unidade	Meta
FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS PARA O APROVEITAMENTO	2

4169 FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS PARA O APROVEITAMENTO

Unidade	Meta
FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS PARA O APROVEITAMENTO	2

4169 FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS PARA O APROVEITAMENTO

Unidade	Meta
FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS PARA O APROVEITAMENTO	2

4169 FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS PARA O APROVEITAMENTO

Unidade	Meta
FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS PARA O APROVEITAMENTO	2

4169 FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS PARA O APROVEITAMENTO

Unidade	Meta
FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS PARA O APROVEITAMENTO	2

4169 FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS PARA O APROVEITAMENTO

Unidade	Meta
FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS PARA O APROVEITAMENTO	2

4169 FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS PARA O APROVEITAMENTO

Unidade	Meta
FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS PARA O APROVEITAMENTO	2

4169 FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS PARA O APROVEITAMENTO

Unidade	Meta
FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS PARA O APROVEITAMENTO	2

4169 FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS PARA O APROVEITAMENTO

Unidade	Meta
FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS PARA O APROVEITAMENTO	2

4169 FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS PARA O APROVEITAMENTO

Unidade	Meta
FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS PARA O APROVEITAMENTO	2

4169 FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS PARA O APROVEITAMENTO

Unidade	Meta
FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS PARA O APROVEITAMENTO	2

4169 FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS PARA O APROVEITAMENTO

Unidade	Meta
FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS PARA O APROVEITAMENTO	2

4169 FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS PARA O APROVEITAMENTO

Unidade	Meta
FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS PARA O APROVEITAMENTO	2

4169 FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS PARA O APROVEITAMENTO

Unidade	Meta
FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS PARA O APROVEITAMENTO	2

4169 FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS PARA O APROVEITAMENTO

Unidade	Meta
FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS PARA O APROVEITAMENTO	2

4169 FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS PARA O APROVEITAMENTO

Unidade	Meta
FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS PARA O APROVEITAMENTO	2

4169 FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS PARA O APROVEITAMENTO

Unidade	Meta
FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS PARA O APROVEITAMENTO	2

4169 FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS PARA O APROVEITAMENTO

Unidade	Meta
FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS PARA O APROVEITAMENTO	2

4169 FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS PARA O APROVEITAMENTO

Unidade	Meta
FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS PARA O APROVEITAMENTO	2

4169 FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS PARA O APROVEITAMENTO

Unidade	Meta
FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS PARA O APROVEITAMENTO	2

4169 FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS PARA O APROVEITAMENTO

Unidade	Meta
FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS PARA O APROVEITAMENTO	2

4169 FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS PARA O APROVEITAMENTO

Unidade	Meta
FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS PARA O APROVEITAMENTO	2

4169 FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS PARA O APROVEITAMENTO

Unidade	Meta
FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS PARA O APROVEITAMENTO	2

4169 FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS PARA O APROVEITAMENTO

Unidade	Meta
FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS PARA O APROVEITAMENTO	2

4169 FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS PARA O APROVEITAMENTO

Unidade	Meta
FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS PARA O APROVEITAMENTO	2

4169 FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS PARA O APROVEITAMENTO

Unidade	Meta
FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS PARA O APROVEITAMENTO	2

4169 FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS PARA O APROVEITAMENTO

Unidade	Meta
FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS PARA O APROVEITAMENTO	2

4169 FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS PARA O APROVEITAMENTO

Unidade	Meta
FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS PARA O APROVEITAMENTO	2

4169 FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS PARA O APROVEITAMENTO

Unidade	Meta
FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS PARA O APROVEITAMENTO	2

4169 FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS PARA O APROVEITAMENTO

Unidade	Meta
FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS PARA O APROVEITAMENTO	2

4169 FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS PARA O APROVEITAMENTO

Unidade	Meta
FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS PARA O APROVEITAMENTO	2

4169 FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS PARA O APROVEITAMENTO

Unidade	Meta
FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS PARA O APROVEITAMENTO	2

4169 FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS PARA O APROVEITAMENTO

Unidade	Meta
FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS PARA O APROVEITAMENTO	2

4169 FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS PARA O APROVEITAMENTO

Unidade	Meta
FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS PARA O APROVEITAMENTO	2

4169 FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS PARA O APROVEITAMENTO

Unidade	Meta
FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS PARA O APROVEITAMENTO	2

4169 FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS PARA O APROVEITAMENTO

Unidade	Meta
FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS PARA O APROVEITAMENTO	2

4169 FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS PARA O APROVEITAMENTO

Unidade	Meta
FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS PARA O APROVEITAMENTO	2

4169 FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS PARA O APROVEITAMENTO

Unidade	Meta
FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS PARA O APROVEITAMENTO	2

4169 FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS PARA O APROVEITAMENTO

Unidade	Meta
FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS PARA O APROVEITAMENTO	2

4169 FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS PARA O APROVEITAMENTO

Unidade



CONGRESSO NACIONAL

Anexo de Metas e Prioridades

LDO - 2001

PROGRAMAS E AÇÕES	Produto	Unidade Medida	Meta
Programa: 0612 BRASIL CLASSE MUNDIAL Objetivo: ELEVAR A COMPETITIVIDADE INDUSTRIAL DAS PRINCIPAIS CADEIAS PRODUTIVAS DO PAÍS			
4461 PROMOÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA	EVENTO REALIZADO	UNIDADE	25
Programa: 0618 BRASIL JOGA LIMPO Objetivo: REDUZIR A GERAÇÃO, AUMENTAR A RECICLAGEM E O REAPROVEITAMENTO DE RESÍDUOS E GARANTIR MEIOS DE DISPOSIÇÃO AMBIENTALMENTE ADEQUADOS			
2690 3777 FOMENTO A PROJETOS DE ORDENAMENTO DA COLETA SELETIVA DE LIXO	PROJETO APROVADO	UNIDADE	26
1666 3777 IMPLANTANDO DE SISTEMA DE INFORMÁTICA AMBIENTAL RELATIVO A GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS	838 TELA IMPLANTADO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	20
Programa: 0107 BRASIL PATRIMÔNIO CULTURAL Objetivo: CONSERVAR E REUTILIZAR O PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO			
1610 IDENTIFICAÇÃO E INVENTÁRIO DE BENS CULTURAIS	BEM IDENTIFICADO	UNIDADE	160.000
2630 PRESERVAÇÃO DE ACERVOS CULTURAIS	BEM PRESERVADO	UNIDADE	200.000
Programa: 0460 CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA PESQUISA Objetivo: AUMENTAR A CAPACIDADE DE RESPOSTA DO SISTEMA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA AS DEMANDAS DE CONHECIMENTO E DE SERVIÇOS TÉCNICO-CIENTÍFICOS DA SOCIEDADE, MEDIANTE A FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DE PESQUISADORES			
4261 CONCESSÃO DE BOLSA DE ESTÍMULO À PESSOA	BOLSA CONCEDIDA	UNIDADE	10.000
4266 CONCESSÃO DE BOLSA DE FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DE PESQUISADORES	BOLSA CONCEDIDA	UNIDADE	15.000
4268 CONCESSÃO DE BOLSA DE INICIAÇÃO À PESQUISA	BOLSA CONCEDIDA	UNIDADE	19.200
Programa: 0730 CENSO 2000 Objetivo: PROMOVER O CONHECIMENTO DA REALIDADE DEMOGRÁFICA E SOCIAL DO PAÍS, POR MEIO DO LEVANTAMENTO DE SEUS DADOS CENSITÁRIOS			
1062 CENSO DEMOGRÁFICO - CENSO 2000	CENSO CONCLUÍDO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	12
Programa: 0070 CENTROS DA JUVENTUDE Objetivo: ATENDER A JOVENS MENORES DE 24 ANOS EM RISCO PESSOAL E SOCIAL EM COMUNIDADES DE BAIXA RENDA			
2666 ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	GRUPO ATENDIDO	UNIDADE	26.666
6615 CAPACITAÇÃO DE JOVENS PARA ATUAÇÃO NOS CENTROS DE JUVENTUDE	PESSOA CAPACITADA	UNIDADE	3.000
6666 IMPLANTANDO DE CENTROS DA JUVENTUDE	CENTRO IMPLANTADO	UNIDADE	362
Programa: 0166 COMBATE À VIOLENCIA CONTRA A MULHER Objetivo: COMBATER A VIOLENCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER			
6617 CRIAÇÃO DE CRIANÇAS PARA MULHERES VÍTIMAS DE VIOLENCIA	AMORCO CONCLUÍDO	UNIDADE	99
Programa: 0073 COMBATE AO ABUSO E À EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES Objetivo: PREVENIR E COMBATER A VIOLENCIA, O ABUSO E A EXPLORAÇÃO SEXUAL COMERCIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES MENORES DE 14 ANOS DE IDADE			
4466 ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE EM SITUAÇÃO DE RISCO RELATIVO AO COMBATE À PROSTITUIÇÃO INFANTIL, SEXUAL	GRUPO ATENDIDO	UNIDADE	17.000
Programa: 0662 COMBATE AO CRIME ORGANIZADO Objetivo: COMBATER A CRIMINALIDADE DE COMPETÊNCIA FEDERAL			

Decreto nº 2.000 - CONTRATO

101 Rel. Subcomissão - CONSTITUINTE

PL. 1 - 1997-1998 - 2º PERÍODO



CONGRESSO NACIONAL

Anexo de Metas e Prioridades

LDO - 2001

PROGRAMAS E AÇÕES		Produto	Unidade Medida	Meta
Programa: 0462 COMBATE AO CRIME ORGANIZADO				
Objetivo: COMBATER A CRIMINALIDADE DE COMPETÊNCIA FEDERAL				
2460	COMBATE AO TRÁFICO ALTO DE SUBSTÂNCIAS ENTORPECENTES	DRUGA APREENDIDA		40
Programa: 0071 COMUNIDADE ATIVA				
Objetivo: PROMOVER O DESENVOLVIMENTO SOCIAL POR MEIO DA MUDANÇA AO DESENVOLVIMENTO LOCAL INTEGRADO E SUSTENTÁVEL, ARTICULANDO AÇÕES DE GOVERNO E CELEBRANDO PARCERIAS COM A SOCIEDADE CIVIL				
2462	CAPACITAÇÃO DE GESTORES	PROFISSIONAL CAPACITADO	UNIDADE	13 500
1449	CAPACITAÇÃO DE TÉCNICOS MULTIPROFISSIONAIS, DIRETORES DE LABORATÓRIOS ORGANIZACIONAIS E SUPERINTENDENTES	PROFISSIONAL CAPACITADO	UNIDADE	3 800
Programa: 0464 COOPERAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA INTERNACIONAL				
Objetivo: APROFUNDAR A COOPERAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA ENTRE O BRASIL E OS PAÍSES COM OS QUAIS MANTÉM RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS				
2430	COOPERAÇÃO TÉCNICA INTERNACIONAL	ACORDO IMPLEMENTADO	UNIDADE	1 200
Programa: 0230 CORREDOR LESTE				
Objetivo: REDUZIR O CUSTO DO TRANSPORTE DE CARGAS NA REGIÃO GEOGRÁFICA QUE ENCLAUSA OS ESTADOS DE MATOS GERAIS, ESPÍRITO SANTO E RIO DE JANEIRO				
4321	ADEQUAÇÃO DE AER. RODOVIAIS NO CORREDOR LESTE BR-369/BR-1 - EM VOLTA RESERVA	TRECHO ADEQUADO	KM	10
5725	0005 ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIAIS NO CORREDOR LESTE BR-150/GO - APERFEIÇOAMENTO DE GOIÂNIA - ITUMBAMA	TRECHO ADEQUADO	KM	80
5726	0011 ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIAIS NO CORREDOR LESTE BR-369/GO - APERFEIÇOAMENTO DO TRECHO BELLO HORIZONTE - JOÃO MONTEALDO - PATATINA	TRECHO ADEQUADO	KM	40
5728	0012 ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIAIS NO CORREDOR LESTE BR-424/RS - CONSTRUÇÃO DE CONTOURNO EM CASCHOEIRO DE ITAPEMIRIM	TRECHO PAVIMENTADO	KM	20
7222	0002 CONSTRUÇÃO DE TRECHOS FERROVIÁRIOS NO CORREDOR LESTE CONSTRUÇÃO DE TRECHO FERROVIÁRIO CASCHOEIRO DO ITAPEMIRIM - TERAPIAL PORTA	TRECHO CONSTRUÍDO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	3
5742	0004 DIFUSÃO DE TRECHOS RODOVIAIS NO CORREDOR LESTE BR-369/GO - DIFUSÃO SPANG - BELLO HORIZONTE	TRECHO ADEQUADO	KM	20
Programa: 0237 CORREDOR ARAQUÁ-TOCANTINS				
Objetivo: REDUZIR O CUSTO DO TRANSPORTE DE CARGAS NA REGIÃO QUE ABRANGE OS ESTADOS DO PARÁ, TOCANTINS, MARANHÃO, MATO GROSSO E GOIÁS				
5730	0004 ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIAIS NO CORREDOR ARAQUÁ-TOCANTINS BR-369/GO - ADEQUAÇÃO DO TRECHO DISTRITO FEDERAL - DISTRITO FEDERAL	TRECHO ADEQUADO	KM	7
5730	0006 ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIAIS NO CORREDOR ARAQUÁ-TOCANTINS BR-369/GO - ADEQUAÇÃO DO TRECHO DISTRITO FEDERAL - DISTRITO FEDERAL	TRECHO ADEQUADO	KM	30
5730	0001 CONSTRUÇÃO DE ESTUÍOS NO CORREDOR ARAQUÁ-TOCANTINS DE TUCURUÍ	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	30
5608	7777 CONSTRUÇÃO DE TERMINAL PORTUÁRIO PARA A BARRAGEM DE ACHETARA - MA	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	75
5844	8004 CONSTRUÇÃO DE TRECHOS FERROVIÁRIOS NO CORREDOR ARAQUÁ-TOCANTINS CONSTRUÇÃO DE TRECHO FERROVIÁRIO IMPERATRIZ (MA) - SENADOR CAMERLO (GO) (FERROVIA NORTE-MA)	TRECHO CONSTRUÍDO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	20
5710	0002 CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIAIS NO CORREDOR ARAQUÁ-TOCANTINS BR-369/GO - COCAZINHO - ARAQUÁ	TRECHO PAVIMENTADO	KM	30
5710	0015 CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIAIS NO CORREDOR ARAQUÁ-TOCANTINS BR-369/GO - APERFEIÇOAMENTO DE GOIÂNIA - ITUMBAMA	TRECHO PAVIMENTADO	KM	17
5746	0003 ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIAIS NO CORREDOR ARAQUÁ-TOCANTINS MARANHÃO - ARAQUÁ	TRECHO PAVIMENTADO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	05
5746	0005 ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIAIS NO CORREDOR ARAQUÁ-TOCANTINS MARANHÃO - ARAQUÁ	TRECHO PAVIMENTADO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	22
5746	0006 ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIAIS NO CORREDOR ARAQUÁ-TOCANTINS MARANHÃO - ARAQUÁ	TRECHO PAVIMENTADO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	25
Programa: 0238 CORREDOR FRONTEIRA NORTE				
Objetivo: APERFEIÇOAR O FLUXO DE PESSOAS E MERCADORIAS ENTRE OS ESTADOS DO AMAPÁ, RORAIMA, AMAZONAS E ACRE COM OS PAÍSES DA FRONTEIRA NORTE DO BRASIL				
5711	0001 CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIAIS NO CORREDOR FRONTEIRA NORTE BR-317/AC - TERREIRA COQUE - OROQUETE (FRONTEIRA GUAYANA FRANCESA)	TRECHO PAVIMENTADO	KM	100
5711	0005 CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIAIS NO CORREDOR FRONTEIRA NORTE BR-317/AC - BRASILELA - ASSIS BRASIL	TRECHO PAVIMENTADO	KM	10

Elaborado: COFFEC - CONORSE

101 Indutivo - SUBSTITUTIVO

Emenda: 200/00/11/11



CONGRESO NACIONAL

LDO - 2001
Anexo de Metas e Prioridades

PROGRAMAS E AÇÕES

Products

Unleashed Markets

陳永仁

Programa: 0236 CORREDOR FRONTEIRA NORTE

Objetivo: Incrementar o fluxo de pessoas e mercadorias entre os Estados do Amapá, Roraima, Amazonas e Acre com os países da fronteira norte do Brasil.

8211	0007	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS MODULARES DO CONECTOR FRONTAL/NORTE BR-340/40 - NO BR-4000 - ONIZIENO DO SUL	TRECHO PAVIMENTADO	Km	30
8211	0008	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS MODULARES DO CONECTOR FRONTAL/NORTE BR-401/RS - RUA VITA - BOQUEIRÃO (FRONTAL/QUADRA)	TRECHO PAVIMENTADO	Km	54

Programas: 0233 CORREDOR MERCOSUL

Objetivo: REDUZIR O CUSTO DO TRANSPORTE DE CARGAS ENTRE O BRASIL E OS PAÍSES DO MERCOSUL.

8732	0201	ADREÇAÇÃO DE TRECHOS MODIFICADOS NO CONECTOR MEMORIAL BR-103/32M - DISTRITO: PALHOÇA	TRECHO ADEQUADO	104	22
8737	0203	ADREÇAÇÃO DE TRECHOS MODIFICADOS NO CONECTOR MEMORIAL BR-101/RS - DISTRITO: SÃO JOSÉ	TRECHO ADEQUADO	104	20
8737	0208	ADREÇAÇÃO DE TRECHOS MODIFICADOS NO CONECTOR MEMORIAL BR-15/RS - PORTO ALEGRE - FELTITA	TRECHO ADEQUADO	104	20
8737	9002	ADREÇAÇÃO DE TRECHOS MODIFICADOS NO CONECTOR MEMORIAL BR-400/RS - DISTRITO: GUAYMA - ENTR. BR-101	TRECHO ADEQUADO	104	20
8719	0002	ADREÇAÇÃO DOS MOLDES DO PORTO DE RIO GRANDE E EMBAIXADA DE APOIO/RECONSTRUÇÃO DO CANAL DE ACESSO NA ILHA DO PORTO DE RIO GRANDE E EMBAIXADA DE APOIO/RECONSTRUÇÃO DO CANAL DE ACESSO (RS)	DE EXECUÇÃO FÍSICA	14	14
8796	9002	CONSTRUÇÃO DE PONTES NO CONECTOR MEMORIAL BR-362/RS, CONSTRUÇÃO DE PONTE SOBRE O RIO URUGUAI EM PORTO XAVIER (DISTRITO: SANTA ANA)	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	20	20
8796	9003	CONSTRUÇÃO DE PONTES NO CONECTOR MEMORIAL BR-470/RS, CONSTRUÇÃO DE PONTE SOBRE O RIO TRAIADOUROS EM PALHOÇA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	80	80
8707	0201	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS MODIFICADOS NO CONECTOR MEMORIAL BR-46/RS - TRÊS PASSOS - PORTO SOBERBO	TRECHO PAVIMENTADO	104	10
8707	0203	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS MODIFICADOS NO CONECTOR MEMORIAL BR-47/RS - ADRIANÓPOLIS - BOCAÍRA DO SUL	TRECHO PAVIMENTADO	104	30
8707	0205	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS MODIFICADOS NO CONECTOR MEMORIAL BR-467/RS - PORTO CAJARI - CAMPO NOVO	TRECHO PAVIMENTADO	104	20
7267	9001	MELHORAMENTOS NA INFRA-ESTRUTURA DO PORTO DE ITAÚ (RS)	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	8	8

Programma: 0235 CORREDOR NORDESTE

Objetivo: REDUZIR O CUSTO DO TRANSPORTE DE CARGAS NA ÁREA QUE ABRANGE OS ESTADOS DO PIAUÍ, CEARÁ, RIO GRANDE DO NORTE, PARAÍBA, PERNAMBUCO E ALGOIAS

8726	0001	ADICIONAÇÃO DE TIEÇOS NOVAMENTE NO CONTEIDOR MONOCENTE BR-4017H - PRAZERES - CADO	TRECHO ADEQUADO	104	6
8726	0002	ADICIONAÇÃO DE TIEÇOS NOVAMENTE NO CONTEIDOR MONOCENTE BR-10719H - NATAL - JOAO PESSOA - RECIFE - NACIO	TRECHO REALIZADO	104	100
8726	0005	ADICIONAÇÃO DE TIEÇOS NOVAMENTE NO CONTEIDOR MONOCENTE BR-1180C - DORTALEZA - POCANA	TRECHO ADEQUADO	104	20
8726	0006	ADICIONAÇÃO DE TIEÇOS NOVAMENTE NO CONTEIDOR MONOCENTE BR-3309H - JOAO PESSOA - CAMPINA GRANDE	TRECHO ADEQUADO	104	26
8726	0009	ADICIONAÇÃO DE TIEÇOS NOVAMENTE NO CONTEIDOR MONOCENTE BR-3209F - RECIFE - CARUARU	TRECHO ADEQUADO	104	62
8726	0008	ADICIONAÇÃO DE TIEÇOS NOVAMENTE NO CONTEIDOR MONOCENTE BR-4006F - ADEQUAÇÃO DO TRECHO CAVADO - CAMPINA	TRECHO ADEQUADO	104	40
8811	0001	COMPLEMENTAÇÃO E MELHORAMENTO DO PONTO DE SLUPE NO ESTUVO DE FERRAMENTAÇÃO	OBRA EXECUTADA	104	29
8812	0001	COMPLETO PORTUÁRIO DO PONTO DE REDEJA NO ESTADO DO CEARÁ	PORTO COMPLETO	104	29
8849	0002	CONSTRUÇÃO DE FERRAMENTA NO CONTEIDOR MONOCENTE CONSTRUÇÃO DO TRECHO FERRAMENTAÇÃO PETROLINA (PE) - MASSAO VELHA (PE) E REMODELAÇÃO DA MALHA FERRAMENTA MONOCENTE	TRECHO CONSTRUÇÃO	104	6
8726	0001	CONSTRUÇÃO DE TIEÇOS NOVAMENTE PARA CONTEÍDEIROS DO PONTO DE NATAL (RN) NATAL - RN	OBRA EXECUTADA	104	30
8726	0001	CONSTRUÇÃO DE TIEÇOS NOVAMENTE DO CONTEIDOR MONOCENTE BR-4001H - SÃO RAFAEL DO HOIATU - POCOS	TRECHO PAVIMENTADO	104	11
8726	0007	CONSTRUÇÃO DE TIEÇOS NOVAMENTE DO CONTEIDOR MONOCENTE BR-2246H - CARUARU - NOVOA - DIVERSA INVOCE	TRECHO PAVIMENTADO	104	20
8586	0001	RECAPITULAÇÃO DO PONTO DE CUMETREJO NO ESTUVO DA PARABÁ	OBRA EXECUTADA	104	30

Programa: 0236 CORREDOR OESTE-NORTE

Objetivo: REDUZIR O CUSTO DO TRANSPORTE DE CARGAS NA ÁREA QUE ABRANGE PARTE DOS ESTADOS DO AMAPÁ, PARÁ, RORAIMA E MATO GROSSO DO SUL.

[illegible]

Intercept) COFPAID + CONWON25F

101 Ref Substitutive - SUBSTITUTIVO

Public Law 79-600



CONGRESSO NACIONAL

LDO - 2001
Anexo de Metas e Prioridades

PROGRAMAS E AÇÕES

Produto Unidade Medida Meta

Programa: 0236 CORREDOR OESTE-NORTE

Objetivo: REDUZIR O CUSTO DO TRANSPORTE DE CARGAS NA ÁREA QUE ABRANGE PARTE DOS ESTADOS DO AMAZONAS, PARÁ, RORÔNIA E MATO GROSSO

8706	0006	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIAIS NO CORREDOR OESTE-NORTE BR-220/MS - ITABUITÁ - LAMPA	TRECHO PAVIMENTADO	KM	17
8706	0007	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIAIS NO CORREDOR OESTE-NORTE BR-220/PA - DASA PANTO - TITATUBA	TRECHO PAVIMENTADO	KM	40
8706	0018	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIAIS NO CORREDOR OESTE-NORTE BR-319/PA - DASA ROZAL - MANAUS	TRECHO PAVIMENTADO	KM	40
8706	0011	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIAIS NO CORREDOR OESTE-NORTE BR-421/RO - ARIQUETES - GUAYABAL/AMPA - NOVA MARONTE	TRECHO PAVIMENTADO	KM	17

Programa: 0238 CORREDOR SÃO FRANCISCO

Objetivo: REDUZIR O CUSTO DO TRANSPORTE DE CARGAS NA ÁREA QUE ABRANGE OS ESTADOS DA BAHIA E SERGIPE E O NORTE DE MINAS GERAIS

8841	0004	ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIAIS NO CORREDOR SÃO FRANCISCO BR-67/SE - DURAÇÃO DO TRECHO DURA ALME - DURA BEZA	TRECHO ADEQUADO	KM	15
8706	0001	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIAIS NO CORREDOR SÃO FRANCISCO BR-116/BA - ELUCIDES DA CUNHA - MÓ	TRECHO PAVIMENTADO	KM	60
8706	0003	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIAIS NO CORREDOR SÃO FRANCISCO BR-158/PA - CONSTRUÇÃO DO TRECHO BARRERAS - GALBES	TRECHO PAVIMENTADO	KM	17
8848	0004	OBRAS COMPLEMENTARES NA HINTERLÂNDIA DO SÃO FRANCISCO OBRAS COMPLEMENTARES NA HINTERLÂNDIA DO SÃO FRANCISCO	OBRAS EXECUTADAS	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	33

Programa: 0232 CORREDOR SUDESTE

Objetivo: REDUZIR O CUSTO DO TRANSPORTE DE CARGAS NA ÁREA COMPREENDIDA PELO ESTADO DE MATO GROSSO, MATO GROSSO DO SUL, O SUL DE GOIÁS E A PARTE DA REGIÃO SUDESTE DO PAÍS

8706	0001	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIAIS NO CORREDOR SUDESTE BR-365/MS - CACERES - PROTERIA COM A BOLIVA	TRECHO PAVIMENTADO	KM	10
8706	0007	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIAIS NO CORREDOR SUDESTE BR-365/MS - AMERINDA - COMUMÁ	TRECHO PAVIMENTADO	KM	10
8706	0006	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIAIS NO CORREDOR SUDESTE BR-365/MS - JACUÍ - PORTO MANTUANO	TRECHO PAVIMENTADO	KM	20
8747	0003	MELHORIA DA NAVEGAÇÃO DAS HINTERLÂNDIAS DO PARAGUAI - TRECHO LADO DO FIOZ DO RIO APA, NO LADO BRASILEIRO	OBRAS EXECUTADAS	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	11
8747	0001	MELHORIA DA NAVEGAÇÃO DAS HINTERLÂNDIAS DO PARAGUAI - TRECHO CACERES - CORUMÁ	OBRAS EXECUTADAS	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	21

Programa: 0231 CORREDOR TRANSMETROPOLITANO

Objetivo: REDUZIR O CUSTO DO TRANSPORTE DE CARGAS NA REGIÃO GEOGRÁFICA COMPREENDIDA PELO ESTADO DE SÃO PAULO E SUDESTE DE MINAS GERAIS

8706	0005	ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIAIS NO CORREDOR TRANSMETROPOLITANO BR-366/MS - ADEQUAÇÃO DO TRECHO ENTROMECAMENTO BR-113 -	TRECHO ADEQUADO	KM	44
8840	0001	BR-366/113/MS - CONSTRUÇÃO DO RODOANEL NO ESTADO DE SÃO PAULO	TRECHO PAVIMENTADO	KM	9
8844	0004	CONSTRUÇÃO DE CONTORNO RODOVIAIS EM LOGRADOUROS DAS CARIJES CONSTRUÇÃO DE CONTORNO RODOVIAIS EM LOGRADOUROS DAS CARIJES - SP	TRECHO PAVIMENTADO	KM	7
8706	0003	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIAIS NO CORREDOR TRANSMETROPOLITANO BR-366/MS - CONSTRUÇÃO DO TRECHO ENTROMECAMENTO BR-113 -	TRECHO PAVIMENTADO	KM	83
8743	0003	DURAÇÃO DE TRECHOS RODOVIAIS NO CORREDOR TRANSMETROPOLITANO BR-366/MS - DURAÇÃO DE TRECHOS RODOVIAIS NO CORREDOR TRANSMETROPOLITANO BR-366/MS - DURAÇÃO DE TRECHOS RODOVIAIS NO CORREDOR TRANSMETROPOLITANO BR-366/MS	TRECHO DURAÇÃO	KM	14
8813	0001	OBRAS COMPLEMENTARES NA HINTERLÂNDIA DE SÃO PAULO OBRAS COMPLEMENTARES NA HINTERLÂNDIA DE SÃO PAULO	OBRAS EXECUTADAS	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	36

Programa: 0172 CULTURA AFRO-BRASILEIRA

Objetivo: PRESERVAR A CULTURA E A MEMÓRIA AFRO-BRASILEIRA

4406	0001	APOIO A PROJETOS CULTURAIS AFRO-BRASILEIROS	PROJETO APOIADO	UNIDADE	18
------	------	---	-----------------	---------	----

Programa: 0416 CULTURA EXPORTADORA

Objetivo: AUMENTAR A CAPACIDADE DOS AGENTES PROMOTORES DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS

1013	0001	CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE COMÉRCIO EXTERIOR	PROFISSIONAL CAPACITADO	UNIDADE	1.100
3865	0001	FORMAÇÃO DE NEGOCIADORES EM COMÉRCIO EXTERIOR	TÉCNICO CAPACITADO	UNIDADE	146



CONGRESSO NACIONAL

LDO - 2001 Anexo de Metas e Prioridades

PROGRAMAS E AÇÕES

Produto Unidade Medida Meta

Programa: 0687 DEFESA CIVIL

Objetivo: PREVENIR E MINIMIZAR DESASTRES, SOCORRER E ASSISTIR AS POPULAÇÕES AFETADAS E RECONSTRUIR E RECUPERAR CENÁRIOS DANIFICADOS

4400	0412	AÇÕES PREVENTIVAS DE DEFESA CIVIL, AÇÕES DE DEFESA CIVIL, NA REGIÃO GEO-ECONÔMICA DA GRANDE SÃO PAULO - SP	MANEJO PREVENTIVO	UNIDADE	25
------	------	--	-------------------	---------	----

Programa: 0163 DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Objetivo: COMBATER A VIOLAÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

6008		CAMPANHA JOVEN CIDADÃO	JOVEN PREPARADO	UNIDADE	12.000
------	--	------------------------	-----------------	---------	--------

1787		IMPLEMENTAÇÃO DE UNIDADES DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	UNIDADE DE DEFESA INFANTIL	UNIDADE	10
------	--	--	----------------------------	---------	----

2717		MANUTENÇÃO DE UNIDADES DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	UNIDADE DE DEFESA INFANTIL	UNIDADE	49
------	--	---	----------------------------	---------	----

Programa: 0372 DESENVOLVIMENTO DA AQUICULTURA

Objetivo: ALIMENTAR A PRODUÇÃO DE PESCADOS E A REVENHA DO AQUICULTOR

2818		FUNIONAMENTO DE CENTRO DE PESQUISA EM AQUICULTURA	PESCAÇO PRODUZIDO	METRA	22.000.000
------	--	---	-------------------	-------	------------

2114		PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM AQUICULTURA	TECNOLOGIA GERADA	UNIDADE	10
------	--	---	-------------------	---------	----

2670		PESQUISAS, ESTUDOS E PROJETOS EM AQUICULTURA	ESTUDO REALIZADO	UNIDADE	9
------	--	--	------------------	---------	---

Programa: 0048 DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Objetivo: AMPLIAR E MELHORAR A OFERTA DE OPORTUNIDADES DE ATENDIMENTO AOS PORTADORES DE NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS

3187		AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MATÉRIA DIDÁTICA PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL	MATÉRIA DISTRIBUÍDO	UNIDADE	8.000
------	--	---	---------------------	---------	-------

3200		CAPACITAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL	PROFESSOR CAPACITADO	UNIDADE	900
------	--	---	----------------------	---------	-----

3202		EQUIPAMENTOS PARA ESCOLAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	ESCOLA EQUIPADA	UNIDADE	100
------	--	--	-----------------	---------	-----

3281		QUALIFICAÇÃO DE DOCENTES PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL	DOCENTE QUALIFICADO	UNIDADE	1.200
------	--	---	---------------------	---------	-------

Programa: 0044 DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Objetivo: AMPLIAR A OFERTA DE VAGAS E MELHORAR A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

4008		APÓIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	INSTITUIÇÃO APOIADA	UNIDADE	28
------	--	---	---------------------	---------	----

3076		CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - PROEP	PROFESSOR CAPACITADO	UNIDADE	6.000
------	--	--	----------------------	---------	-------

5400		CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - PROEP	PROFESSOR CAPACITADO	UNIDADE	6.600
------	--	--	----------------------	---------	-------

3086		IMPLEMENTAÇÃO DA REFORMA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - PROEP	PROJETO IMPLEMENTADO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	16
------	--	---	----------------------	----------------------	----

3096		IMPLEMENTAÇÃO PARA FOMENTO E PESQUISA DESTINADO A INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	LABORATÓRIO EQUIPADO	UNIDADE	44
------	--	---	----------------------	---------	----

Programa: 0384 DESENVOLVIMENTO DA FRUTICULTURA

Objetivo: ELEVAR A COMPETITIVIDADE DO SETOR FRUTICOLA

3108		CAPACITAÇÃO DE FRUTICULTORES	FRUTICULTOR CAPACITADO	UNIDADE	8.000
------	--	------------------------------	------------------------	---------	-------

3184		CONTROLE DE PRAGAS NA FRUTICULTURA	ÁREA PREVENIDA	HA	1.800.000
------	--	------------------------------------	----------------	----	-----------

3063		CONTROLE DE PRAGAS QUÍMICAS NA FRUTICULTURA	PRODUTO ANALISADO	T	30.843
------	--	---	-------------------	---	--------

3066		INNOVAÇÃO TECNOLÓGICA PARA A FRUTICULTURA: INNOVAÇÃO NO SISTEMA DE DESTINO	TECNOLOGIA GERADA	UNIDADE	59
------	--	--	-------------------	---------	----

4403		PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DA FRUTICULTURA	TECNOLOGIA GERADA	UNIDADE	11
------	--	--	-------------------	---------	----

Programa: 0031 DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

Objetivo: ALIMENTAR A CAPACIDADE E MELHORAR A EFICIÊNCIA DO SISTEMA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA BRASILEIRA

--	--	--	--	--	--

Desempenho COTAÇÃO - CONCORRER

DOI RA Subordinado - SUBSTITUTIVO

Produção - 2000/01/01



CONGRESSO NACIONAL

Anexo de Metas e Prioridades

LDO - 2001

PROGRAMAS E AÇÕES

Projeto Unidade Medida Meta

Programa: 0431 DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

Objetivo: AUMENTAR A CAPACIDADE E MELHORAR A EFICIÊNCIA DO SISTEMA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA BRASILEIRA

2211	CONSTRUÇÃO DE AEROPORTOS E AERODROMOS DE INTERESSE ESTADUAL	AEROPORTO/TERMINAL CONSTRUÍDO	UNIDADE	40
2208	MODERNIZAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA	AEROPORTO MODERNIZADO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	5
2110	REFORMA E AMPLIAÇÃO DE AEROPORTOS E AERODROMOS DE INTERESSE ESTADUAL	AEROPORTO/TERMINAL REFORMADO/AMPLIADO	UNIDADE	10
2642	REFORMA E AMPLIAÇÃO DE AEROPORTOS E AERODROMOS DE INTERESSE NACIONAL	AEROPORTO/TERMINAL REFORMADO/AMPLIADO	UNIDADE	23

Programa: 0801 DESENVOLVIMENTO DE GERENTES E SERVIDORES

Objetivo: DESENVOLVER DIRIGENTES E SERVIDORES PÚBLICOS PARA A MELHORIA DA GESTÃO E TRANSFORMAR A ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM CENTRO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO PÚBLICA

4046	CAPACITAÇÃO CONTÍNUA DE SERVIDORES PÚBLICOS	SERVIDOR CAPACITADO	UNIDADE	11.000
------	---	---------------------	---------	--------

Programa: 0419 DESENVOLVIMENTO DE MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS

Objetivo: PROMOVER O FORTALECIMENTO ECONÔMICO-ADMINISTRATIVO DAS MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS POR INTERMÉDIO DA AMPLIAÇÃO DAS LINHAS DE CRÉDITO, ACESSO A NOVAS TECNOLOGIAS E DIFUSÃO DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

4206	CONCESSÃO DE GARANTIA PARA FINANCIAMENTOS A MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS	EMPRESA BENEFICIÁRIA	UNIDADE	10.800
------	---	----------------------	---------	--------

Programa: 0041 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUAÇÃO

Objetivo: AMPLIAR A OFERTA DE VAGAS E MELHORAR A QUALIDADE DO ENSINO DE GRADUAÇÃO

0617	CONCESSÃO DE CRÉDITO EDUCATIVO A ESTUDANTES CARENTES	ALUNO BENEFICIÁRIO	UNIDADE	60.000
0619	CONCESSÃO DE FINANCIAMENTO A ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR NÃO GRATUITO	ESTUDANTE FINANCIADO	UNIDADE	200.000
7006	AMPLIAÇÃO DE CAMPANHAS DA UNIFPEL, NO SUMÉRIO SÃO FRANCISCO, NO BÍPOLO PETROLINA, ESTADO DE PERNAMBUCO E ALAGUINHO, ESTADO DA BAHIA	CAMPUS AMPLIADO	% EXECUÇÃO FÍSICA	40
7003	AMPLIAÇÃO DE UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO TOCANTINS	UNIVERSIDADE AMPLIADA	UNIDADE	1
3714	MODERNIZAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA ACADÊMICA DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR E DE SEUS HOSPÍTIOS DE ENSINO	ENTRADA ACQUISTA	UNIDADE	62
6046	PROGRAMA ESPECIAL DE TREINAMENTO - PET	BOLSA CONCESSA	UNIDADE	4.600

Programa: 0046 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO MÉDIO

Objetivo: CONTRIBUIR PARA A OFERTA DE VAGAS NO ENSINO MÉDIO

2617	CAPACITAÇÃO DE PROFESSORES E ALUNOS PARA O ENSINO MÉDIO - PROJETO	PROFESSOR CAPACITADO	UNIDADE	83
2602	EXPANSÃO E MELHORIA DA REDE ESCOLAR - PROJETO	ESCOLA ATENDIDA	UNIDADE	242
2606	AMPLIAÇÃO DA REDE DA DO ENSINO MÉDIO - PROJETO	PROJETO AMPLIADO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	27

Programa: 0075 DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA REGIÃO GRANDE FRONTEIRA DO MERCOSUL

Objetivo: IMPLEMENTAR MODELO DE GESTÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA MESOREGIÃO

2616	AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA REGIÃO GRANDE FRONTEIRA DO MERCOSUL: CONTRUIÇÃO E INSTALAÇÃO DE CENTROS DE CONVÊNIO SOCIAL RURAL	CENTRO DE CONVÊNIO SOCIAL RURAL	% EXECUÇÃO FÍSICA	25
2618	AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA REGIÃO GRANDE FRONTEIRA DO MERCOSUL: PLANO DE COMARTE A POLÍCIA PROVOCADA DEBORA EXECUTADA	DEBORA EXECUTADA	% EXECUÇÃO FÍSICA	25
2620	7777 CAPACITAÇÃO DE PROFESSORES E ALUNOS PARA A OFERTA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL E INTEGRADO DA REGIÃO GRANDE FRONTEIRA DO MERCOSUL	PESSOA CAPACITADA	UNIDADE	1.347
2617	7777 ELABORAÇÃO DE PLANO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA REGIÃO GRANDE FRONTEIRA DO MERCOSUL	PLANO ELABORADO	UNIDADE	6

Elaboração: COFECID - CONORIS

101 Ref Substituto - SIMPLIFICADO

2011 - 2012



CONGRESSO NACIONAL

Anexo de Metas e Prioridades

LDO - 2001

PROGRAMAS E AÇÕES

Produto Unidade Medida Meta

Programa: 0386 DESIGN BRASIL

Objetivo: APERFILOAR A COMPETITIVIDADE DOS PRODUTOS BRASILEIROS MEDIANTE A INOVAÇÃO NA ÁREA DE DESIGN

346	CAMPANHA DE PROMOÇÃO DO DESIGN BRASILEIRO	COMUNICAÇÃO REALIZADA	UNIDADE	20
411	FOMENTO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO DO DESIGN NACIONAL	PROJETO APOIADO	UNIDADE	2

Programa: 0082 EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Objetivo: PROMOVER A CONSCIENTIZAÇÃO E A CAPACITAÇÃO DA COLETIVIDADE NA PREVENÇÃO E SOLUÇÃO DOS PROBLEMAS AMBIENTAIS

181	7777 CATERIZAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO PROCESSO DE GESTÃO DO MEIO AMBIENTE	PESSOA CAPACITADA	UNIDADE	2.000
299	7777 FOMENTO A PROJETOS INTEGRADOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	PROJETO APOIADO	UNIDADE	3
194	7777 IMPLANTAÇÃO DE PÓLOS DE DEBATE DE PRÁTICA AMBIENTAL	PÓLO IMPLANTADO	UNIDADE	9

Programa: 0047 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Objetivo: CONTRIBUIR PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS QUE NÃO TIVERAM ACESSO AO ENSINO FUNDAMENTAL OU NÃO LOGRARAM CONCLUIR NA IDADE PRÓPRIA

306	FOMENTO A PROJETOS EDUCACIONAIS PARA OPORTUNIDADE DE ENSINO FUNDAMENTAL A JOVENS E ADULTOS	ALUNO MATRICULADO	UNIDADE	84.450
306	FOMENTO A PROJETOS EDUCACIONAIS PARA OPORTUNIDADE DE ENSINO FUNDAMENTAL A JOVENS E ADULTOS	PROFESSOR CAPACITADO	UNIDADE	24.200
519	MANUTENÇÃO DO ATIVO PERMANENTE PARA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	EXEMPLAR DISTRIBUÍDO	UNIDADE	398.800

Programa: 0137 EMANCIPAÇÃO DE ASSENTAMENTOS RURAIS

Objetivo: EMANCIPAR OS ASSENTAMENTOS RURAIS CRIADOS ATÉ 1994, MEDIANTE ATENDIMENTO COMPLEMENTAR QUE LHEIS PROPORCIEM CONDIÇÕES DE SUSTENTABILIDADE

623	ASSENTAMENTO TÉCNICO E CAPACITAÇÃO DE FAMÍLIAS ASSENTADAS EM PROJETOS CRIADOS ATÉ 1994 - LUSMARI	FAMÍLIA ASSISTIDA	UNIDADE	30.000
047	CONCESSÃO DE CRÉDITO IMPLANTAÇÃO DAS FAMÍLIAS ASSENTADAS EM PROJETOS CRIADOS ATÉ 1994	FAMÍLIA BENEFICIÁRIA	UNIDADE	20.000

Programa: 0273 ENERGIA DAS PEQUENAS COMUNIDADES

Objetivo: SUPORTAR A ENERGIA ELÉTRICA, DE MANEIRA SUSTENTÁVEL, AS POPULAÇÕES RURAIS NÃO-ATENDIDAS PELA ELETRIFICAÇÃO CONVENCIONAL, APROVEITANDO FONTES DE ENERGIA RENOVÁVEIS DE SUSTENTABILIDADE

1878	0201 ATENDIMENTO DAS DEMANDAS POR ENERGIA ELÉTRICA EM COMUNIDADES RURAIS - SUPRIMENTO NACIONAL	COMUNIDADE ATENDIDA	UNIDADE	8.000
190	0201 CAPACITAÇÃO DOS USUÁRIOS E DOS AGENTES DAS COMUNIDADES NA INSTALAÇÃO, OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DE PRODUÇÃO DE ENERGIA LOCAL	PROFESSOR CAPACITADO	UNIDADE	6.800

Programa: 0286 ENERGIA NA REDE SUDESTE

Objetivo: SUPORTAR A ENERGIA ELÉTRICA A REGIÃO COMPREENDIDA PELOS ESTADOS DO RIO DE JANEIRO, ESPÍRITO SANTO, LARANJEIRAS E SÃO PAULO

3414	0201 ADAPTAÇÃO DA REDE TRAFEGUEIRA DE SANTA CRUZ (RJ) DE 600 MW PARA SUBSTITUIÇÃO DE CONSUMIDORES NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	USINA ADAPTADA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	30
3421	0201 IMPLANTAÇÃO DE SUBESTAÇÃO DE TRANSMISSÃO EM SÃO PAULO, COMPREENDENDO 125 MW DE LT E 6 SUBESTAÇÕES TOTALIZANDO 1.774 MW NA REGIÃO SUDESTE	USINA IMPLANTADA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	36
7063	7777 IMPLANTAÇÃO DE SUBESTAÇÃO DE TRANSMISSÃO (TRAFEGUEIRA) EM SÃO PAULO, COMPREENDENDO 1.650 MW DE LT E 2 SUBESTAÇÕES TOTALIZANDO 1.650 MW	USINA IMPLANTADA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	15
3420	0201 IMPLANTAÇÃO DE SUBESTAÇÃO DE TRANSMISSÃO NO COMPLEXO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, COMPREENDENDO 1.650 MW DE LT E 2 SUBESTAÇÕES TOTALIZANDO 1.650 MW	USINA IMPLANTADA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	36
3419	0201 IMPLANTAÇÃO DE SUBESTAÇÃO DE TRANSMISSÃO NO RIO DE JANEIRO (RJ) DE 1.200 MW DE LT E 4 SUBESTAÇÕES TOTALIZANDO 1.200 MW NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	USINA IMPLANTADA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	43
6907	0201 IMPLANTAÇÃO DE USINA TERMOELÉTRICA NA BARRAGEM DE PAULINA (SP) DE 800 MW NO ESTADO DE SÃO PAULO	USINA IMPLANTADA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	30
6908	0201 IMPLANTAÇÃO DE USINA TERMOELÉTRICA NA BARRAGEM DOQUE DE CAVAS (RJ) DE 1.000 MW NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	USINA IMPLANTADA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	12
6909	0201 IMPLANTAÇÃO DE USINA TERMOELÉTRICA NA BARRAGEM PREZIDENTE BERNARDES (SP) DE 800 MW NO ESTADO DE SÃO PAULO	USINA IMPLANTADA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	10

Elaborado: COFINOP - CONOP/SP

101 Ref. Descriç. - SUBSTITUTIVO

Emenda: 39/00/01/14/14/14

PA 11-11

0 1 11



CONGRESSO NACIONAL

LDO - 2001
Anexo de Metas e Prioridades

PROGRAMAS E AÇÕES

Produto Unidade Medida Meta

Programa: 0291 ENERGIA NO EIXO NORTE

Objetivo: SUPRIR DE ENERGIA ELÉTRICA A REGIÃO COMPREENDIDA PELOS ESTADOS DO AMAPÁ E RORAIMA

3238	0001	IMPLANTANDO DA USINA TERMOELÉTRICA NO AMAPÁ DE 80 MW NO ESTADO DO AMAPÁ	USINA IMPLANTADA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	98
3243	0001	IMPLANTANDO DA USINA TERMOELÉTRICA NO AMAPÁ (171 MW DE LT E 22 SUBESTAÇÕES TOTALIZANDO 293 MW) NO ESTADO DO AMAPÁ	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	60

Programa: 0297 ENERGIA NO EIXO MADEIRA-AMAZONAS

Objetivo: SUPRIR DE ENERGIA ELÉTRICA A REGIÃO COMPREENDIDA PELOS ESTADOS DO AMAZONAS, ACRE, PARÁ E RORAIMA

3238	0001	IMPLANTANDO DA USINA TERMOELÉTRICA EM RORAIMA DE 200 MW NO ESTADO DE RORAIMA	USINA IMPLANTADA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	14
3418	0001	IMPLANTANDO DE DUAS PEQUENAS CENTRAIS TERMOELÉTRICAS EM 8 MVE 2,5 MW NO ESTADO DE RORAIMA	USINA IMPLANTADA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	33
3242	0001	IMPLANTANDO DE USINA DE TRANSMISSÃO ACRE-RORAIMA (1.187 MW DE LT E 18 SUBESTAÇÕES TOTALIZANDO 728 MW) NA REGIÃO NORTE	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	72
3246	0001	IMPLANTANDO DE USINA DE TRANSMISSÃO ASSOCIADO A LINHA TUCURUÍ NO PARÁ (515 MW DE LT E SUBESTAÇÕES TOTALIZANDO 1.973 MW) NO ESTADO DO PARÁ	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	32
3381	0001	IMPLANTANDO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO EM RORAIMA (110 MW DE LT E SUBESTAÇÕES TOTALIZANDO 45 MW) NO ESTADO DE RORAIMA	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	22
3418	0001	IMPLANTANDO DE USINA TERMOELÉTRICA NO AMAZONAS DE 270 MW NO ESTADO DO AMAZONAS	USINA IMPLANTADA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	9
3348	0001	IMPLANTANDO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO EM MATO GROSSO (79,9 MW DE LT E 22 SUBESTAÇÕES TOTALIZANDO 319,2 MW) NO ESTADO DO AMAZONAS	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	71

Programa: 0285 ENERGIA NO EIXO SUL

Objetivo: SUPRIR DE ENERGIA ELÉTRICA A REGIÃO COMPREENDIDA PELOS ESTADOS DO RIO GRANDE DO SUL, SANTA CATARINA E PARANÁ

3238	0001	IMPLANTANDO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO NO SUL (817 MW DE LT E SUBESTAÇÕES TOTALIZANDO 3.055 MW) NA REGIÃO SUL	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	13
------	------	--	--------------------	----------------------	----

Programa: 0292 ENERGIA NOS EIXOS DO CENTRO-OESTE

Objetivo: SUPRIR DE ENERGIA ELÉTRICA A REGIÃO COMPREENDIDA PELOS ESTADOS DO MATO GROSSO E DO MATO GROSSO DO SUL

3246	0001	IMPLANTANDO DA USINA TERMOELÉTRICA DE 310 MW (187 MW DE LT E 22 SUBESTAÇÕES TOTALIZANDO 840 MW) NO ESTADO DO MATO GROSSO	USINA IMPLANTADA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	6
------	------	--	------------------	----------------------	---

Programa: 0284 ENERGIA NOS EIXOS DO NORDESTE

Objetivo: SUPRIR DE ENERGIA ELÉTRICA A REGIÃO COMPREENDIDA PELOS ESTADOS DO MARANHÃO, PARÁ, CEARÁ, RIO GRANDE DO NORTE, PERNAMBUCO, ALAGOAS, SERGIPE E BAHIA

3313	0001	IMPLANTANDO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO DE 200 MW EM PERNAMBUCO (118 MW DE LT E 8 SUBESTAÇÕES TOTALIZANDO 840 MW) NO ESTADO DE PERNAMBUCO	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	36
3311	0001	IMPLANTANDO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO - BACALIM, FORTALEZA - PIRI (123 MW DE LT E SUBESTAÇÕES TOTALIZANDO 2.400 MW) NO ESTADO DO CEARÁ	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	8
3245	0001	IMPLANTANDO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO ASSOCIADO A LINHA TUCURUÍ NO MARANHÃO (1.659 MW DE LT E SUBESTAÇÕES TOTALIZANDO 4.600 MW) NO ESTADO DO MARANHÃO	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	23
3378	0001	IMPLANTANDO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO DE 200 MW NA BAHIA (281 MW DE LT E 8 SUBESTAÇÕES TOTALIZANDO 728 MW) NA REGIÃO NORTE	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	15
3378	0001	IMPLANTANDO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO DE 200 MW NA BAHIA (281 MW DE LT E 8 SUBESTAÇÕES TOTALIZANDO 728 MW) NA REGIÃO NORTE	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	30
3442	0001	IMPLANTANDO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO PREEXISTENTE DUTRA ALVA (TEMEALVA) / FORTALEZA (CE) (544 MW DE LT E 3 SUBESTAÇÕES TOTALIZANDO 200 MW) NA REGIÃO NORDESTE	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	10
7421	0001	IMPLANTANDO DE USINA TERMOELÉTRICA EM CAMPOLIM (35) DE 80 MW	USINA IMPLANTADA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	40
6604	0001	IMPLANTANDO DE USINA TERMOELÉTRICA EM RETIRUMA/LANDUL PIRI ALVES (140 MW DE 40 MW NO ESTADO DA BAHIA	USINA IMPLANTADA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	40

Programa: 0358 ERRADICAÇÃO DA FEBRE AFETOSA

Objetivo: MANTER O STATUS DOS ESTADOS JÁ RECONHECIDOS COMO ÁREAS LIVRES DE FEBRE AFETOSA E ERRADICAR A DOENÇA DAS DEMAIS REGIÕES DO PAÍS

3650		CAMPANHA EDUCATIVA PARA ERRADICAÇÃO DA FEBRE AFETOSA	CAMPANHA REALIZADA	UNIDADE	89
3654		FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA E EPIDEMIOLÓGICA PARA ERRADICAÇÃO DA FEBRE AFETOSA	PROPORÇÃO DE FISCALIZADA	UNIDADE	300 100



CONGRESSO NACIONAL

LDO - 2001 Anexo de Metas e Prioridades

PROGRAMAS E AÇÕES

Programa	Unidade	Meta
----------	---------	------

Programa: 0107 ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVIZADOR E DEGRADANTE

Objetivo: ELIMINAR A PRÁTICA DO TRABALHO ESCRAVIZADOR E DEGRADANTE

2008	ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVIZADOR E DEGRADANTE	UNIDADE	71
------	---	---------	----

Programa: 0008 ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

Objetivo: ELIMINAR A PRÁTICA DO TRABALHO POR MENORES DE 16 ANOS, SALVO NA CONDIÇÃO DE APRENDIZ.

2009	ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL	UNIDADE	630.386
------	----------------------------------	---------	---------

Programa: 0009 CONCESSÃO DA BOLSA GRADUAÇÃO

Objetivo: ELIMINAR A PRÁTICA DO TRABALHO POR MENORES DE 16 ANOS, SALVO NA CONDIÇÃO DE APRENDIZ.

2009	CONCESSÃO DA BOLSA GRADUAÇÃO	UNIDADE	396.091
------	------------------------------	---------	---------

Programa: 0042 ESCOLA DE QUALIDADE PARA TODOS

Objetivo: CONTRIBUIR PARA A UNIVERSALIZAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL DE QUALIDADE

2100	CONTRIBUIR PARA A UNIVERSALIZAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL DE QUALIDADE	UNIDADE	15
------	--	---------	----

Programa: 0180 ESPORTE SOLIDÁRIO

Objetivo: DIMINUIR A SITUAÇÃO DE EXCLUSÃO E RISCO SOCIAL DE JOVENS E ADOLESCENTES CARENTES NA FAIXA ETÁRIA DE 10 A 24 ANOS PELA INTENSIFICAÇÃO DA PRÁTICA DESPORTIVA

2200	ESPORTE SOLIDÁRIO	UNIDADE	2.750
------	-------------------	---------	-------

Programa: 0180 ESPORTE SOLIDÁRIO

Objetivo: DIMINUIR A SITUAÇÃO DE EXCLUSÃO E RISCO SOCIAL DE JOVENS E ADOLESCENTES CARENTES NA FAIXA ETÁRIA DE 10 A 24 ANOS PELA INTENSIFICAÇÃO DA PRÁTICA DESPORTIVA

2300	ESPORTE SOLIDÁRIO	UNIDADE	118.867
------	-------------------	---------	---------

Programa: 0180 ESPORTE SOLIDÁRIO

Objetivo: DIMINUIR A SITUAÇÃO DE EXCLUSÃO E RISCO SOCIAL DE JOVENS E ADOLESCENTES CARENTES NA FAIXA ETÁRIA DE 10 A 24 ANOS PELA INTENSIFICAÇÃO DA PRÁTICA DESPORTIVA

2400	ESPORTE SOLIDÁRIO	UNIDADE	29.870
------	-------------------	---------	--------

Programa: 0180 ESPORTE SOLIDÁRIO

Objetivo: DIMINUIR A SITUAÇÃO DE EXCLUSÃO E RISCO SOCIAL DE JOVENS E ADOLESCENTES CARENTES NA FAIXA ETÁRIA DE 10 A 24 ANOS PELA INTENSIFICAÇÃO DA PRÁTICA DESPORTIVA

2500	ESPORTE SOLIDÁRIO	UNIDADE	7.466
------	-------------------	---------	-------

Programa: 0180 ESPORTE SOLIDÁRIO

Objetivo: DIMINUIR A SITUAÇÃO DE EXCLUSÃO E RISCO SOCIAL DE JOVENS E ADOLESCENTES CARENTES NA FAIXA ETÁRIA DE 10 A 24 ANOS PELA INTENSIFICAÇÃO DA PRÁTICA DESPORTIVA

2600	ESPORTE SOLIDÁRIO	UNIDADE	310.000
------	-------------------	---------	---------

Programa: 0421 FINANCIAMENTO ÀS EXPORTAÇÕES

Objetivo: APOIAR AS EXPORTAÇÕES DE PRODUTOS E SERVIÇOS DE ORIGEM NACIONAL

2700	FINANCIAMENTO ÀS EXPORTAÇÕES	UNIDADE	1.421
------	------------------------------	---------	-------

Programa: 0421 FINANCIAMENTO ÀS EXPORTAÇÕES

Objetivo: APOIAR AS EXPORTAÇÕES DE PRODUTOS E SERVIÇOS DE ORIGEM NACIONAL

2800	FINANCIAMENTO ÀS EXPORTAÇÕES	UNIDADE	541
------	------------------------------	---------	-----

Programa: 0421 FINANCIAMENTO ÀS EXPORTAÇÕES

Objetivo: APOIAR AS EXPORTAÇÕES DE PRODUTOS E SERVIÇOS DE ORIGEM NACIONAL

2900	FINANCIAMENTO ÀS EXPORTAÇÕES	UNIDADE	20
------	------------------------------	---------	----

Programa: 0421 FINANCIAMENTO ÀS EXPORTAÇÕES

Objetivo: APOIAR AS EXPORTAÇÕES DE PRODUTOS E SERVIÇOS DE ORIGEM NACIONAL

3000	FINANCIAMENTO ÀS EXPORTAÇÕES	UNIDADE	1.421
------	------------------------------	---------	-------

Programa: 0421 FINANCIAMENTO ÀS EXPORTAÇÕES

Objetivo: APOIAR AS EXPORTAÇÕES DE PRODUTOS E SERVIÇOS DE ORIGEM NACIONAL

3100	FINANCIAMENTO ÀS EXPORTAÇÕES	UNIDADE	541
------	------------------------------	---------	-----

Programa: 0421 FINANCIAMENTO ÀS EXPORTAÇÕES

Objetivo: APOIAR AS EXPORTAÇÕES DE PRODUTOS E SERVIÇOS DE ORIGEM NACIONAL

3200	FINANCIAMENTO ÀS EXPORTAÇÕES	UNIDADE	20
------	------------------------------	---------	----

III

Objetivo: PROMOVER A PESQUISA E O DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIA DE PRODUTOS E PROCESSOS APLICÁVEIS EM SAÚDE PÚBLICA

7442 **POSIÇÃO A PROPOSTA DE INFRA-ESTRUTURA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA EM SAÚDE**

Programa: 0103 GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA

Objetivo: AUMENTAR AS OPORTUNIDADES DE TRABALHO E RENDA EM SEGMENTOS ECONÔMICOS CARACTERIZADOS COMO MICRO E PEQUENOS EMPREENDIMENTOS COM DIFICULDADE DE ACESSO AO CREDITO E A CAPACIDADE GERENCIAL

2007	ASSISTÊNCIA TÉCNICA AO EMPREENDEDOR	EMPREENDEDOR ASSISTIDO	UNIDADE
0673	CAPACITAÇÃO GERENCIAL DE EMPREENDEDORES	EMPREENDEDOR CAPACITADO	UNIDADE

Programa: 0046 HOSPITAIS DE ENSINO

Objetivo: **COMPLETAR A FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS NAS ÁREAS DAS CIÊNCIAS DA SAÚDE E PRESTAR ASSISTÊNCIA AMBULATORIAL E HOSPITALAR À POPULAÇÃO**

	CAMPADE	HOSPITAL PROPRIO
4036	APORTO AO PARACETAMOLATO DE HORMONAS DE EXISTENCO	47
4038	ASSISTENCIA HORMONAL E AMBULATORIAL PARA A POPULACAO	800.000
4039	PEDICAO ATENDIDA	UNIDADE

Programma: 0208 INFRA-ESTRUTURA URBANA

Objetivo: APOIAR OS MUNICÍPIOS NA ADEQUAÇÃO E COMPLEMENTAÇÃO DE SUA INFRA-ESTRUTURA URBANA, SUBMETIDO PELA IMPLANTAÇÃO E REDESENVOLVIMENTO DE SEUS EQUIPAMENTOS URBANOS BÁSICOS.

1103 AÇÃO DE REESTRUTURAÇÃO URBANA, INTERLIGação DE ÁREAS URBANAS E DE ADEQUAÇÃO DE VASOS

3178	APRISA INTEGRALIZA O DESENVOLVIMENTO URBANO	PROJETO APOMADO	UNIDADE	400
3179	DEPLANTANDO, AUMENTANDO O UMBELHONA DE OBRAS DE NOTRA ESTRUTURA URBANA	PROJETO APOMADO	UNIDADE	41000

REVITALIZAÇÃO DA NRETA-ESTRUTURA DE CENTROS URBANOS DE MÉDIO E GRANDE PORTE

Programa: 0463 INOVAÇÃO PARA COMPETITIVIDADE

Objetivo: DESenvolver e aplicar soluções e inovações tecnológicas voltadas à melhoria da competitividade dos produtos e processos das empresas nacionais e das condições de inserção da economia brasileira no mercado internacional.

4037 CONCEPÇÃO DE BOLSA DE PESQUISA EM DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO EMPREENHÁVEL

4102 FOMENTO À FORMAÇÃO DE REDES COOPERATIVAS DE PESQUISA PARA AS EMPRESAS

4152	FOMENTO A INOVAÇÃO TECNOLÓGICA NAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS
3779	ANALISANDO O COMPONENTE DESARROLHAMENTO TECNOLÓGICO DO PROGRAMA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

PROJETO	UNIDADE	30
UTILIZAÇÃO DE CAPITAL DE RISCO EM EMPRESAS DE ALTA TECNOLÓGICA		
4196		

Programa: 0298 INTEGRAÇÃO ELÉTRICA NORTE-SUL

Objetivo: Otimizar o aproveitamento do potencial hidrológico dos sistemas energéticos norteaordeste e sul-sudeste e suprir de energia elétrica a região carentíssima pela falta de água, tocantes e o distrito federal, e sudeste do país.

0001 AMPLIÇÃO DA CAPACIDADE DA USINA HIDRELÉTRICA DE TUCURUÍ - 2ª ETAPA DE 4.300 MW PARA 8.225 MW NO ESTADO DO PARÁ

PROBLEMA	PROBLEMA IMPLANTADO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA
9417 0001 IMPLANTAÇÃO DE MOTORA DE TRANSMISSÃO NA LÍNEA GÁS/COMBUSTIVO RESERVA (2 SUBESTACIONES TOTALIZANDO 725 MW) NACIONAL	PROBLEMA IMPLANTADO	20

[illegible][illegible]



CONGRESSO NACIONAL

Anexo de Metas e Prioridades

LDO - 2001

PROGRAMAS E AÇÕES

Produto

Unidade Medida

Meta

Programa: 0319 IRRIGAÇÃO E DRENAGEM

Objetivo: PROMOVER O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE ÁREAS IRRIGADAS E DRENÁVEIS, ELEVANDO OS NÍVEIS DE PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE AGRÍCOLA E A MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE VIDA DO HOMEM DO CAMPO

1808	0108	CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE IRRIGAÇÃO DE USO COMUM: DEBARRAÇÃO DO PAULICANGÊ	ÁREA IRRIGADA	HA	800
1809	0124	CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE IRRIGAÇÃO DE USO COMUM: DEBARRAÇÃO DA BARRA	OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA	UNIDADE	2.000
1809	0160	CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE IRRIGAÇÃO DE USO COMUM: DEBARRAÇÃO DA BARRA	ÁREA CONSTRUIDA	HA	1.000
1809	0160	CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE IRRIGAÇÃO DE USO COMUM: DEBARRAÇÃO DA BARRA	ÁREA CONSTRUIDA	UNIDADE	1.000
1809	0205	CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE IRRIGAÇÃO DE USO COMUM: DEBARRAÇÃO DA BARRA	ÁREA CONSTRUIDA	HA	500
1809	0207	CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE IRRIGAÇÃO DE USO COMUM: DEBARRAÇÃO DA BARRA	ÁREA CONSTRUIDA	HA	1.000
1809	0201	CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE IRRIGAÇÃO DE USO COMUM: DEBARRAÇÃO DA BARRA	OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA	UNIDADE	2.500
1809	0206	CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE IRRIGAÇÃO DE USO COMUM: DEBARRAÇÃO DA BARRA	ÁREA CONSTRUIDA	HA	2.500
1809	0205	CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE IRRIGAÇÃO DE USO COMUM: DEBARRAÇÃO DA BARRA	ÁREA CONSTRUIDA	HA	2.000
1809	0207	CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE IRRIGAÇÃO DE USO COMUM: DEBARRAÇÃO DA BARRA	ÁREA IRRIGADA	HA	35
1809	0203	CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE IRRIGAÇÃO DE USO COMUM: DEBARRAÇÃO DA BARRA	ÁREA CONSTRUIDA	HA	400
1809	0203	CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE IRRIGAÇÃO DE USO COMUM: DEBARRAÇÃO DA BARRA	ÁREA CONSTRUIDA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	60
1809	0206	CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE IRRIGAÇÃO DE USO COMUM: DEBARRAÇÃO DA BARRA	ÁREA CONSTRUIDA	HA	450
1809	0207	CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE IRRIGAÇÃO DE USO COMUM: DEBARRAÇÃO DA BARRA	ÁREA CONSTRUIDA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	35

Programa: 0220 MANUTENÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA FEDERAL

Objetivo: MANter a MALHA RODOVIÁRIA FEDERAL EM BOAS CONDIÇÕES OPERACIONAIS DE TRÁFEGO

2041	0002	CONSERVAÇÃO PREVENTIVA, ROTINEIRA E EMERGENCIAL DE RODOVIAS NACIONAIS	TRIECHO CONSERVADO	VM	2.500
2041	0008	REPARAÇÃO DE RODOVIAS PARA RECUPERAÇÃO DE RODOVIAS FEDERAIS - NACIONAL	TRIECHO REPARADO	VM	2.500

Programa: 0234 MANUTENÇÃO DE RODOVIAS EM REGIME DE GESTÃO TERCEIRIZADA

Objetivo: RECUPERAR E MANter EM BOA ESTADO TRECHOS DE RODOVIAS FEDERAIS SOB GESTÃO TERCEIRIZADA

4006	0001	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO TERCEIRIZADA DE RODOVIAS EM REGIME DE RECUPERAÇÃO COM MANUTENÇÃO TERCEIRIZADA DE RODOVIAS	TRIECHO MANUTIDO	VM	2.000
------	------	---	------------------	----	-------

Programa: 0664 MODERNIZAÇÃO DA POLÍCIA FEDERAL

Objetivo: APROFUNDAR A ESTRUTURA E O MODELO OPERACIONAL, GERENCIAL E A CAPACIDADE EXECUTIVA DO POLICIAMENTO FEDERAL

1606	0001	ACOMODAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA POLICIAMENTO FEDERAL (PROCOMOTEC)	EQUIPAMENTO ADOQUIRIDO	UNIDADE	1.470
1773	0001	IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMATICA E TELECOMUNICAÇÕES DA POLÍCIA FEDERAL (PRO-AMAZONIA)	SISTEMA IMPLEMENTADO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	14

Programa: 0613 MONUMENTA - PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO

Objetivo: PROMOVER O TURISMO CULTURAL NOS MUNICÍPIOS COM POTENCIAL A SER EXPLORADO, CRIANDO CONDIÇÕES DE SUSTENTABILIDADE PARA A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO

6003	0001	PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO URBANO - MONUMENTA	CONJUNTO HISTÓRICO PRESERVADO	UNIDADE	1
6003	0001	RECUPERAÇÃO E REABILITAÇÃO DE EDIFÍCIOS, PRÉDIOS E MONUMENTOS DA UNIDADE DE INTERESSE TURÍSTICO	PRÉDIO DE RECUPERAÇÃO	UNIDADE	3
1946	0001	RESTAURAÇÃO DE CENTROS HISTÓRICOS EM ÁREAS DE INTERESSE TURÍSTICO CULTURAL	CENTRO HISTÓRICO RESTAURADO	UNIDADE	1

Programa: 0128 MORAR MELHOR

Objetivo: UNIVERSALIZAR OS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO, REDUZIR O DÉFICIT HABITACIONAL E MELHORAR A INFRA-ESTRUTURA URBANA PARA A POPULAÇÃO EM ESTADO DE EXCLUSÃO SOCIAL

Elaboração: COFFICED - CONOMGE

101 Rd Subinstituto - SUBSTITUTIVO

Brasília: 28/04/01 14:41:40

01

01



CONGRESSO NACIONAL

Anexo de Metas e Prioridades

LDO - 2001

PROGRAMAS E AÇÕES

Projeto Unidade Meta Meta

Programa: 0128 MORAR MELHOR

Objetivo: UNIVERSALIZAR OS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO, REDUZIR O DÉFICIT HABITACIONAL E MELHORAR A INFRA-ESTRUTURA URBANA PARA A POPULAÇÃO EM ESTADO DE EXCLUSÃO SOCIAL

Projeto	Unidade	Meta	Meta
809	CONSTRUÇÃO DE IMENBES HABITACIONAIS EM PARCELA COM INSTALAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA PÚBLICA	UNIDADE	18.000
809	IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO EM MUNICÍPIOS COM POPULAÇÃO DE ATÉ 75 MIL HABITANTES	UNIDADE	238.079
810	IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO EM MUNICÍPIOS COM POPULAÇÃO SUPERIOR A 75 MIL HABITANTES	UNIDADE	110.000
809	IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO EM MUNICÍPIOS COM POPULAÇÃO SUPERIOR A 20 MIL HABITANTES	UNIDADE	71.500
809	IMPLANTAÇÃO, AMPLIAÇÃO OU MELHORIA DE SISTEMA DE COLETA, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS EM MUNICÍPIOS COM CRIANÇA QUE VIVEM DO LIDO	UNIDADE	272.300
809	MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE	UNIDADE	38.011

Programa: 0414 MUNICIPALIZAÇÃO DO TURISMO

Objetivo: PROMOVER O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL LOCAL, ATUANDO JUNTO À SOCIEDADE ORGANIZADA DE FORMA A GERAR EMPREGO E RENDA DIVERSIFICADOS

Projeto	Unidade	Meta	Meta
3711	FOMENTO À PRODUÇÃO DE ARTESANATO PARA COMÉRCIO TURÍSTICO	UNIDADE	28.000
3712	IMPLANTAÇÃO DE CENTRO DE FORMAÇÃO PARA O TURISMO (LOCAIS DE ARTES E OFÍCIOS PARA O TURISMO)	UNIDADE	41
809	IMPLANTAÇÃO DE INSTELAS DE COLETA E DEPOSITO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS	UNIDADE	100.417
1433	PROMOÇÃO DO TURISMO SUSTENTÁVEL LOCAL EM MUNICÍPIOS COM INSTALAÇÃO TURÍSTICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	UNIDADE	2
1433	REALIZAÇÃO DE OFICINAS PARA O TURISMO	UNIDADE	210

Programa: 0166 MÚSICA E ARTES CÊNICAS

Objetivo: AUMENTAR A PRODUÇÃO E A DIFUSÃO DA MÚSICA E DAS ARTES CÊNICAS

Projeto	Unidade	Meta	Meta
4407	APOIO A PROJETOS CULTURAIS DE MÚSICA E DE ARTES CÊNICAS	UNIDADE	145

Programa: 0121 NOSSO BAIRRO

Objetivo: MELHORAR A CONDIÇÃO DE VIDA DAS FAMÍLIAS COM RENDA DE ATÉ 3 SALÁRIOS MÍNIMOS QUE VIVEM EM ASSENTAMENTOS SUBURBANOS NAS AGLOMERAÇÕES URBANAS, POR MEIO DE AÇÕES INTEGRADAS DE HABITAÇÃO, SANEAMENTO E INFRA-ESTRUTURA URBANA.

Projeto	Unidade	Meta	Meta
807	IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO (PASSIVO)	UNIDADE	180.700
807	MELHORIA DAS CONDIÇÕES HABITACIONAIS, DE INFRA-ESTRUTURA E DE SANEAMENTO BÁSICO (PASSIVO)	UNIDADE	7.704

Programa: 0514 NOSSOS RIOS: ARAQUÁRIA-TOCANTINS

Objetivo: APLICAR MODELO-PILOTO DE GESTÃO INTEGRADA QUE PERMITA O USO MÚLTIPLO DOS RECURSOS HÍDRICOS EM BASES SUSTENTÁVEIS NO Eixo ARAQUÁRIA-TOCANTINS PARA DIFUNDIR SOLUÇÕES INOVADORAS NAS DEMAIS BACIAS

Projeto	Unidade	Meta	Meta
8612	CAMPANHA DE EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO NO Eixo ARAQUÁRIA-TOCANTINS	UNIDADE	1
8614	ELABORAÇÃO DE PLANOS DE RECUPERAÇÃO HÍDRICA NO Eixo ARAQUÁRIA-TOCANTINS	UNIDADE	1
8611	IMPLANTAÇÃO DO OBSERVATÓRIO DAS ÁGUAS NO Eixo ARAQUÁRIA-TOCANTINS	% DE DECOVÇÃO FÍSICA	42
8614	IMPLANTAÇÃO DA AGENCIA URBANA NO Eixo ARAQUÁRIA-TOCANTINS	UNIDADE	1

Programa: 0513 NOSSOS RIOS: PARAIBA DO SUL

Objetivo: APLICAR MODELO-PILOTO DE GESTÃO INTEGRADA QUE PERMITA O USO MÚLTIPLO DOS RECURSOS HÍDRICOS EM BASES SUSTENTÁVEIS PASSÍVEL DE SER ADOPTADO EM SITUAÇÃO DE EXTREMA DEGRADAÇÃO E UTILIZAÇÃO CONJUNTIVA DOS CORPOS DE ÁGUA E DESENVOLVER SOLUÇÕES INOVADORAS PARA AS D

Projeto	Unidade	Meta	Meta
1009	CAMPANHA DE EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA BACIA DO RIO PARAIBA DO SUL	UNIDADE	3
3047	ELABORAÇÃO DE PLANOS DE RECUPERAÇÃO HÍDRICA DA BACIA DO RIO PARAIBA DO SUL	UNIDADE	30

Flamengo: 01/07/01 - 01/07/01

101 101 101 101



CONGRESSO NACIONAL

Anexo de Metas e Prioridades

LDO - 2001

PROGRAMAS E AÇÕES

Produto Unidade Medida Meta

Programa: 0513 NOSSOS RIOS: PARALIBA DO SUL

Objetivo: APLICAR MODELO PILOTO DE GESTÃO INTEGRADA QUE PERMITA O USO MÚLTIPLO DOS RECURSOS HÍDRICOS EM BASES SUSTENTÁVEIS PASSÍVEL DE SER ADOPTADO EM SITUAÇÃO DE EXTREMA DEPENDÊNCIA E UTILIZAÇÃO CONFLITUOSA DOS CORPOS DE ÁGUA E DE FORTALECER SOLUÇÕES INOVADORAS PARA AS D

2617	7777	AMPLANTAMENTO DE OBSERVATÓRIO DAS ÁGUAS NA BACIA DO RIO PARALIBA DO SUL	OBSERVATÓRIO IMPLANTADO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	10
2622	7777	AMPLANTAMENTO DA AGENCIA DE AÇÃO DA BACIA DO RIO PARALIBA DO SUL	AGENCIA IMPLANTADA	UNIDADE	20

Programa: 0567 NOSSOS RIOS: SÃO FRANCISCO

Objetivo: APLICAR MODELO PILOTO DE GESTÃO INTEGRADA QUE PERMITA O USO MÚLTIPLO DOS RECURSOS HÍDRICOS EM BASES SUSTENTÁVEIS NA BACIA DO RIO SÃO FRANCISCO PARA DIFUNDIR SOLUÇÕES INOVADORAS NAS DELAS BACIAS

2611	7777	CAMPANHA DE EDUCAÇÃO PARA O GERENCIAMENTO DA BACIA DO RIO SÃO FRANCISCO	CAMPANHA REALIZADA	UNIDADE	6
2615	7777	ELABORAÇÃO DE PLANOS DE RECURSOS HÍDRICOS DA BACIA DO RIO SÃO FRANCISCO	PLANO ELABORADO	UNIDADE	5
2620	7777	AMPLANTAMENTO DO OBSERVATÓRIO DAS ÁGUAS NA BACIA DO RIO SÃO FRANCISCO	OBSERVATÓRIO IMPLANTADO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	19
2623	7777	AMPLANTAMENTO DA AGENCIA DE AÇÃO DA BACIA DO RIO SÃO FRANCISCO	AGENCIA IMPLANTADA	UNIDADE	3
2628	7777	RECUPERAÇÃO E PRESERVAÇÃO DE MANEJANTES E MANEJANTES NA BACIA DO RIO SÃO FRANCISCO	ÁREA RECUPERADA	HA	1.000

Programa: 0099 NOVO EMPREGO E SEGURO-DESEMPREGO

Objetivo: ELEVAR O NÚMERO DE TRABALHADORES COLOCADOS PELO SINE, REDUZIR O TEMPO DE ESPERA DO TRABALHADOR POR UM POSTO DE TRABALHO ADEQUADO A SUAS HABILIDADES E MITIGAR O CUSTO SOCIAL DO DESEMPREGO PELA MAIOR ADEQUAÇÃO DA INTERMEDIÇÃO DO EMPREGO E DA ASSISTÊNCIA

2646	7777	NOVA DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL PARA TRABALHADOR COM CONTRATO DE TRABALHO SUPLENTE	TRABALHADOR REQUALIFICADO	UNIDADE	22.157
2650	7777	DEFINIÇÃO DE VAGAS E COLOCAÇÃO DO TRABALHADOR NO MERCADO DE TRABALHO	TRABALHADOR COLOCADO	UNIDADE	493.000

Programa: 6135 NOVO MUNDO RURAL: ASENTAMENTO DE TRABALHADORES RURAIS

Objetivo: ASSENTAR FAMÍLIAS DE TRABALHADORES RURAIS, POSSIBILITANDO O ACESSO DO HOMEM À TERRA

0361		CONCESSÃO DE CRÉDITO PARA AQUISIÇÃO DE MÓVEIS RURAIS - BANCO DA TERRA	ÁREA ORTIDA	HA	1.220.046
0362		CONCESSÃO DE CRÉDITO PARA AQUISIÇÃO DE MÓVEIS RURAIS - BANCO DA TERRA	FAMÍLIA BENEFICIADA	UNIDADE	26.000
2116		RENTIFICAÇÃO DE MÓVEIS PASSÍVEIS DE DESAMORTIZAÇÃO E AQUISIÇÃO	MÓVEL BENEFICIADO	UNIDADE	2.410
6411		ORTIGAÇÃO DE TERRAS	ÁREA ORTIDA	HA	2.000.000
6608		PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO ASENTAMENTO RURAL	ÁREA-ESTRUTURA BÁSICA	UNIDADE	80.000
2111		TITULAÇÃO DE TERRAS	MÓVEL TITULADO	UNIDADE	80.000

Programa: 0156 NOVO MUNDO RURAL: CONSOLIDAÇÃO DE ASENTAMENTOS

Objetivo: PROVER OS ASENTAMENTOS DE ÁGUA, ESTRUCTURA SOCIAL E DE PRODUÇÃO DE MANEJO A GARANTIR SUA SUSTENTABILIDADE PARA FINANCIAMENTO

0413		ASSENTAMENTO TÉCNICO E CAPACITAÇÃO DE ASENTADOS - LAMARCA/AMERICA	FAMÍLIA ASSENTADA	UNIDADE	157.026
0402		CONCESSÃO DE CRÉDITO PARA AMPLANTAMENTO DE ÁGUA, ESTRUCTURA BÁSICA - BANCO DA TERRA	FAMÍLIA BENEFICIADA	UNIDADE	32.000
2607		INVESTIMENTO EM ÁGUA, ESTRUCTURA BÁSICA PARA ASENTAMENTOS RURAIS	FAMÍLIA BENEFICIADA	UNIDADE	40.000

Programa: 0206 OFERTA DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL

Objetivo: ALIMENTAR A OFERTA DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL AO MERCADO

2514	0001	PRESERVAÇÃO DA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL NA REGIÃO NOROCCIDENTAL (ACRESCENDO DE 700 JOGOS)	ÁREA DE PRODUÇÃO IMPLANTADA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	32
7201	8001	DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL NA REGIÃO NOROCCIDENTAL (ACRESCENDO DE 700 JOGOS)	SISTEMA DE PRODUÇÃO IMPLANTADO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	13

Deleções: CANCELADO - CONOMAR

ID1 Rm Substituto - SUBSTITUTIVO

Atividade: 2000000 2 1-21-00



CONGRESSO NACIONAL

Anexo de Metas e Prioridades

LDO - 2001

PROGRAMAS E AÇÕES

Projeto Unidade Metas Meta

Programa: 0813 MOSCOS RIOS: PARAÍBA DO SUL

Objetivo: APLICAR MODELO-PILOTO DE GESTÃO INTEGRADA QUE PERMITA O USO MÚLTIPLO DOS RECURSOS HÍDRICOS EM BASES SUSTENTÁVEIS PASSÍVEL DE SER ADOPTADO EM SITUAÇÃO DE EXTREMA DEGRADAÇÃO E UTILIZAÇÃO CONFLITUOSA DOS CORPOS DE ÁGUA E DEFINIR SOLUÇÕES INOVADORAS PARA AS D

8013 7777	IMPLEMENTAÇÃO DE OBSERVATÓRIO DAS ÁGUAS NA BACIA DO RIO PARAÍBA DO SUL	OBSERVATÓRIO IMPLEMENTADO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	10
8013 7777	IMPLEMENTAÇÃO DA AGENCIA ESTATUA DA BACIA DO RIO PARAÍBA DO SUL	AGENCIA IMPLEMENTADA	UNIDADE	20

Programa: 0807 MOSCOS RIOS: SÃO FRANCISCO

Objetivo: APLICAR MODELO-PILOTO DE GESTÃO INTEGRADA QUE PERMITA O USO MÚLTIPLO DOS RECURSOS HÍDRICOS EM BASES SUSTENTÁVEIS NA BACIA DO RIO SÃO FRANCISCO PARA DIFUNDIR SOLUÇÕES INOVADORAS NAS DEMAIS BACIAS

8007 7777	CAMPANHA DE MOBILIZAÇÃO PARA O GERENCIAMENTO DA BACIA DO RIO SÃO FRANCISCO	CAMPANHA REALIZADA	UNIDADE	8
8007 7777	ELABORAÇÃO DE PLANOS DE RECURSOS HÍDRICOS DA BACIA DO RIO SÃO FRANCISCO	PLANO ELABORADO	UNIDADE	9
8007 7777	IMPLEMENTAÇÃO DO OBSERVATÓRIO DAS ÁGUAS NA BACIA DO RIO SÃO FRANCISCO	OBSERVATÓRIO IMPLEMENTADO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	19
8007 7777	IMPLEMENTAÇÃO DA AGENCIA ESTATUA DA BACIA DO RIO SÃO FRANCISCO	AGENCIA IMPLEMENTADA	UNIDADE	3
8007 7777	RESCUELAÇÃO E PRESERVAÇÃO DE NASCENTES E MANANCIAIS NA BACIA DO RIO SÃO FRANCISCO	ÁREA RESCUELA	HA	1.000

Programa: 0099 NOVO EMPREGO E SEGURO-DESEMPREGO

Objetivo: ELEVAR O NÚMERO DE TRABALHADORES CONCORDOS PELO SME, REDUZIR O TEMPO DE ESPERA DO TRABALHADOR POR UM POSTO DE TRABALHO ADEQUADO A SUAS HABILIDADES E AUMENTAR O CUSTO SOCIAL DO DESEMPREGO PELA MAIOR APROPRIAÇÃO DA INTERMEDIÇÃO DO EMPREGO E DA ASSISTÊNCIA

0099 2003	ROLA DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL PARA TRABALHADOR COM CONTRATO DE TRABALHO SUPLENTE	TRABALHADOR BENEFICIADO	UNIDADE	32.157
0099 2003	OPERAÇÃO DE VAGAS E COLOCAÇÃO DO TRABALHADOR NO MERCADO DE TRABALHO	TRABALHADOR COLOCADO	UNIDADE	499.000

Programa: 0135 NOVO MUNDO RURAL: ASENTAMENTO DE TRABALHADORES RURAIS

Objetivo: ASENTAR FAMÍLIAS DE TRABALHADORES RURAIS, POSSIBILITANDO O ACESSO DO HOMEM À TERRA

0031 0001	CONCESSÃO DE CRÉDITO PARA AQUISIÇÃO DE TERRENAS RURAIS - BANCO DA TERRA	ÁREA OUTORGADA	HA	1.220.048
0001 0001	CONCESSÃO DE CRÉDITO PARA AQUISIÇÃO DE TERRENAS RURAIS	FAMÍLIA BENEFICIADA	UNIDADE	60.000
0118 0011	IDENTIFICAÇÃO DE MÓDULOS PASSÍVEIS DE DESEMPREGO E AQUISIÇÃO	MÓDULO IDENTIFICADO	UNIDADE	2.410
0011 0011	OPERAÇÃO DE TERRAS	ÁREA OUTORGA	HA	2.000.000
0001 0001	PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO ASENTAMENTO RURAL	ÁREA-ESTRUTURADA	UNIDADE	80.000
2111 0001	TITULAÇÃO DE TERRAS	MÓDULO TITULADO	UNIDADE	60.000

Programa: 0136 NOVO MUNDO RURAL: CONSOLIDAÇÃO DE ASENTAMENTOS

Objetivo: PROVIDER OS ASENTAMENTOS DE INFRA-ESTRUTURA SOCIAL E DE PRODUÇÃO DE MODO A GARANTIR SUA SUSTENTABILIDADE PARA EMANCIPAÇÃO

0118 0001	ASSISTÊNCIA TÉCNICA E CAPACITAÇÃO DE ASENTADOS - LIAÇÃO-AMANHÃ	FAMÍLIA ASENTADA	UNIDADE	137.055
0001 0001	CONCESSÃO DE CRÉDITO PARA IMPLEMENTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA BÁSICA - BANCO DA TERRA	FAMÍLIA BENEFICIADA	UNIDADE	82.095
0001 0001	IMPLEMENTAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA BÁSICA PARA ASENTAMENTOS RURAIS	FAMÍLIA BENEFICIADA	UNIDADE	46.000

Programa: 0206 OFERTA DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL

Objetivo: AUMENTAR A OFERTA DE GÁS E GÁS NATURAL AO MERCADO

0206 0001	DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO DE GÁS E GÁS NATURAL NA REGIÃO NOROCCIDENTAL DO BRASIL	SETOR DE PRODUÇÃO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	12
0206 0001	DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO DE GÁS E GÁS NATURAL NA REGIÃO NOROCCIDENTAL DO BRASIL	SETOR DE PRODUÇÃO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	13

Elaborado: COFFICID - CONOPAR

101 Relatório Substitutivo

Brasília, 26 de Maio 1999



CONGRESSO NACIONAL

Anexo de Metas e Prioridades

LDO - 2001

PROGRAMAS E AÇÕES

Produto Unidade Medida Meta

Programa: 0288 OFERTA DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL

Objetivo: AUMENTAR A OFERTA DE ÓLEO E GÁS NATURAL AO MERCADO

3201	0201	DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO DE ÓLEO E GÁS NATURAL NA REGIÃO SUL (ACRESCIMO DE 8.400 BOQUEIS NA REGIÃO SUL)	BATTEIA DE PRODUÇÃO IMPLANTADO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	11
3202	0201	DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO DE ÓLEO E GÁS NATURAL NA REGIÃO SUL (ACRESCIMO DE 8.400 BOQUEIS NA REGIÃO SUL)	BATTEIA DE PRODUÇÃO IMPLANTADO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	5
3212	0201	DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO DE ÓLEO E GÁS NATURAL NO CAMPO PETROLÍFERO DE MARLIM (RJ) (ACRESCIMO DE 120.000 BOQUEIS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO)	SISTEMA DE PRODUÇÃO IMPLANTADO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	6
3217	0201	DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO DE ÓLEO E GÁS NATURAL NO CAMPO PETROLÍFERO DE MARLIM (RJ) (ACRESCIMO DE 120.000 BOQUEIS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO)	BATTEIA DE PRODUÇÃO IMPLANTADO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	6
7202	0201	DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO DE ÓLEO E GÁS NATURAL NO CAMPO PETROLÍFERO DE ROMADOR (RN) (ACRESCIMO DE 120.000 BOQUEIS)	SISTEMA DE PRODUÇÃO IMPLANTADO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	11
3216	0201	DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO DE ÓLEO E GÁS NATURAL NOS CAMPOS PETROLÍFEROS DO RIO URUGUAI (RS) (ACRESCIMO DE 120.000 BOQUEIS)	SISTEMA DE PRODUÇÃO IMPLANTADO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	9
4201	0201	EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL NACIONAL	POÇO EXPLORATÓRIO PERIFÉRICO	UNIDADE	20

Programa: 0486 PANTANAL

Objetivo: PROMOVER O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA BACIA DO ALTO RIO PARAGUAI, INCENTIVANDO ATIVIDADES ECONÔMICAS AMBIENTALMENTE COMPATIVAS COM O ECOSISTEMA

3204	7777	AMPLIAÇÃO E MELHORIA DOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DA BACIA DO ALTO RIO PARAGUAI - PANTANAL	FÁBULA BENEFICIADA	UNIDADE	2.000
3205	7777	AMPLIAÇÃO E MELHORIA DOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO SANITÁRIO DA BACIA DO ALTO RIO PARAGUAI - PANTANAL	FÁBULA BENEFICIADA	UNIDADE	10.000
3208	7777	GERENCIAMENTO DE RECURSOS FLORESTAIS DA BACIA DO ALTO RIO PARAGUAI - PANTANAL	FLAJO IMPLANTADO	UNIDADE	5
3211	7777	IMPLANTANDO DA REDE DA BACIA DO ALTO RIO PARAGUAI - PANTANAL	RESERVA IMPLANTADA	HA	4.000.000
3212	7777	IMPLANTANDO DE SISTEMA DE GESTÃO DOS RECURSOS FLORESTAIS DA BACIA DO ALTO RIO PARAGUAI - PANTANAL	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	2
3213	7777	IMPLANTANDO DE SISTEMA DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DA BACIA DO ALTO RIO PARAGUAI - PANTANAL	FÁBULA BENEFICIADA	UNIDADE	8.000
3217	7777	IMPLANTANDO DE ESTÁBULO PARQUE NA BACIA DO ALTO RIO PARAGUAI - PANTANAL	ESTÁBULO PARQUE IMPLANTADO	KM	78
3218	7777	IMPLANTANDO DO GERENCIAMENTO DA PISCINA E PROMOÇÃO DA AQUICULTURA NA BACIA DO ALTO RIO PARAGUAI - PANTANAL	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	22
3706	7777	ROTEIRO TURÍSTICO PARA A REGIÃO DO PANTANAL	ROTEIRO ELABORADO	UNIDADE	2
3801	7777	REALIZAÇÃO TURÍSTICA NA REGIÃO DO PANTANAL	BREVETAMENTO REALIZADO	UNIDADE	2

Programa: 0688 PAZ NAS ESCOLAS

Objetivo: REDUZIR A VIOLÊNCIA ENTRE JOVENS E ADOLESCENTES NAS ESCOLAS DO PAÍS

4272		APOIO ÀS ORGANIZAÇÕES DE JOVENS	ASSOCIAÇÃO APOIADA	UNIDADE	5
6206		CAPACITAÇÃO DE EDUCADORES PARA O GERENCIAMENTO DA VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS	PROFISSIONAL CAPACITADO	UNIDADE	2.539
3609		CAPACITAÇÃO DE POLÍCIA PARA O GERENCIAMENTO DA VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS	POLÍCIA CAPACITADO	UNIDADE	7.000

Programa: 0016 PREVENÇÃO E CONTROLE DA DENGUE

Objetivo: REDUZIR A INCIDÊNCIA DA DENGUE E IMPEDIR A REINVASÃO DA FERRÊ AMARELA PELO CONTROLE DO AEDS AEGIPTI

6206		EVOLUÇÃO DO AEDS AEGIPTI PARA A PREVENÇÃO E CONTROLE DA DENGUE	IMÓVEL BENEFICIADO	UNIDADE	4.000
------	--	--	--------------------	---------	-------

Programa: 0006 PREVENÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS INIMPREVENÍVEIS

Objetivo: PREVENIR E MANUTER SOB CONTROLE AS DOENÇAS PASSÍVEIS DE IMUNIZAÇÃO

4453		ACORDAÇÃO, ACONDICIONAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE VACINAS	DOSE DISTRIBUÍDA	MILHAR	301.895
3977		AUTO-SUFICIÊNCIA NACIONAL EM IMUNIZOLÓGICOS	LABORATÓRIO AQUIADO	UNIDADE	0

Elaboração: (01/01/01) - (01/01/01)

101 Rua de São João, 101 - Rio de Janeiro



CONGRESO NACIONAL

LDO - 2001
Anexo de Metas e Prioridades

PROGRAMAS E AÇÕES	Produto	Unidade Medida	Meta
-------------------	---------	----------------	------

Programa: 0006 PREVENÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS INJUNTO PREVENÍVEIS

Objetivo: PREVENIR E MANUTER SOB CONTROLE AS DOENÇAS PASSÍVEIS DE TRANSMISSÃO

4466	PRODUTOS DE MANEJO ORODONT	DOSE PRODUTIVA	UNIDADE	78 000,000
4468	VACINAÇÃO DA POPULAÇÃO	DOSE APLICADA	ML/UPR	190,035

Programa: 0485 PRODUÇÃO - GESTÃO

Objetivo: GARANTIR A AMPLIAÇÃO DA OFERTA DE ÁGUA DE BOA QUALIDADE, COM A PROMOÇÃO DE SEU USO RACIONAL, VISANDO IMPEDIR QUE SUA ESCASSEZ RELATIVA IMPEÇA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.

2007	0018	DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS - PRODUÇÃO NACIONAL ELABORAÇÃO DE PLANOS DE RECURSOS HÍDRICOS NA BACIA DO RIO URUGUAI	PLANO ELABORADO	UNIDADE	1
1987	0020	DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS DE PRODUÇÃO NA BACIA DA JARAGUA - RIO LIMA - JUA	PROJETO EXECUTADO	UNIDADE	1
2007	0001	FOMENTO A PRODUÇÃO DE MANEJO E COMERCIALIZAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS NACIONAIS	PROJETO APOIADO	UNIDADE	25
2001	0002	RESCUEVAMENTO E PRESERVAÇÃO DE MANEJOS E MANEJOS NA BACIA DO RIO DOCE	ÁREA RECUPERADA	HA	60

Programa: 0618 PRODUÇÃO INFRA-ESTRUTURA

Objetivo: ASSEGURAR A AMPLIÇÃO DE OFERTA DE ÁGUA DE BOA QUALIDADE PARA O CONSUMO HUMANO E PARA A PRODUÇÃO, POR MEIO DA CONCLUSÃO DE OBRAS ESTRUTURANTES E PRIORITÁRIAS, BARRIÈRES, AÇÕES E APOIOS.

[illegible]

Programa: 0509 PROBLEMA DA AMAZÔNIA

Objetivo: ANALISAR AS OPORTUNIDADES DE INVESTIMENTOS NA AMAZÔNIA, TENDO POR BASE A PROMERSSIDADE E A APLICAÇÃO DA PROTECNOLOGIA, ESTIMULANDO O DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA NA REGIÃO



CONGRESSO NACIONAL

Anexo de Metas e Prioridades

LDO - 2001

PROGRAMAS E AÇÕES

Programa Unidade Meta

Programa: 0609 PROBLEMA DA AMAZÔNIA

Objetivo: APLANTAR AS OPORTUNIDADES DE INVESTIMENTOS NA AMAZÔNIA, TENDO POR BASE A BIODIVERSIDADE E A APLICAÇÃO DA BIOTECNOLOGIA, ESTIMULANDO O DESENVOLVIMENTO DA BROMOSTIMA NA REGIÃO

4186	7777	DESENVOLVIMENTO DE PESQUISAS SOBRE O USO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS NATURAIS DA REGIÃO AMAZÔNICA	PESQUISA DESENVOLVIDA	UNIDADE	17
3009	7777	APLANTANDO DE CENTRO DE BIOTECNOLOGIA NA AMAZÔNIA - PROBLEMA	CENTRO DE BIOTECNOLOGIA APLANTADO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	10
3072	7777	APLANTANDO DO CENTRO DE BIOTECNOLOGIA NA AMAZÔNIA	CENTRO DE BIOTECNOLOGIA APLANTADO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	10

Programa: 0008 PROFISSIONALIZAÇÃO DA ENFERMAGEM

Objetivo: ELEVAR O PADRÃO DE QUALIDADE E EFICIÊNCIA DO ATENDIMENTO PRESTADO À POPULAÇÃO, NO ÂMBITO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS, POR MEIO DA CAPACITAÇÃO DOS TRABALHADORES NA ÁREA DE ENFERMAGEM

3881	CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL DOS SERVIDORES EM ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE NA ÁREA DE ENFERMAGEM	PROFISSIONAL CAPACITADO	UNIDADE	18.283
3882	MODERNIZAÇÃO DAS ESCOLAS TÉCNICAS DE SAÚDE DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	ESCOLA TÉCNICA DE SAÚDE MODERNIZADA	UNIDADE	14
4429	PROFISSIONALIZAÇÃO DOS TRABALHADORES NA ÁREA DE ENFERMAGEM - PROPRIO	PROFISSIONAL QUALIFICADO	UNIDADE	20.030

Programa: 0094 PROGRAMA ESPECIAL DE DESENVOLVIMENTO DO ENTORNO DO DISTRITO FEDERAL

Objetivo: IMPLANTAR MODELO DE GESTÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA MEGACIDADE

3884	7777	CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA A GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL E INTERIO DO ENTORNO DO DISTRITO FEDERAL	PESSOA CAPACITADA	UNIDADE	1.400
------	------	---	-------------------	---------	-------

Programa: 0496 PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA

Objetivo: PROTEGER A AMAZÔNIA LEGAL BRASILEIRA DE PRESSÕES DO MEIO AMBIENTE E DO EXERCÍCIO DE ATIVIDADES ILICITAS, MEDIANTE VIGILÂNCIA PERMANENTE

4091	CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	PROFISSIONAL CAPACITADO	UNIDADE	121
0008	CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES DE TELECOMUNICAÇÕES E TELEPROCESSAMENTO	SERVIDOR CONTRATADO	UNIDADE	418
1861	INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE MONITORAMENTO DO SISTEMA DE VIGILÂNCIA DA AMAZÔNIA - SIVAM	SITIO APLANTADO	UNIDADE	48
6534	ORÇAMENTOS DO SISTEMA DE VIGILÂNCIA DA AMAZÔNIA - SIVAM	ÁREA CONSTRUÍDA	M²	13.290
6633	SISTEMA DE AEROMÓVEIS DO SISTEMA DE VIGILÂNCIA DA AMAZÔNIA - SIVAM	AEROMÓVEL ADQUIRIDO	UNIDADE	8

Programa: 0272 QUALIDADE DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA

Objetivo: ASSEGURAR A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ADEQUADO AOS CONSUMIDORES DE ENERGIA ELÉTRICA

3403	0001	PROCAZAMENTO DAS CENTRAIS GERADORAS DE ENERGIA ELÉTRICA NACIONAL	ENERGIA PROCAZADA	UNIDADE	1.020
3404	0001	PROCAZAMENTO DAS CONDIÇÕES AMBIENTAIS DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NACIONAL	ENERGIA PROCAZADA	UNIDADE	06
3405	0001	PROCAZAMENTO DAS CONDIÇÕES AMBIENTAIS DE TRANSFERÊNCIA DE ENERGIA ELÉTRICA NACIONAL	ENERGIA PROCAZADA	UNIDADE	24
1862	0001	APLANTANDO DE INSTALAÇÕES AUTOMÁTICAS PARA ADEQUAÇÃO NA QUALIDADE DOS SERVIÇOS NACIONAL	RECONSTRUTOR APLANTADO	UNIDADE	200
1868	0001	APLANTANDO DE SISTEMA DE APROVEITAMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA NACIONAL	SISTEMA APLANTADO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	60

Programa: 0280 QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES

Objetivo: GARANTIR A QUALIDADE DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES

1868	0001	APLANTANDO E MODERNIZANDO DA REDE DE PROCAZAMENTO DAS TELECOMUNICAÇÕES NACIONAL	ESTÁGIO INSTALADO	UNIDADE	41
1869	0001	APLANTANDO E MODERNIZANDO DAS POSTAIS DE RÁDIO ESCOLA NACIONAL	POSTO INSTALADO	UNIDADE	7
3421	0001	PROCAZAMENTO DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES NACIONAL	PROCAZAMENTO REALIZADO	UNIDADE	273.492

Deliberado: CONFERÊNCIA - CONGRESSO

101 Rd Subordinado - SIMPLIFICATIVO



CONGRESSO NACIONAL

Anexo de Metas e Prioridades

LDO - 2001

PROGRAMAS E AÇÕES

Programa

Unidade Medida

Meta

Programa: 0004 QUALIDADE E EFICIÊNCIA DO SUS

Objetivo: ELEVAR O PADRÃO DE QUALIDADE E EFICIÊNCIA DO ATENDIMENTO PRESTADO À POPULAÇÃO POR MEIO DA MODERNIZAÇÃO GERENCIAL, FÍSICA E TECNOLÓGICA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS

4291	ACREDITAÇÃO HOSPITALAR DAS REDES PÚBLICA E PRIVADA, FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL	HOSPITAL ACREDITADO	UNIDADE	100
4311	AUDITORIA AMPLIADA E OPERATIVA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	UNIDADE AUDITADA	UNIDADE	2.000
5053	CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	PESSOA CAPACITADA	UNIDADE	32.437
1023	IMPLEMENTAÇÃO, APERFEIHOAMENTO E ADEQUAÇÃO DE UNIDADES DE SAÚDE DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	UNIDADE IMPLEMENTADA/APERFEIHOADA/ ADEQUADA	UNIDADE	6.403
1037	IMPLEMENTAÇÃO, APERFEIHOAMENTO E ADEQUAÇÃO DE UNIDADES DE URGÊNCIA/EMERGENCIA E DE DEBASTANTES DE ALTO RISCO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	UNIDADE IMPLEMENTADA/APERFEIHOADA/ ADEQUADA	UNIDADE	302

Programa: 0101 QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DO TRABALHADOR

Objetivo: ALIMENTAR A EMPREGABILIDADE DO TRABALHADOR, REDUZINDO OS RISCOS DE DESEMPREGO E SUBEMPREGO, E ELEVAR SUA PRODUTIVIDADE E RENDA

8431	QUALIFICAÇÃO DE DOBROS E DE ATENDENTES DE DOBROS	PESSOA QUALIFICADA	UNIDADE	17.000
8434	QUALIFICAÇÃO DE TRABALHADORES AUTÔNOMOS/ALTORE PRODUTIVIDADE	TRABALHADOR QUALIFICADO	UNIDADE	444.408
8436	QUALIFICAÇÃO DE TRABALHADORES DESOCUPADOS	TRABALHADOR QUALIFICADO	UNIDADE	2.222.343
8437	QUALIFICAÇÃO DE TRABALHADORES SOB RISCO DE DESEMPREGO	TRABALHADOR QUALIFICADO	UNIDADE	698.703
8405	QUALIFICAÇÃO PARA IMOBILIDADE E RECURSOS EMERGENTES	EMPREENDEDOR QUALIFICADO	UNIDADE	1.111.172

Programa: 0632 REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DA FORÇA AEREA BRASILEIRA

Objetivo: REAPARELHAR E ADEQUAR A ESTRUTURA DA FORÇA AEREA A NECESSIDADES DA DEFESA AEREA

9102	REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DA FORÇA AEREA BRASILEIRA	COMANDO REAPARELHADO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	15
------	---	----------------------	----------------------	----

Programa: 0628 REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DA MARINHA DO BRASIL

Objetivo: REAPARELHAR E ADEQUAR A ESTRUTURA DA MARINHA A NECESSIDADES DA DEFESA MARITIMA

1044	MODERNIZAÇÃO DE LANCAS NAVALS	NAVAL MODERNIZADO	UNIDADE	16
------	-------------------------------	-------------------	---------	----

Programa: 0628 REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO

Objetivo: REAPARELHAR E ADEQUAR A ESTRUTURA DO EXÉRCITO A NECESSIDADES DA DEFESA TERRESTRE

3106	RENTALIZAÇÃO DE MATERIAIS DE DEFESA NAUTICA	MATERIAL RENTATIZADO	UNIDADE	2.000
------	---	----------------------	---------	-------

Programa: 0661 REESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO

Objetivo: REALIZAR O DÉCIMO DE VIAGENS NAS PENITENCIÁRIAS E PROMOVER A REINTEGRAÇÃO DO PRESO À SOCIEDADE

1044	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, REFORMA E REAPARELHAMENTO DE ESTABELECIMENTOS PENAS	VIAGA CRIMINAL	UNIDADE	6.000
------	--	----------------	---------	-------

Programa: 0162 REINTEGRAÇÃO SOCIAL DO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI

Objetivo: PROMOVER A REINTEGRAÇÃO SOCIAL DO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI

3106	ASSISTÊNCIA SOCIOEDUCATIVA AO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI	GRUPO REINTEGRADO	UNIDADE	25
3108	CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS DOS SERVIÇOS DE ADOLESCÊNCIA, JUVENTUDE E ATENDIMENTO AO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI	PESSOA CAPACITADA	UNIDADE	7.336
3122	CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ATENDIMENTO PARA ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI	UNIDADE CRIADA	UNIDADE	400
3100	IMPLEMENTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACOMANHAMENTO PARA REINTEGRAÇÃO SOCIAL DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO	EXERCÍCIO ASSISTIDO	UNIDADE	800

Elaborado: 17/09/99 - F. T. SANTANA

201 São Paulo, 10/10/99 - 01/10/99



CONGRESSO NACIONAL

LDO - 2001 Anexo de Metas e Prioridades

Programa e Ações	Produto	Unidade Medida	Meta
------------------	---------	----------------	------

Programa: 0162 REINERÇÃO SOCIAL DO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI

Objetivo: PROMOVER A REINERÇÃO SOCIAL DO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI

1722	IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATENDIMENTO COM MÉDICA SOCIOEDUCATIVA NÃO PRIVATIZADA DE LIBERDADE PARA ADOLESCENTES	SERVIÇO IMPLANTADO	UNIDADE	17
------	---	--------------------	---------	----

Programa: 0119 SANEAMENTO BÁSICO

Objetivo: APOIAR TÉCNICA E FINANCIERAMENTE AS AÇÕES DE SANEAMENTO A PARTIR DE CRITÉRIOS EPIDEMIOLÓGICOS PARA PREVENÇÃO DE CONTROLE DE AGRIAVOS, SEM ASSIM ATENDER MUNICÍPIOS COM ATÉ 50.000 HABITANTES.

2000	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DO MELHORIA DO SISTEMA DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO SANITÁRIO PARA CONTROLE DE AGRIAVOS	FAMÍLIA BENEFICIADA	UNIDADE	132.000
2001	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DO MELHORIA DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA PARA CONTROLE DE AGRIAVOS	FAMÍLIA BENEFICIADA	UNIDADE	435.000
2002	IMPLANTAÇÃO DE MELHORIA SANITÁRIAS DOMICILIARES PARA CONTROLE DE AGRIAVOS	FAMÍLIA BENEFICIADA	UNIDADE	60.000
2004	IMPLANTAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO MELHORIA DE SISTEMAS DE COLETA, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS PARA CONTROLE DE AGRIAVOS	FAMÍLIA BENEFICIADA	UNIDADE	220.000

Programa: 0122 SANEAMENTO E VIDA

Objetivo: MELHORAR A QUALIDADE NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO PELAS CONCESSIONÁRIAS PÚBLICAS E PRIVADAS EM MUNICÍPIOS COM POPULAÇÃO SUPERIOR A 75 MIL HABITANTES

2014	TRANSFERÊNCIA A CONCESSIONÁRIAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS PARA IMPLANTAÇÃO, AMPLIAÇÃO OU MELHORIA DO SISTEMA DE SANEAMENTO	FAMÍLIA BENEFICIADA	UNIDADE	60.700
------	---	---------------------	---------	--------

Programa: 0027 SAÚDE DA CRIANÇA E ALEITAMENTO MATERNO

Objetivo: REDUZIR A MORTALIDADE DE CRIANÇAS DE 0 A 5 ANOS DE IDADE

2008	IMPLANTAÇÃO DA REDE DE BANCO DE LEITE HUMANO	BANCO DE LEITE HUMANO IMPLANTADO	UNIDADE	10
2002	MULTIPLICAÇÃO DE GRUPOS DE 0 A 5 ANOS DE IDADE	GRUPO VIGILADO	UNIDADE	10.700.000

Programa: 0001 SAÚDE DA FAMÍLIA

Objetivo: AMPLIAR O ACESSO DA POPULAÇÃO AOS SERVIÇOS BÁSICOS DE SAÚDE, TENDO AS EQUIPES DE SAÚDE DA FAMÍLIA COMO EIXO ESTRUTURANTE

0047	ATENDIMENTO ASSESSORIA, ABAIXO COM O PRONOME ATENÇÃO BÁSICA - PAB, REFERENTE À PARTE DE ATENDIMENTO EM GESTÃO PLENA DA ATENÇÃO	PESSOA BENEFICIADA	UNIDADE	164.200.000
2001	CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS EM ATENÇÃO BÁSICA - SAÚDE DA FAMÍLIA	PESSOA CAPACITADA	UNIDADE	135.000
0008	INCENTIVO FINANCIÁRIO A MUNICÍPIOS IMPLANTANDO A PARTE VARIÁVEL DO PRONOME ATENÇÃO BÁSICA - PAB, PARA A SAÚDE DA FAMÍLIA	EQUIPE DE SAÚDE DA FAMÍLIA MANTIDA	UNIDADE	17.000

Programa: 0386 SEGURANÇA E QUALIDADE DE ALIMENTOS E BEBIDAS

Objetivo: MELHORAR A QUALIDADE DOS ALIMENTOS, BEBIDAS E CORRELATOS OFERTADOS AOS USUÁRIOS

2120	ANÁLISE DE PERIGOS E PONTOS CRÍTICOS DE CONTROLE DE CONTAMINAÇÃO EM INDUSTRIA DE ALIMENTOS	ESTABELECIMENTO QUALIFICADO	UNIDADE	300
2140	MANEJO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	ESTABELECIMENTO INSPECIONADO	UNIDADE	4.130
2146	PROMOÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	PRODUTO PADRONIZADO	UNIDADE	11
2164	REGULAMENTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO EM BENEFICIAMENTO, PROCESSAMENTO E PRESERVAÇÃO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS	TECNOLOGIA GERADA	UNIDADE	23
2169	REGULAMENTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO EM BENEFICIAMENTO, PROCESSAMENTO E PRESERVAÇÃO DE PRODUTOS PISCÍCOLAS	TECNOLOGIA GERADA	UNIDADE	4

Programa: 0471 SISTEMAS LOCAIS DE INOVAÇÃO

Objetivo: AMPLIAR A CAPACIDADE LOCAL E REGIONAL PARA GERAR E DIFUNDIR O PROGRESSO TÉCNICO, USANDO A COMPETITIVIDADE ECONÔMICA E A QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO

4161	PONTO DE GERACÃO E ADOÇÃO DE TECNOLOGIA INOVADORA	PROJETO APROVADO	UNIDADE	9
------	---	------------------	---------	---

PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 31,00
Porte de Correio	R\$ 96,0
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 127,60
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 62,00
Porte de Correio	R\$ 193,20
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 255,20
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ug = 020002
gestão = 02902

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho, Ordem de Pagamento pelo Banco do Brasil, Agência 3602-1, conta nº 170500-8, ou recibo de depósito via FAX (0xx61) 224-5450, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos identificadores abaixo discriminados:

- 02000202902001-3 – Subsecretaria de Edições Técnicas
- 02000202902002-1 – Assinaturas de Diários
- 02000202902003-X – Venda de Editais
- 02000202902004-8 – Orçamento/Cobrança
- 02000202902005-6 – Venda de Aparas de Papel
- 02000202902006-4 – Alienação de Bens (leilão)
- 02000202902007-2 – Secretaria Especial de Editoração e Publicações

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº - BRASÍLIA – DF – CEP 70165-900
CGC 00.530.279/0005-49

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN

Maiores informações pelos telefones (0xx61) 311-3812 e (0xx61) 311-3803. Serviço de Administração Econômica-Financeira/Controle de Assinaturas, com José Leite, Ivanir Duarte Mourão ou Solange Viana Cavalcante.



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Código de Proteção e Defesa do Consumidor e Legislação Correlata

Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e legislação correlata. Com 115 páginas, traz índice temático remissivo, elaborado por Alcides Kronenberger e Maria Celeste J. Ribeiro.

Preço por exemplar: R\$ 5,00

Código de Proteção e Defesa do Consumidor e Legislação Correlata

Brasília - 1997

Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)

CONGRESSO NACIONAL

PARECER Nº 20, DE 2000-CN

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, incumbida de examinar e emitir parecer sobre o Projeto de Lei nº 1, de 2000-CN, que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária para o exercício de 2001 e dá outras providências."

RELATOR

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, incumbida de examinar e emitir parecer sobre o Projeto de Lei nº 1, de 2000-CN, que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária para o exercício de 2001 e dá outras providências", apresenta, em anexo, o texto da redação final, da supramencionada proposição.

Sala das Sessões, 28 de junho de 2000. – Presidente – Deputado **Sérgio Guerra**, Relator.

Devido a erro na descrição da ação, deixou de ser contemplada a ação:

"Construção e recuperação de obra de infra-estrutura hídrica: Adutora 3 Barras no Estado de Goiás."

Em Razão disso, estou submetendo ao Plenário acolhimento da proposição como emenda de Relator alterando a ação para:

"Construção de obra de infra-estrutura de irrigação de uso comum: 3 Barras – GO", conforme consta do PPA.

Brasília, 28 de junho de 2000. – Deputado **Sérgio Guerra**, Relator da LDO/2001.

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2001 e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição, as diretrizes orçamentárias da União para 2001, compreendendo:

I – as prioridades e metas da administração pública federal;

II – a estrutura e organização dos orçamentos;

III – as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos da União e suas alterações;

IV – as disposições relativas à dívida pública federal;

V – as disposições relativas às despesas da União com pessoal e encargos sociais;

VI – a política de aplicação dos recursos das agências financeiras oficiais de fomento;

VII – as disposições sobre alterações na legislação tributária da União;

VIII – as disposições gerais.

CAPÍTULO I

Das Prioridades e Metas da Administração Pública Federal

Art. 2º Em consonância com o art. 165, § 2º, da Constituição, as metas e as prioridades para o exercício financeiro de 2001 são as especificadas no Anexo de Metas e Prioridades que integra esta lei, as quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária de 2001, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

Parágrafo único. Na destinação dos recursos relativos a programação será conferida prioridade às áreas de menor índice de desenvolvimento humano.

CAPÍTULO II

Da Estrutura e Organização dos Orçamentos

Art. 3º Para efeito desta lei, entende-se por:

I – Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando a concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;

II – Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de Governo;

III – Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de Governo; e

**SENADO
FEDERAL**



**SECRETARIA
ESPECIAL DE
EDITORACÃO
E PUBLICAÇÕES**

EDIÇÃO DE HOJE: 62 PÁGINAS